

PUCRS

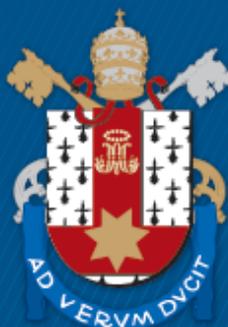
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRE EM SERVIÇO SOCIAL

RICARDO SOUZA ARAÚJO

**QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL À LUZ DA TEORIA MARXISTA DA
DEPENDÊNCIA: A CRISE DA “NOVA REPÚBLICA NEOLIBERAL”**

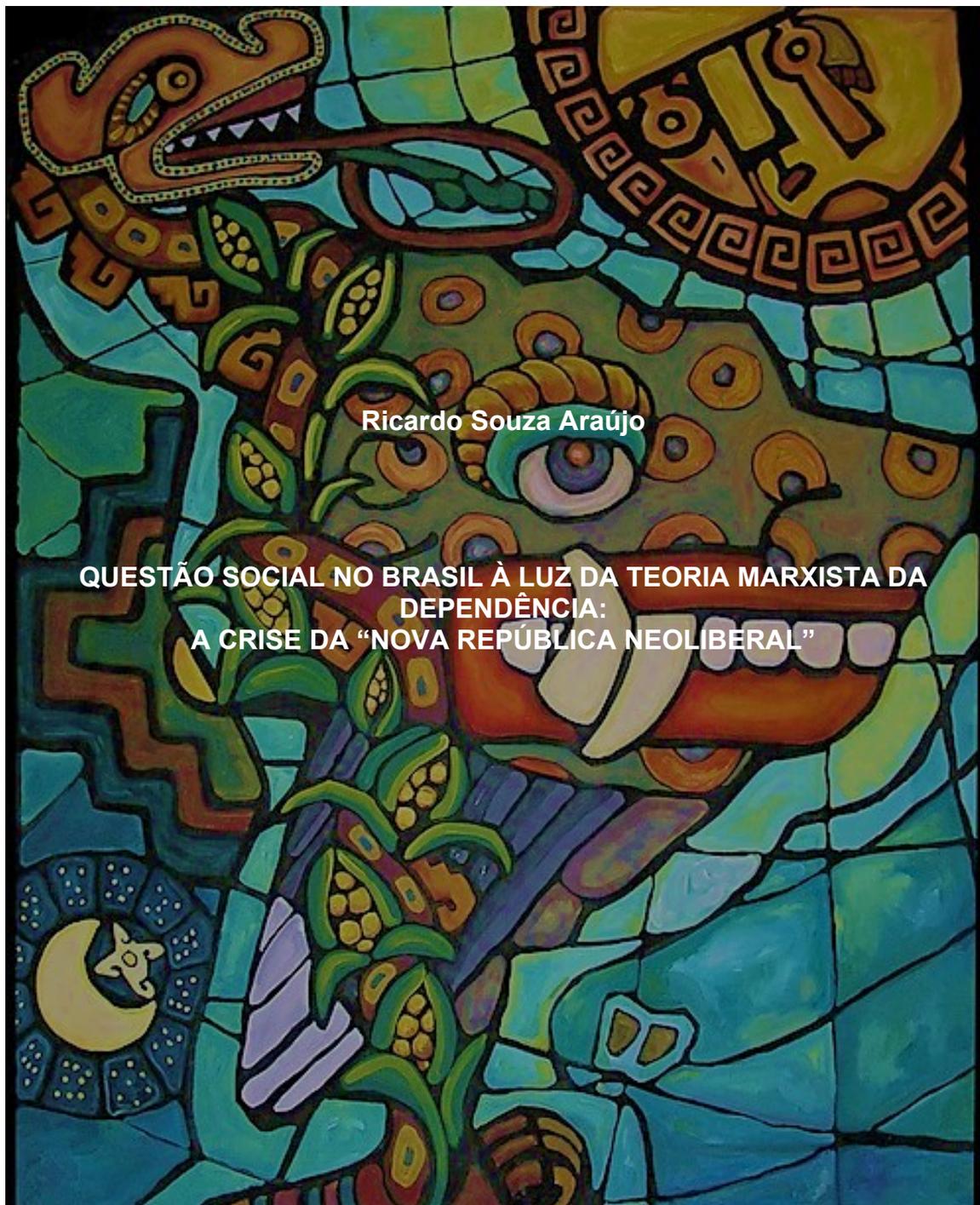
Porto Alegre
2019

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL



Ricardo Souza Araújo

QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL À LUZ DA TEORIA MARXISTA DA
DEPENDÊNCIA:
A CRISE DA “NOVA REPÚBLICA NEOLIBERAL”

Pintura de Dolores Mendieta (2006)

Porto Alegre
2019

Ricardo Souza Araújo

**QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL À LUZ DA TEORIA MARXISTA DA
DEPENDÊNCIA:
A CRISE DA “NOVA REPÚBLICA NEOLIBERAL”**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social, na linha de pesquisa Serviço Social, Ensino e Formação do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Pereira
Diligenti

**Porto Alegre
2019**

CIP – Catalogação na Publicação

Questão social no Brasil à luz da teoria marxista da dependência: a crise da “nova república neoliberal” / Ricardo Souza Araújo. – 2019.
119 f. : il.

Dissertação (Mestrado) - - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Escola De Humanidades - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

Orientador: Marcos Pereira Diligenti

1. Teoria marxista da dependência. 2. Questão social. 3. Marxismo. 4. América Latina. 5. Brasil. I. Diligenti, Marcos Pereira. II. Título.

AGRADECIMENTOS

À Universidade pública brasileira, atualmente sob ameaça de contrarreformas, representada na figura da UFRGS, na qual trabalho e me graduei Assistente Social. Lá conheci as ferramentas da luta estudantil e sindical. Ao financiamento público da Capes, que me permitiu cursar o curso de mestrado na PUCRS.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, na figura da Coordenadora Jane Prates e do Orientador e camarada Marcos Diligenti. Aos docentes, técnicos e colegas estudantes de graduação e pós-graduação, com quem compartilhei esta caminhada, no importante polo crítico e comprometido com a defesa dos direitos sociais do Serviço Social.

Ao grupo de reflexão Ruy Mauro Marini, aos professores e colegas que instigaram a discussão da Teoria Marxista da Dependência, Carla Ferreira e Mathias Luce, com quem tive a oportunidade de ser introduzido neste debate, ainda na graduação.

À Isadora, à Andressa e ao Luciano que contribuíram com a formatação e o layout desta dissertação.

À categoria dos técnicos administrativos em educação, organizada na Fasubra e na Assufrgs, que conquistou um plano de carreira que me permite conciliar o mestrado com o trabalho, e a todos os colegas da UFRGS e do IGEO.

Aos camaradas do Movimento Esquerda Socialista e do PSOL, organização marxista que contribuiu na construção há quase dez anos. Toda produção aqui registrada está a serviço de qualificar a intervenção política militante e revolucionária.

Aos amigos e familiares que acompanharam esta trajetória, meus pais, Mena e Edson, meus sogros, Marli e Volmir, meus primos Fernanda, Fabiano, Duda e à recém-nascida Gabriela.

À Anne Tavares que compartilha comigo a vida a dois e todas as experiências de aprendizagem, felicidade e luta.

À luta da classe trabalhadora e da juventude brasileira e latino-americana!

RESUMO

A presente Dissertação de Mestrado tem como propósito retomar as raízes da Teoria Marxista da Dependência (TMD) para contribuir na compreensão das expressões da Questão Social no Brasil contemporâneo. A TMD consiste em uma vertente do pensamento marxista dedicada a discutir, no contexto de mundialização do capital, as particularidades do desenvolvimento das economias dependentes, em especial as latino-americanas. Com a reestruturação produtiva e a contrarreforma do Estado, operada ao longo dos últimos 30 anos da chamada “Nova República” brasileira, agudizaram-se as expressões da Questão Social. Esta pesquisa se apoia no método materialista-dialético e na técnica de pesquisa bibliográfica. Foram pesquisados 90 artigos de revistas indexadas em Serviço Social relacionados ao tema. Infere-se deste estudo a necessidade premente da inclusão da TMD nas grades curriculares dos cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social no Brasil. Diante deste cenário a TMD, aliada à tradição crítica-dialética no âmbito do Serviço Social é um potente instrumento de análise e intervenção na realidade social em favor dos direitos sociais da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Teoria marxista da dependência. Questão social. Marxismo. América Latina. Brasil.

ABSTRACT

This work aims to resume the fundamentals of the Marxist Theory of Dependence (TMD) to contribute to the understanding the expressions of the Social Issue in present-day Brazil. TMD consists on a cluster of Marxist thought dedicated to discussing, in the context of capital globalization, the particularities of the development of dependent economies, especially the Latin American ones. With the productive restructuring and counter-reform of the state operated over the last 30 years of the so-called Brazilian “New Republic”, the expressions of the Social Question exacerbate.

This research relies on the materialist-dialectical method and the bibliographic research technique. We searched 90 articles from journals indexed in Social Work related to the theme. This study shows the urgent need to include TMD in the curriculum of undergraduate and postgraduate courses in Social Work in Brazil. The TMD, combined with the critical-dialectical tradition on Social Work, is a powerful instrument of analysis and intervention in the social reality in favor of the social rights of the working class.

Keywords: Marxist theory of dependency. Social issue. Marxism. Latin America. Brazil.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	O método dialético de produção de conhecimento	12
Figura 2	Aproximações e diferenças entre as dialéticas em Hegel e Marx	20
Figura 3	Lei do Desenvolvimento em Espiral	22
Figura 4	Valor-Trabalho em Marx	26
Figura 5	Jornada de Trabalho e Mais-Valia	26
Figura 6	O Ciclo de Reprodução do Capital	28
Figura 7	Questão Social	41
Figura 8	Padrões do Capital	57

LISTA DE SIGLAS

ABPES	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL
ANFIP	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
BNDES	BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
CEPAL	COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE
CLT	CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS
ECA	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
DIESE	DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS
LDB	LEI DE DIRETRIZES DE BASE DA EDUCAÇÃO
LOAS	LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
RF	RESPONSABILIDADE FISCAL
ONU	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
SUS	SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
TMD	TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	AS TRÊS FONTES DO MARXISMO A QUESTÃO SOCIAL	17
2.1	A DIALÉTICA: DA NEGAÇÃO, DA SUPERAÇÃO E DAS NOVAS SÍNTESES	18
2.2	CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA: DA TEORIA DO VALOR À LEI DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E SUAS CRISES	24
2.3	SOCIALISMO CIENTÍFICO: TEORIA DAS CLASSES, DO ESTADO, E DA REVOLUÇÃO	31
2.4	QUESTÃO SOCIAL: UMA TOTALIDADE INTEGRADA	34
3	A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA E A FORMAÇÃO ECONÔMICO SOCIAL DO BRASIL	43
3.1	BRASIL: FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL, GÊNESE E DESENVOLVIMENTO DA QUESTÃO SOCIAL	59
4	CONTEMPORANEIDADE DO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO	72
4.1	A MUNDIALIZAÇÃO FINANCEIRA DO CAPITAL	74
4.2	A “NOVA REPÚBLICA NEOLIBERAL” E CONTRARREFORMA DO ESTADO BRASILEIRO	83
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
	REFERÊNCIAS	99
	APÊNDICE A – QUADRO METODOLÓGICO DO PROJETO DE PESQUISA	108
	APÊNDICE B – ESTADO DA ARTE	108
	APÊNDICE C – ROTEIRO DE ANÁLISE	119

1 INTRODUÇÃO

Me enterrem com os trotskistas
na cova comum dos idealistas
onde jazem aqueles
que o poder não corrompeu
(LEMISKI, 2017)



Pintura: “Sikuris subiendo al árbol de la vida” Dolores Mendieta (2008)¹

A presente Dissertação de Mestrado tem como objeto de estudo as **contribuições da Teoria Marxista da Dependência (TMD) para a compreensão das particularidades da Questão Social no Brasil ao longo da Nova República (1988-2019).**

A discussão articula-se com a agenda de pesquisa da área do Serviço Social, já que privilegia uma das dimensões constitutivas dos fundamentos da profissão: a análise crítica e totalizante da questão social no Brasil, como elemento central da relação entre profissão e realidade, portanto, transversal à formação e ao trabalho

¹ Dolores Mendieta (nascida em 1977) é pintora e professora de Artes Visuais cuja obra reflete as expressões culturais latino-americanas, mais informações sobre sua vida e biografia e obra: doloresmendieta.com.ar

dos assistentes sociais.

Embora o tema pesquisado contribua para a debate de uma das diretrizes formativas da ABEPSS (1996) – “Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio Histórica da Sociedade Brasileira”² a interlocução do Serviço Social com a TMD é relativamente recente e se prova politicamente relevante, diante do aprofundamento da atual conjuntura de neoliberalismo e contrarreformas do Estado no Brasil.

Portanto, procurar desvelar as contradições do capitalismo dependente brasileiro é tarefa central para as forças de esquerda na construção de alternativas e lutas sociais no âmbito do enfrentamento da profunda crise política, social e econômica vivenciada na conjuntura atual do país. Nesse sentido, este trabalho se alinha ao projeto ético-político da profissão, na perspectiva de contribuir para as lutas sociais em defesa da democracia e das conquistas sociais da classe trabalhadora.

O objetivo central desta Dissertação é **identificar os aportes da TMD, para apreensão das particularidades³ da Questão Social na realidade brasileira contemporânea com vistas a melhor desocultar as suas refrações e dar visibilidade ao rigor da TMD.** Para contemplar tal objeto de pesquisa nas suas múltiplas determinações, emergem algumas questões que orientam, ou seja, constituem para o alcance dos objetivos específicos da investigação:

- a) Como ocorre a gênese e desenvolvimento da questão social na formação⁴ econômico-social brasileira, considerando os fundamentos da TMD?**
- b) Quais os impactos do neoliberalismo nas expressões da questão social, considerando a dinâmica do capitalismo dependente brasileiro na conjuntura recente?**

2 Este núcleo remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente, urbano-industrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional. Esta análise se direciona para a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e étnico raciais, exclusão social, etc. (ABEPSS,1996).

3 Segundo Santana e Ferreira (2016), na terminologia lukacsiana a categoria de particularidade, cumpre papel de mediação entre a singularidade e a universalidade no esforço de produção de conhecimento na perspectiva marxista de totalidade: como concreto na esfera do pensamento, elaborado a partir do nível empírico, mediado pelo abstrato.

4 Doravante, usaremos a tradução optada por Bambilra: formação econômico-social (2012) ao invés de formação sócio-histórica, recorrente nas diretrizes da Abepss.

c) Quais as tendências das resistências e lutas sociais na conjuntura recente brasileira, considerando as perspectivas transformadoras da TMD?

Logo, as principais categorias de análise, são: “**Dependência**” e “**Questão Social**” e se articulam como fenômenos desencadeados pela **Lei Geral de Acumulação de Capital** (MARX, 2013). A Questão Social é fruto da contradição inexorável entre socialização da produção e apropriação privada e concentrada da riqueza socialmente produzida, portanto, é indissociável da sociabilidade capitalista. Para que haja acumulação de capital, é necessário um enorme contingente humano “livre” dos meios de produção e submetido ao máximo pauperismo (MARX, 2013). Importa considerar ainda que, na medida em que as relações capitalistas de produção se mundializam, simultaneamente, se particularizam, em cada formação econômico-social.

Desta forma, observa-se que a economia latino-americana e brasileira integrada ao mercado mundial, apresenta particularidades na gênese e desenvolvimento da sociedade burguesa, inseridas como economias dependentes, que adquirem expressões próprias da Questão Social. Tais expressões se agudizam com a crise estrutural do Capital e a imposição do Neoliberalismo ortodoxo, que repercute na reestruturação do Estado, das relações de trabalho e nas políticas sociais.

Neste cenário, a Teoria Marxista da Dependência (TMD), sinteticamente concebida pelo desdobramento da Lei do Valor de Marx e da Teoria do Imperialismo de Lênin, se constitui em uma vertente *sui generis* latino-americana e brasileira do marxismo, que tem como objetivo interpretar as particularidades do capitalismo dependente, diante da dinâmica mundializada do capital. A TMD pode ser, no contexto atual de conflagração dos conflitos políticos na América Latina, uma ferramenta explicativa e interventiva da realidade brasileira. Ou seja, a TMD transita em diferentes cadeias de mediação entre a totalidade e a particularidade, de modo a apontar o real papel das economias dependentes no padrão de acumulação de capital em nível mundial, bem como suas leis tendenciais próprias decorrentes desse processo.

É com o intuito de integrar o acúmulo da literatura crítica-dialética do Serviço Social com as categorias desenvolvidas na TMD que se pretende, com esta investigação, contribuir para compreensão materialista-dialética das expressões da

Questão Social no continente sul-americano, em especial no Brasil, sobretudo, no atual estágio de crise do capital e de sua intrínseca e permanente guerra de classes.

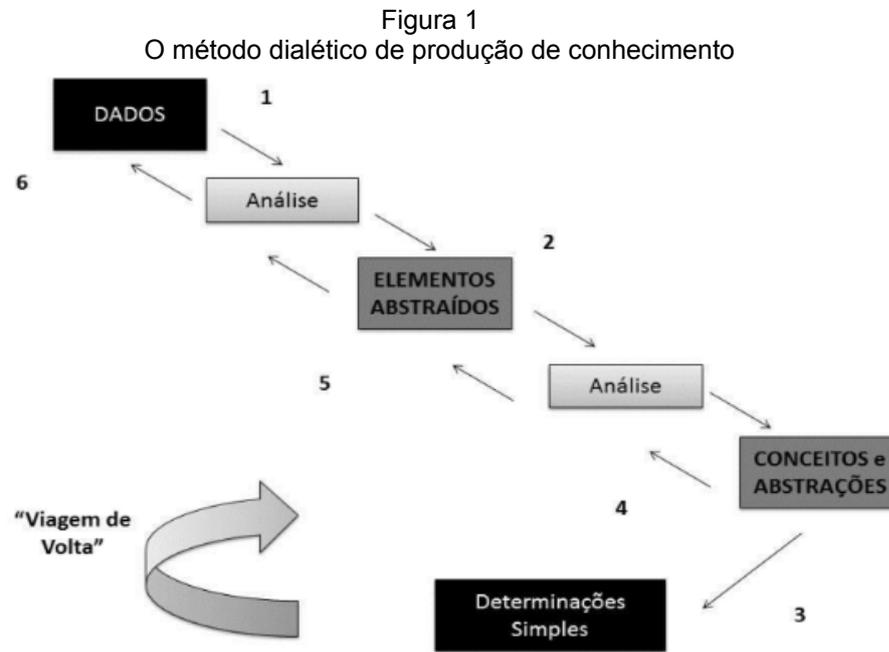
Esta pesquisa se apoia no **método materialista-dialético**⁵, que também constitui o objeto pesquisado, logo parte do princípio da não-imparcialidade do processo investigativo, já que em uma sociedade de classes todo ato ou omissão, é essencialmente um ato político. Ao recorrer à dialética para desvelar a realidade social, negando uma pretensa “neutralidade científica”, tem-se o intuito de intervir e mudar esta realidade social e agir concretamente na negação da ordem do capital.

No trabalho aqui proposto, faremos a análise bibliográfica de duas “tradições” marxistas, que apesar de tratarem de objetos diferentes partem do mesmo princípio teórico-metodológico. Ao recorrer à dialética para desvelar a realidade social, negando uma pretensa “neutralidade científica”, tem-se o objetivo de estabelecer uma atitude de práxis política diante dos fenômenos investigados. Marx (2013) afirma que:

A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real (MARX, 2013, p. 28).

Esta diferenciação se faz necessária, para que haja uma aproximação do real, com a negação das formas aparentes, a imediatez (KOSIK, 2011) e desenvolvimento por meio do método científico, com o exercício da abstração. A abstração é um passo intelectual que parte da realidade concreta, da experiência prévia, e isola elementos da realidade para analisá-los, e logo voltar para a dimensão do concreto pensado, desmistificado, tornando possível identificar as diferenças e as mediações entre essência e forma (LUCÉ, 2018). Desse modo podemos ilustrar a proposta segundo a figura que segue:

5 No primeiro capítulo será detalhada a perspectiva da lógica e do método dialético, como uma das três fontes fundamentais do pensamento marxista.



Fonte: Sistematização da autora, a partir de Netto (2011) e Marx (2008).

Fonte: Damascena (2017) a partir de Netto (2011) e Marx (2008).

Segundo Damascena (2017), este processo parte dos dados que emergem da realidade concreta abstraída, e não do pensamento em estado puro; ao progredir a análise chega-se a conceitos e abstrações; da qual surgem as determinações mais simples; sendo assim é necessário fazer o “detour”, o caminho de volta, já com as novas determinações, e por meio de sucessivas aproximações, buscar o desvelamento do real.

Uma vez percorridos os variados níveis de abstração, analisadas as determinações dos objetos pesquisados, no caso as bibliografias de tradição crítica em Serviço Social e a produção da TMD, são investigadas as determinações comuns e complementares entre si, com novas sínteses em uma totalidade concreta. Cabe colocar que a Totalidade, enquanto categoria dialética, não se limita à soma ou justaposição das partes, mas a sua processualidade, enquanto complexo de complexos, que se movimenta e constitui a “unidade do diverso” (MARX, 2003).

É a partir dessas “pontes” de mediações que se estabelece o método de exposição, que deve contemplar as determinantes do objeto de forma coerente, de modo a elucidar as contradições pertinentes ao mesmo (KOSIK, 2011).

Adota-se aqui **Técnica de Análise Bibliográfica e Documental**, que para Bardin (1977) é utilizada para sistematizar e representar o conteúdo de um documento (ou um conjunto deles) de forma condensada para consulta do objeto pesquisado.

Foram consultados artigos disponíveis online em Revistas indexadas do Serviço Social A, A2, B1, a saber⁶:

Quadro 1 – Caracterização das Revistas Pesquisadas

Revista	Vinculação Institucional	Ano de Criação	Região
Serviço Social e Sociedade (online) (A1)	Editora Cortez	2010	Nacional
Textos e Contextos (A2)	PUCRS	2002	Sul
Argumentum (A2)	UFES	2009	Sudeste
Katálisis (A1)	UFSC	1997	Sul
Temporalis (B1)	Abepss-UFES	2000	Nacional
Em Pauta (A2)	UERJ	2007	Sudeste
Ser Social (A2)	UNB	1998	Centro-Oeste
CRH(A1)	UFBA	1987	Nordeste

Fonte: autor (2019).

Foram pesquisados os descritores “Questão Social” e “Dependência” nas publicações dos últimos 5 anos destes periódicos. Encontraram-se neste período 32 artigos com a temática “Dependência” e 58 com a temática “Questão Social”, totalizando 90 documentos. Com a triagem dos resumos por meio do roteiro de análise, foram selecionados 15 documentos, tendo-se em conta o critério para escolha dos mesmos, a representatividade dos autores em sua produção teórica, a

⁶ O detalhamento dos procedimentos metodológicos segue no Apêndice A.

relevância da obra e a adequada sintonia com as questões do roteiro de análise. Destes artigos foram realizados os fichamentos que compõem a pesquisa. Além desse material, foram consultadas teses, dissertações e livros indicados como referências bibliográficas do tema pesquisado.

Referente ao descritor “Questão Social”, reconhecido objeto central e basilar de investigação e intervenção do Serviço Social, é natural que seja um tema recorrente, apesar do percentual de produção dedicado ao assunto ser relativamente escasso (em média 5% da produção).

Segundo Closs (2015), este fato reflete a necessidade de maior aprofundamento específico deste tema, que é apresentado de forma transversal na formação profissional, sem disciplinas dedicadas a ele, mesmo se observando que na maioria das matrizes curriculares a questão social é um eixo estruturante das diretrizes da ABEPSS. Neste sentido, a autora apresenta uma amostra do conjunto da produção da área, com destaque para textos clássicos da Revista *Temporalis* de 2001, de Marilda Iamamoto, José Paulo Netto, Potyara Pereira e Carmelita Yazbek, que empreendem um esforço teórico para conceituar a Questão Social.

Destaca-se a intersecção da categoria Questão Social com o processo de trabalho e formação profissional em Serviço Social, nas revisões da produção da área. Porém, para os fins desta dissertação, adota-se como critério de delimitação a amostra bibliográfica no recorte da dimensão empírica: “Questão Social e Análises sócio históricas”, subtema este que dialoga com o debate da Teoria Marxista da Dependência. Além dos documentos já indicados por Closs (2015), que constituem a base do referencial teórico, foram incluídos mais quatro artigos: Silva (2017); Souza (2016) e Pereira (2016), da Revista *Temporalis* e Iasi (2018), publicado na Revista *Serviço Social e Sociedade*, além da inclusão do referido artigo de Closs (2015), da revista *Textos e Contextos* (PPGSS/PUCRS).

Referente a categoria “Dependência”⁷, nota-se que é um tema que vem ganhando atenção recentemente na área, (já atinge uma média de 3% da produção), dado o aprofundamento da crise econômica, social política e ambiental que o Brasil e a América Latina vivenciam e as potencialidades interpretativas que esta vertente pode oferecer. Destaca-se que mais da metade das publicações não são de autoria de assistentes sociais (sim de economistas, sociólogos, historiadores,

7 Observar-se que a opção por este descritor se justifica pela ausência de significativa produção quando utilizado o descritor “Teoria Marxista da Dependência”.

entre outros). Podemos sistematizar, estabelecida uma **amostra intencional não-probabilística**, com o limite de um artigo por autor nas seguintes dimensões empíricas:

Quadro 2– Dimensões empíricas

Dimensões Empíricas	Autores
Economia Política Dependente	Carcanholo (2014), Martins (2018).
Superexploração e Precarização do Trabalho	Osório (2018), Valencia (2016).
Formação econômico-social Dependente	Ortegal (2018), Traspadini (2014), Rocha (2014).
Estado e Política Social e Fundo Público Dependentes	Brettas (2017), Valadão (2019), Paiva (2018).
Pesquisa Bibliográfica Questão Social	Closs (2015), Silva (2017).
Questão Social e Análise Sócio-Histórica	Souza (2016), Pereira (2016), Iasi (2019).

Fonte: autor (2019).

O material publicado sobre dependência foca em quatro temáticas principais, a saber:

1. Aprofunda aportes na Economia Política Marxista;
2. Oferece uma releitura da formação econômico-social do capitalismo brasileiro no contexto latino-americano, bem como da gênese e do desenvolvimento da questão social;
3. Introduce a categoria superexploração no debate atual da precarização das relações de trabalho;
4. Aponta as limitações das políticas sociais nas economias dependentes, em especial no contexto neoliberal.

No âmbito da Economia Política Marxista os exemplos desta abordagem serão: Carcanholo (2014) e Martins (2018). Referente aos aspectos sócio históricos em economias dependentes destacam-se Traspadini (2014), Rocha (2014) e Ortegal (2018). Na temática a “Superexploração e Precarização do Trabalho” destacam-se Osório (2018) e Valencia (2016). Por fim, observa-se que a maior parte da produção de autoria de Assistentes Sociais, orbita entre os temas de Estado, Política Social e

Fundo Público, (reflexo da conjuntura atual) dentre os quais destacamos Brettas (2017), Paiva (2016) e Valadão (2019).

Sintetizando, a estrutura que propomos para esta dissertação buscará seguir o seguinte percurso:

Após a Introdução, no Capítulo 2, retomaremos os fundamentos do Marxismo, bem como o debate conceitual de Questão Social. No Capítulo 3, serão analisados os Fundamentos da Teoria Marxista da Dependência, a formação econômico-social brasileira e as expressões particulares de sua gênese e desenvolvimento. Por fim, no Capítulo 4, debateremos a realidade brasileira enquanto economia dependente na atual crise estrutural e mundializada do capital financeiro, suas expressões nas políticas sociais, nas condições de vida da população trabalhadora e suas expressões de resistência.

2 AS TRÊS FONTES DO MARXISMO E A QUESTÃO SOCIAL

“A situação desesperadora a qual
Vivemos me enche de esperança”

Karl Marx ,1843



Pintura: “Retratos” Dolores Mendieta (2008).

O Marxismo é Teoria, Ciência e Ação Revolucionária. Tem a sua origem no trabalho de Marx e Engels, que tinham um claro objetivo de compreender e superar a dinâmica social estabelecida pela burguesia. Esta dissertação se propõe a retomar as raízes do pensamento marxista, importante referencial teórico-metodológico no âmbito do Serviço Social e, frequentemente, objeto de tabus e incompreensões no âmbito acadêmico brasileiro. Segundo Robaina (2011, p. 9):

Nos currículos universitários [...] Marx é tratado como cão morto, a honrosa exceção no Brasil são os cursos de Serviço Social, faculdade em que o marxismo encontra abrigo e contribui na construção do maior núcleo de resistência acadêmica. O desprezo, a omissão e a distorção do marxismo nas universidades na verdade escondem o medo que a classe dominante tem das suas ideias.

Não é, dessa maneira, infundado o temor das classes dominantes perante ideias que questionam e negam o *status quo*. Também é equivocada a compreensão do Marxismo como um movimento único e exclusivamente teórico, pois é a ação concreta que transforma a realidade.

Também não procede o seu enquadramento como uma doutrina ou dogma, mas fruto de uma interpretação da realidade material em constante movimento, sendo para esta, um guia para a ação. Segundo Moreno (2001), ser verdadeiramente marxista não significa estar de acordo com tudo aquilo que escreveu ou o que disse Marx, ou ainda importantes líderes revolucionários como Engels, Lênin ou Trotsky, pois o marxismo, se propõe a ser científico, e a ciência ensina que não há verdades imobilizadas no seu desenvolvimento. A ortodoxia cabe apenas ao método de análise da realidade.

Nessa perspectiva, trabalha-se com a análise concreta da situação concreta, na qual imputa-se na classe proletária, da qual tudo é privado, devido à contradição capital-trabalho, inclusive a negação do caráter de sujeito coletivo com capacidade de romper com o *status quo*.

Para melhor apreensão dos fundamentos do Marxismo, conforme Lênin (1913), podemos didaticamente dividi-lo em três fontes fundamentais, que representam o que havia de mais avançado no final do século XIX no pensamento ocidental, a saber: a dialética da esquerda hegeliana alemã, a economia política liberal britânica de Adam Smith e David Ricardo, bem como o debate político do socialismo utópico franceses Fourier e Sant Simon. Estas três fontes compõem um complexo de complexos integrado e uma poderosa ferramenta interpretativa e interventiva da realidade social.

2.1 A DIALÉTICA: DA NEGAÇÃO, DA SUPERAÇÃO E DAS NOVAS SÍNTESES

A aproximação mais adequada para conceituar a Dialética⁸ é entendê-la como a lógica da realidade em movimento, da contradição, da negação e da construção de novas sínteses, da qual incorpora e supera a lógica formal, que embasou o pensamento ocidental nos últimos dois mil anos (NOVACK, 2006).

⁸ Konder (2011) faz uma anedota, fruto de um diálogo entre militares em plena ditadura brasileira: “dialética é esse negócio que os comunistas inventaram para dizer que uma coisa é, mas ao mesmo tempo não é”.

Historicamente, a origem da dialética remonta à Grécia Antiga, ainda no período pré-socrático, em que Heráclito, ainda de forma incipiente, identifica a contradição em sua face externa. Avança nessa perspectiva o “Estrangeiro de Eléia”, personagem do diálogo platônico, “O Sofista”, que define a dialética também como contradição interna dos sujeitos. Ao se relacionarem, coexistem o “Ser” e o “Não-Ser” como parte de uma mesma unidade (BENOIT, 2006)⁹. Revela-se desta forma, a compreensão do processo dialético como contradição interna e externa simultaneamente.

Aristóteles, por sua vez, sistematiza a Lógica Formal como sendo a base de todo o raciocínio lógico-matemático e científico, fundamental para o progresso do pensamento humano, mas considerada limitada pelos pensadores dialéticos posteriores. Segundo Novack (2006) há três leis da lógica formal, uma decorrente da outra:

- a) A lei da identidade, em que o Ser é igual e idêntico a si mesmo ($A=A$);
- b) A lei da não-contradição, em que o Ser não pode ser o “não-ser” (A não é “não- A ”);
- c) A lei do Terceiro Excluído, na qual duas proposições contrárias são mutuamente excludentes.

Estas leis são baseadas em uma realidade estática, idealizada. Ao não admitir o contraditório, a lógica formal limita-se a examinar apenas dado momento da realidade, sem considerar a mutabilidade do real no decorrer da passagem do tempo.

Por outro lado, nas trilhas da lógica dialética permite-se entender que o real se apresenta como “móvel, múltiplo, diverso, contraditório” (LEFEBVRE, 1991, p. 170). Em oposição às leis da lógica formal, A nem sempre é igual A , e nem por isso deixa de ser A , acumulando novas dimensões.

Importa considerar que ao se propor uma discussão sobre a dialética é imprescindível absorver a contribuição de Hegel, que no espírito das revoluções burguesas da transição do século XVIII para o século XIX, sistematiza o método

⁹ Segundo o autor os diálogos platônicos ainda não eram claros a distinção entre drama, prosa, poesia filosofia entre outras, principalmente os protagonizados por Sócrates, que descrevem a jornada deste para apreender o saber dialético e seu embate com os defensores da lógica formal (representados por Parmênides).

Dialético como conhecemos modernamente, protagonizando uma revolução lógica e questionando, depois de milênios, a lógica formal aristotélica. A dialética não se opõe ao silogismo formal, mas o incorpora com uma nova qualidade. Trotsky (2011) corrobora essa perspectiva ao afirmar que:

O pensamento dialético está para o pensamento vulgar assim como um filme está para uma fotografia imóvel. O filme não rejeita a fotografia imóvel, mas combina uma série de fotografias segundo as leis do movimento. A dialética não exclui o silogismo, mas nos ensina a combiná-lo de modo a aproximá-lo da compreensão de uma realidade eternamente mutável (TROTSKY, 2011, p. 83).

Hegel, vai além da dicotomia de ser e não-ser (vazio de determinações), e desenvolve o conceito de vir-a-ser (ROBAINA, 2013) e desenvolve as leis da lógica dialética da processualidade, da historicidade, da contradição forma-conteúdo, quantidade e qualidade, que serão abordadas na sequência deste trabalho.

No entanto, ainda no século XIX, a dialética hegeliana viria a ser contestada por um dos seus mais célebres discípulos: Karl Marx. Enquanto Hegel concebia uma dialética mistificada, idealizada “de cabeça pra baixo”, Marx ao mesmo tempo incorporou e negou o pensamento hegeliano. Para Marx “o ser social determina a consciência”, não o contrário, proposto por Hegel. Desta forma, Marx valeu-se do instrumental dialético para investigar fenômenos sociais e econômicos e para intervir diante dos problemas do seu tempo.

Segundo Moreno (2011), a lógica Marxista não se limita a um aperfeiçoamento de Hegel, mas a uma nova lógica com um novo critério de verdade: o da *práxis*. A diferença central se estabelece com a predominância da realidade sobre a consciência e do ser sobre o pensamento. “Pode-se dizer que essa filosofia materialista é a síntese que afirma o primado da matéria sobre o espírito” (ROBAINA, 2013, p. 39). Para melhor apreensão das aproximações e diferenças entre a dialética hegeliana e marxista, apresenta-se a tabela a seguir:

Figura 2
Aproximações e diferenças entre as dialéticas em Hegel e Marx

Aproximações	Particularidades	
	Marx	Hegel
<ul style="list-style-type: none"> • A processualidade, a historicidade do real, a negação dos estados, do estático, a provisoriedade. • A interconexão para a apreensão do real, a relevância das relações. • A apreensão por sucessivas aproximações, como totalizações provisórias. • A contradição como motor, movimento, para afirmação da existência pela sua negação inclusiva, para viabilizar as superações. • Não partir de pressupostos, mas explicá-los. • Na exposição partir da categoria mais abrangente em extensão e mais pobre em compreensão. • As determinações derivam de antecedentes (conjunto de condicionantes). • A busca pelas leis e transições. • A exposição deve seguir “o ritmo da própria coisa” em Hegel e deve “espelhar a vida da realidade”, em Marx, enfatizando o movimento que pulsa. • A essência aparece no desenvolvimento do fenômeno. • A relação necessária entre universal e particular. • O concreto como conjunto de múltiplas determinações. • A realização da liberdade esta na relação com o outro, prioridade ao coletivo, sem negar o sujeito. 	<ul style="list-style-type: none"> • Parte do concreto – Homem, em carne e osso, na sua atividade prática e volta a esse concreto. • Tem a materialidade, o concreto, a prática, o trabalho, a luta de classes e a emancipação humana como centrais. • O movimento é infinito. • Tem preocupação com a transformação, com a política, em elaborar produções direcionadas aos trabalhadores, em ocupar espaço na imprensa. • A articulação com o movimento social e com a luta dos trabalhadores. • A pesquisa empírica profunda sobre as condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora e a valorização das contraprovas históricas quantitativas e qualitativas. • As condições objetivas de existência é que determinam a consciência e não o inverso. • O Estado como instrumento de dominação de classe. 	<ul style="list-style-type: none"> • Parte do absoluto e volta ao absoluto. • Tem como centrais o pensamento, a cognição o conceito e a ideia. • O movimento finda no absoluto. • A consciência como determinante. • O Estado como possibilidade de realização do interesse geral. <p>(o que aproxima Hegel e Marx está originariamente na produção hegeliana).</p>

Fonte: Prates apud Robaina (2013, p. 21).

Ambos admitem: a processualidade histórica, que o real é compreendido por sucessivas aproximações, que não se resumem à sua aparência, e que as expressões particulares não expressam em si o todo e, principalmente, que a contradição é o motor da história e de suas superações. As divergências iniciam pelo ponto de partida: Hegel parte do “absoluto”, da consciência, do conceito, enquanto Marx parte do concreto, da realidade, e dali estabelece conceitos. Diferentemente de Hegel, Marx tem um compromisso com a mudança da realidade social. Hegel entende O Estado como a materialização da racionalidade e do “Bem-Comum”, já Marx trata o Estado como instrumento de opressão e exploração, portanto, este bem-comum só pode ser atingido pela sua superação.

Apesar de Marx, não ter dedicado uma obra específica para o debate de método dialético¹⁰, este sempre esteve presente ao longo de sua produção, e nesse

¹⁰ Referente ao trabalho de Hegel, Marx menciona em correspondências trocadas com Engels: “Se tivesse tempo para semelhante trabalho gostaria muito de fazê-lo acessível para a inteligência humana comum em duas ou três folhas, o que há de racional no método descoberto por Hegel, mas que ele mesmo envolveu em misticismo (MARX, 1973).

sentido muitos autores fizeram o esforço de sintetizá-lo, baseados no conjunto de sua obra. Como, Lefebvre (1991), ao propor de forma abrangente cinco leis da lógica dialética:

- a) **Lei da interação universal:** A dialética considera cada fenômeno no conjunto de suas relações com os demais fenômenos e, assim como o conjunto de aspectos e que a partir dele se manifestam pois nada é isolado;
- b) **Lei do movimento universal:** O método dialético reintegra os fenômenos em seu movimento: movimentos internos e externos inseparáveis entre si;
- c) **Lei da unidade dos contraditórios:** *O método dialético busca captar a ligação, a unidade, o movimento que engendra os contraditórios, que se opõe mutuamente, que faz se chocam e levam à superação.* No entanto, o superado não deixa de existir, ao contrário, o superado serve de etapa, de mediação para a obtenção do resultado superior;
- d) **Transformação da quantidade em qualidade (lei dos saltos);** as modificações quantitativas podem ser lentas, insignificantes, e em determinado momento haver uma súbita aceleração do devir, com características bruscas, uma metamorfose profunda extravasada em todas as contradições, que leva ao ‘salto de qualidade’ dialético: a continuidade (o movimento profundo que continua) e a descontinuidade (o aparecimento do novo, o fim do antigo). Nesta linha, Trotsky (2011), alerta que o grande desafio, em qualquer área, é fixar o momento exato, o ponto crítico em que a quantidade se transforma em qualidade;
- e) **Lei do desenvolvimento em espiral (da superação);** este movimento dialético não ocorre de forma linear, muito menos circular, porém de forma “espiral”¹¹: o retorno acima do esperado, para dominá-lo e aprofundá-lo, para elevá-lo de nível, libertando-o de seus limites, concorre para a “negação” da “negação da negação”, em um complexo de teses, antíteses e novas sínteses.

11 A figura originalmente apresentada por Damascena (2017, p. 28) é inspirada na “sequência Fibonacci” – 1, 1, 2, 3, 5, 8, 13, etc. A utilização dessa sequência numérica, justifica-se por ser uma sequência numérica encontrada na natureza (no desenvolvimento de plantas e animais, por exemplo) e, também, pela simetria e proporção do desenvolvimento ao ser representada como um espiral. A sequência ao ser iniciada em 1 (tese) - 1 (antítese), representa a interconexão dos contrários e da sua soma, o 2 (síntese), representa a superação. E, assim, subsequentemente (1+2=3, 2+3=5, 3+5=8, etc.), definem a constituição dos “nós” que impulsionam o movimento da história, representado na figura da espiral.

Marx, diferentemente dos economistas clássicos, percebeu que as leis econômicas essenciais são mutáveis, fruto do desenvolvimento histórico, das relações sociais e das forças produtivas. A historicidade permite que não nos iludamos que as leis sociais e econômicas da sociedade capitalista são universais ou atemporais, ou ainda, reflexo da “natureza humana” ambiciosa e egoísta. Consistem sim, em leis tendenciais e historicamente condicionadas, podendo ser contrarrestadas, negadas ou superadas pelo processo histórico da luta de classes.

Nessa perspectiva é equivocado confundir a **historicidade** com o simples estudo histórico, já que esta contempla as suas relações lógicas, da aparência à essência, em suas diferentes fases e configurações. Marx expõe a estrutura e o funcionamento (troca, circulação, constituição do dinheiro e da moeda) da reprodução do capital. Posteriormente avança para a dinâmica: o trabalho social, os meios sociais, para enfim, transitar para o histórico (divisão do trabalho, acumulação do capital, formação da burguesia) (LEFEBVRE, 1991).

Seguindo a dinâmica explicativa proposta, a **Totalidade**, consiste em um todo estruturado, condicionado por múltiplas determinações, um “complexo de complexos” (KOSIK, 2011). Do processo de reflexão e pensamento, que inteira universalidade e particularidade, movimento de teoria e prática, integrando para além da simples soma das partes.

Para Marx, a sociedade burguesa é uma totalidade concreta. Não é um “todo” constituído por “partes” justapostas. É uma totalidade concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade em constante processo de negação e contradição.

Dando sequência às categorias do método dialético, a **Contradição**, é o motor do movimento da realidade, porque ao negarmos um estado, estimulamos a sua superação em um processo simultâneo de destruição e continuidade (LEFEBVRE, 1991). A Contradição é uma permanente transformação e se dá por meio das interpenetrações dos polos opostos. Tais como os polos entre capital/trabalho, sendo fundamental enxergar para além da aparência, do evidente e se aprofundar nas diferentes essências de problematização.

Por fim, apresenta-se a **Mediação**, fenômeno que ocorre através da contradição entre aparência e essência, permitindo uma maior aproximação da realidade. Para Pontes (2010), a mediação é o movimento que leva a construção da totalidade, mediando o todo e as partes, o geral e o particular, os níveis de

concretude e de abstração, e a forma como esses se expressam na realidade concreta. De acordo com Lefebvre (1991), para desvelar tais leis particulares, portanto, será necessário, no quadro das leis universais, investigar nas realidades particulares e estabelecer as mediações entre aparência e essência.

A partir de cadeias de mediações é possível transitar em Níveis de Análise (OSÓRIO, 2012), que segundo o autor, em níveis mais abstratos (de menor determinação) que se busca compreender a essência dos fenômenos (capital e trabalho, valor, mais-valia), enquanto em níveis mais concretos (de maior determinação). Busca-se as particularidades e as dimensões vistas na imediatividade (o conjunto de capitalistas e trabalhadores, o preço e o lucro). Este exercício é fundamental para avançarmos na compreensão do modo de produção capitalista, suas leis tendenciais e contratendências, inclusive sua crise e possível superação.

2.2 CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA: DA TEORIA DO VALOR À LEI DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E SUAS CRISES

A crítica da Economia Política, busca nos conceitos elaborados pelos autores da Economia Política Clássica, um processo de superação e incorporação das contradições entre as classes sociais e a dinâmica da reprodução do capital na sociedade burguesa. Marx, em “O Capital”, dedica-se a compreender a dinâmica do modo de produção capitalista, suas leis de funcionamento, suas contradições que podem levar a sua reprodução, sua crise, sua reestruturação e seu eventual fim. No primeiro volume da Obra é descrito o processo produtivo e a exploração da força de trabalho, no segundo é apresentada a circulação das mercadorias e no terceiro a distribuição do lucro realizado entre os diferentes atores burgueses (HARVEY, 2018).

A título de síntese, cabe elencar algumas categorias concebidas n’o Capital (em especial no livro I) para descrever as três principais conclusões da crítica da economia política: a Lei do Valor, a Lei de Acumulação do Capital e a Teoria das Crises.

A **mercadoria** é a célula fundamental do modo de produção capitalista, que atende às necessidades do “estômago ou da fantasia” (MARX, 2013). Toda Mercadoria, nessa perspectiva, é dotada de uma qualidade, uma função que a

específica e de uma quantidade que a homogeniza, logo ela é composta por um **valor de uso** e um **valor de troca**.

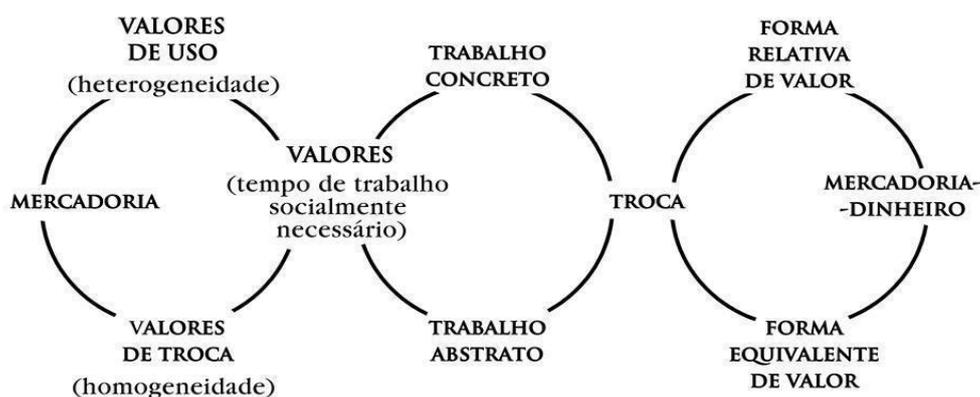
Para que determinada matéria-prima se converta em mercadoria, é necessário extraí-la da natureza, processá-la e transformá-la. Para produzir diferentes mercadorias de diferentes valores de uso, aplicam-se diferentes **Trabalhos Concretos**, que historicamente são identificados por diferentes profissões ou categorias de trabalhadores que se especializam a medida em que se desenvolvem as forças produtivas.

Enquanto o trabalho concreto particulariza os valores de uso produzidos, verifica-se simultaneamente o **Trabalho Abstrato**, que pode ser considerado o “equivalente geral” medido pelo “tempo de trabalho socialmente necessário” em diferentes trabalhos para a produção das mercadorias.

Marx concebeu, então a **Lei do Valor-Trabalho**, como a medida do tempo de trabalho socialmente necessário, um equivalente universal das diferentes formas de produção de mercadorias ou serviços¹².

No entanto, na realidade concreta as trocas comerciais, que são anteriores ao capitalismo, realizadas entre mercadorias de qualidades diferentes, intercambiadas em variadas quantidades, constituem a forma relativa do valor. Ao longo do desenvolvimento das forças produtivas uma mercadoria específica (sal marinho, pedras preciosas, ouro, papel-moeda, etc) cumpre a função de equivalente universal, no qual é refratado a “aparência” do valor, que homogeniza as mercadorias na forma equivalente do valor. Harvey (2013) sintetiza a lógica argumentativa desse processo na figura abaixo:

Figura 4
Valor-Trabalho em Marx



¹² Entende-se aqui trabalho no sentido mais amplo, não apenas aquele que transforma materialmente a natureza, inclusive o chamado trabalho imaterial, ou setor de serviços, que ganha relevância na atual fase do capitalismo.

Fonte: Harvey (2013, p. 35).

Oculto-se, desta forma, nas unidades monetárias o tempo de trabalho exercido e explorado, o que constitui o fetiche da mercadoria. Por trás da mercadoria, que é trocada pela mercadoria dinheiro, oculta-se um processo de trabalho, que também consiste em uma mercadoria diferenciada. Já que a força de trabalho ao ser vendida para o capitalista, parte do tempo despendido que é dedicado à reprodução da mesma (**tempo de trabalho necessário**, traduzido monetariamente em salário), enquanto a outra parcela é dedicada a produzir lucro ao burguês (**tempo de trabalho excedente**).

Este processo ocorre porque o valor de uso da força de trabalho no capitalismo consiste em produzir novo valor, para além da sua auto-reprodução (valor de troca), esta diferença chama-se **mais-valia**, que constitui a fonte basilar do lucro capitalista, conforme figura abaixo:

Figura 5
Jornada de Trabalho e Mais-Valia



Fonte: Teodoro (2019).

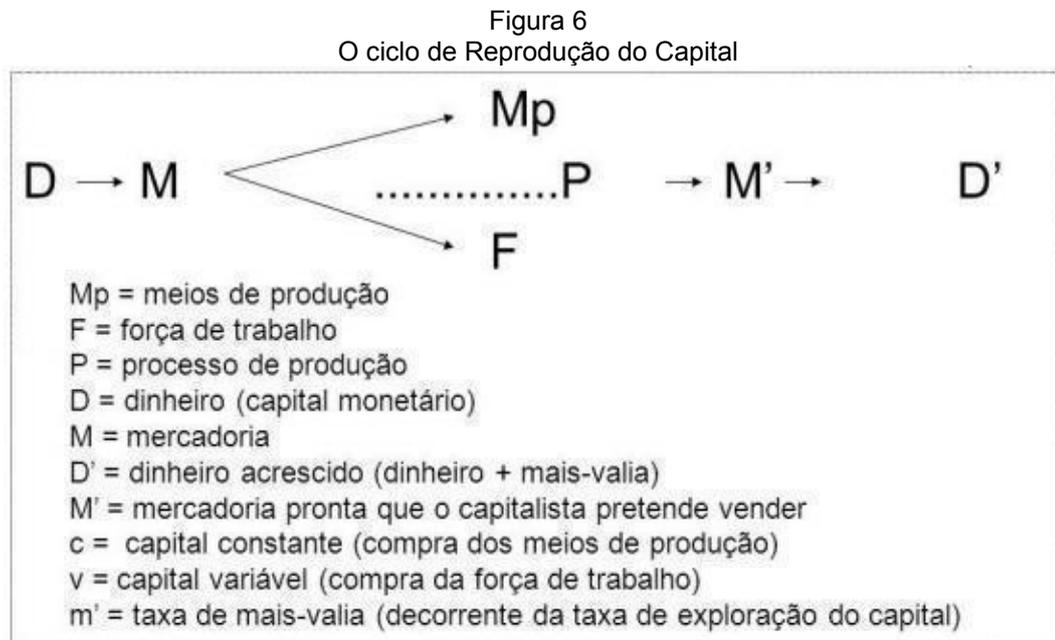
Na figura acima apresentam-se dois mecanismos fundamentais de extração de mais-valia que operam de forma concomitante. A **mais-valia absoluta** é fruto da imposição do prolongamento do **tempo de trabalho excedente**, portanto mais horas produzindo valores para o capitalista. Enquanto a **mais-valia relativa** é fruto da redução do **tempo de trabalho necessário** para a reprodução da força de trabalho, que pode ocorrer com a redução do valor dos chamados bens-salários, que compõem o valor histórico-moral da força de trabalho ou pela intensificação do trabalho. No exemplo acima, no intuito de apresentar didaticamente esse processo, mostra-se um trabalhador cuja jornada de trabalho é de 8h¹³ diárias, 3h delas

13 Valores arbitrários.

destinadas à sua reprodução, enquanto 5h destinadas à extração de excedente. A mais-valia absoluta opera por meio do prolongamento deste período, (por exemplo, para 9h) a mais-valia relativa ocorre com a redução do tempo necessário, (por exemplo, para 2h). Em ambos os casos, estes fenômenos levam a ampliação de horas excedentes e, portanto, ao incremento do lucro do capitalista.

As variáveis que mediam o valor histórico- moral, bem como a intensidade da extração da mais-valia, dizem respeito à correlação de forças entre as classes sociais em um dado momento histórico. As mercadorias em geral que são empregadas como meios e instrumentos de produção transferem o próprio valor (**capital constante**) à novas mercadorias. Diferentemente destas, a força de trabalho, ao ter o seu valor historicamente determinado pela correlação de forças no enfrentamento capital-trabalho, caracteriza-se como capital **variável**.

Por meio deste expediente de exploração do trabalho, os capitalistas acumulam riqueza que se reproduz na dinâmica do seguinte ciclo:



Fonte: Netto (2012, p. 141).

Como se pode observar na figura acima, representa-se as três fases do ciclo da reprodução do capital. Na primeira fase o capitalista dispõe de dinheiro na forma de capital monetário (D) com o qual adquire as seguintes mercadorias: Meios de Produção (MP) e Força de Trabalho (F). Na segunda fase, da produção, os trabalhadores, ao utilizar a sua força de trabalho no processo produtivo (P),

manuseiam tais objetos e instrumentos de trabalho e produzem novas mercadorias (M') acrescidas de **mais-valia**, que são dispostas no mercado para consumo. Na fase da realização tais mercadorias são trocadas por dinheiro (D'), sendo este usufruído como lucro do capitalista, enquanto outra parte é reaplicada na produção.

O capitalista busca maior taxa de lucro, no menor tempo possível de rotações deste ciclo, sob a intermitente pressão da concorrência intercapitalista. Deve, portanto, seguir acumulando para se manter na condição de capitalista e para tanto necessita investir em capital constante e variável, sob pena de ser subsumido neste processo de concorrência. A proporção entre estes capitais constantes e variáveis é medida pela **Composição Orgânica do Capital**.

Eis aqui a **lei geral de acumulação de capital**: em um polo acumulação de riqueza concentrada, noutro exploração, miséria e privação dos meios de vida. Para que haja acumulação de capital, é necessário ampliar a proporção do capital constante sobre o variável, ou seja extrair mais valor ao longo de um menor tempo, e de um menor número de trabalhadores, com isto institui-se um enorme contingente humano “livre” dos meios de produção e submetido ao máximo pauperismo (MARX, 2013).

A manutenção deste excedente de força de trabalho, conhecido como “exército de reserva”, eleva a oferta de força de trabalho, fato que eleva a concorrência entre os próprios trabalhadores e limita os salários. Ou seja, à população trabalhadora cresce mais rápido que a demanda de força de trabalho por parte dos capitalistas. Por isso a pobreza e o desemprego são constitutivos e estruturais na sociabilidade do capital (NETTO, 2001), embora se manifestem de forma desigual nas diferentes economias nacionais.

Quanto maior a proporção de Capital Constante (tecnologia, produtividade) menor o preço médio da mercadoria, maior potencial de realização do valor¹⁴. De forma inversamente proporcional, quanto maior a proporção do Capital Variável, maior a possibilidade de extrair mais-valia (seja de forma absoluta ou relativa) e gerar novo valor, que apenas pode ser realizado se houver êxito na venda da mercadoria. Esta contradição revela uma **tendência à queda da taxa de lucro**, lei

14 Com a elevação da composição orgânica verifica-se o fenômeno do Lucro extraordinário que é produto da mais-valia extraordinária extraída por meio da concorrência intercapitalista, na qual as empresas com maior composição orgânica (ou seja, maior produtividade), conseguem produzir mercadorias de menor valor unitário, que tende ao maior sucesso na fase de realização do capital, em detrimento de outros capitalistas do ramo.

histórica tendencial, da qual os capitalistas buscam uma série de expedientes contratendências, detalhados no livro 3 d'o Capital, à saber (MARX, 1985 apud ROCHA, 2017 p. 245):

- a) aumento do grau de exploração do trabalho;
- b) compressão do salário abaixo do seu valor;
- c) barateamento dos elementos que constituem o capital constante;
- d) incremento substantivo do desemprego e do subemprego;
- e) ampliação do comércio exterior no mercado mundial;
- f) aumento do capital fictício.

Para contrarrestar a tendência de queda à taxa de lucro o capital busca incrementar a exploração do trabalho por meio da intensificação e prolongamento da jornada de trabalho, bem como à remuneração abaixo do valor histórico-moral estabelecido socialmente, que se torna possível dada à disponível para vender a força de trabalho. Com o aumento da produtividade e da composição orgânica se produz mais com menos trabalhadores. Por fim o, próprio incremento do mercado mundial e à financeirização permite conter eventuais problemas na realização do valor.

É neste contexto que a Teoria Marxista da Dependência retoma as leis contratendências e explicita o papel estratégico das economias para a acumulação do capital central.

Na medida em que se acumula capital ocorrem dois fenômenos, a saber: a Concentração de Capital em número cada vez menor de capitalistas, fruto da exploração do trabalho e a Centralização de Capital advinda do lucro extraordinário, com a absorção de capitalistas concorrentes (MARX, 2013). Para que haja tal acumulação de capital, é necessário um enorme contingente humano excedente de força de trabalho, apartado do processo produtivo e submetido ao máximo pauperismo. Como vimos, a gênese da Questão Social está na contradição inexorável entre socialização da produção e apropriação privada e concentrada da riqueza socialmente produzida, portanto, é insolúvel nos marcos capitalistas.

Nesse processo, ganham força os bancos, que centralizam meios de pagamento e garantem aportes para grandes empreendimentos industriais e a sua remuneração por elevadas taxas de juros.

O capital industrial e bancário, à medida que se concentra e centraliza-se a sua posse em cada vez menos mãos, constitui o chamado capital financeiro. A

partir da fase concorrencial, o capitalismo avança para sua “fase superior”, monopolista e imperialista (LÊNIN, 2011), na qual passa a exportar, não apenas mercadorias, mas capitais e dívidas, em nível mundial.

Neste contexto de produção e reprodução do capital, o sistema capitalista encontra-se inexoravelmente à mercê de crises cíclicas. Sintetizando, segundo Netto (2012), podemos detectar três contradições fundamentais no modo de produção Capitalista que levam à estas crises:

- a) Progressiva Racionalidade da produção nas empresas, acompanhada da falta de planejamento da produção capitalista;
- b) A necessidade de maximização dos lucros capitalistas, acompanhada da tendência à queda da taxa de lucro;
- c) A superprodução de mercadorias, sem a correspondente capacidade de aquisição.

A partir destas formulações são compreendidas a dinâmica da acumulação de capital e da exploração do trabalhador, como também a ocorrência das crises na forma como o capital busca manter e acelerar a rotação deste ciclo.

2.3 SOCIALISMO CIENTÍFICO: TEORIA DAS CLASSES, DO ESTADO, E DA REVOLUÇÃO

O Socialismo Científico, oriundo do Socialismo Utópico francês, parte da tradição das revoluções burguesas e constitui a teoria das Classes Sociais, do Estado e da Revolução. A partir da ciência da história, compreende-se a luta de classes como seu motor (MARX; ENGELS, 1977).

Identifica-se que, desde a antiguidade, a origem do poder político e econômico, portanto, da exploração e dominação, repousa na delimitação da propriedade dos meios de produção nas mãos de uma minoria. Minoria que se constitui em classe dominante, seja ela patrícia, nobre ou burguesa e que subjuga a grande maioria da população, por relações de escravidão, servidão ou assalariamento. Para preservar tal poder de classe ergue-se o Estado, bem como, seus aparelhos repressivos e ideológicos.

É importante lembrar que, segundo Engels (2012), nem sempre a humanidade viveu em uma sociedade de classes, já que justamente as comunidades conhecidas como pré-históricas viviam o chamado comunismo primitivo, no qual o trabalho de caça e coleta era coletivo, e não havia a apropriação do excedente do trabalho alheio. Foi a medida em que as tribos se sedentarizaram, que se desenvolveu a agricultura e começou a estabelecer-se o excedente econômico. Desta forma surgem: A propriedade privada, O Estado e a Família (patriarcal).

Segundo Marx (2013), a primeira divisão social do trabalho foi a dominação do homem sobre a mulher, cujo corpo se torna propriedade, desloca-se, portanto, o eixo das sociedades majoritariamente matriarcais do comunismo primitivo para o patriarcado, que não nasce com o capitalismo, mas com a sociedade de classes.

Os trabalhadores, desde muito cedo, são compelidos a pagar tributos, fato este garantido por meio dos aparelhos ideológicos como a lei, a moral e a religião, ou pelos aparelhos coercitivos, dito de outra forma, o “destacamento de homens armados” (LÊNIN, 2012) que detêm o monopólio do uso legal da força. Portanto, ergue-se o Estado, diferentemente das proposições idealistas ou contratualistas, não para suprir o bem-comum, ou proteger a sociedade de um “estado de natureza”, mas sim, para garantir por meio do consenso ou da coerção, a dominação e a exploração de uma classe sobre outra.

Ao longo da história com o desenvolvimento das forças produtivas e das próprias contradições entre as classes, foram se organizando diferentes modos de produção que substituíram o comunismo primitivo a saber: o modo de produção asiático, escravista, feudal¹⁵ e, posteriormente, o modo **capitalista**.

Um marco histórico neste sentido foi o advento da Revolução Francesa, consolidada como a revolução burguesa, que estabeleceu o modo de produção capitalista tal como conhecemos hoje.

Neste cenário é fundamental constatar que: assim como a dialética marxista supera e incorpora a dialética hegeliana, a revolução proletária incorpora e nega a revolução burguesa, que não cumpriu até os dias de hoje, as suas promessas de

15 O modo de produção Asiático, foi predominante nas sociedades como a do Egito Antigo, Babilônia, China e na América pré-colombiana, cujas características foram o represamento de grandes rios como o Nilo, e das terras férteis por aristocracias monárquicas, que mesclavam poder político e religioso, e submetiam os trabalhadores à servidão coletiva. O modo de produção escravista predominou na Grécia e Roma Antiga, berço da “civilização ocidental”.

liberdade, igualdade e fraternidade. O Estado monárquico foi derrotado, a burguesia ascendeu como classe dominante e passou a explorar os operários modernos.

O Estado é, portanto, “produto e manifestação da contradição inconciliável entre as classes sociais” (LÊNIN, 2012) e objetiva manter as relações de dominação. A classe trabalhadora moderna, por sua vez, já não conta com a burguesia para realizar suas revoluções como outrora, logo a sua libertação só poderá ser obra dela própria.

Apesar das inúmeras contradições e sua tendência inexorável às crises que demonstram os *germes* da destruição do modo de produção capitalista, a sua superação só é possível com a ação independente consciente e organizada da classe trabalhadora, amadurecidas as condições objetivas e subjetivas para isto, por isso a necessidade do partido independente da classe proletária.

Eis aqui a grande diferença entre os socialistas utópicos e científicos. Os primeiros creem que basta que a racionalidade e a justiça imperem para que cesse a exploração de uma classe sobre a outra, sem o conflito entre estas, enquanto a perspectiva materialista-histórica identifica a inevitabilidade do confronto entre as classes e que o caminho para o socialismo só é possível com a derrota da classe dominante e do seu Estado Burguês.

É importante destacar que Marx e Engels, além da produção de conhecimento, por décadas de suas vidas dedicaram-se a organização e construção das lutas dos trabalhadores e sua organização enquanto classe, por meio de sindicatos, partidos e associações internacionais¹⁶.

Sua obra, o Manifesto do Partido Comunista, é simultaneamente um documento de agitação política em larga escala, um instrumento de propaganda e síntese teórica do pensamento marxista, um programa que condensa em palavras

16 O movimento operário se organizou em diferentes momentos históricos em 4 grandes internacionais, a saber:

- a) A Primeira Internacional, fundada em 1848, em unidade entre socialistas e anarquistas, das mais diversas matizes, foram protagonistas durante a Primavera dos Povos e na Comuna de Paris;
- b) A Segunda Internacional foi fundada por Engels no final do século XIX, com vários partidos socialistas europeus, ela se desenvolveu com a organização sindical dos operários e com o sufrágio universal ao longo das primeiras décadas do século XX;
- c) A Terceira Internacional, ou Internacional Comunista é fundada pela dissidência dos comunistas da segunda internacional durante a 1ª Guerra Mundial, liderada por Lênin e o partido bolchevique russo e por Rosa Luxemburgo na Alemanha. Após a Revolução Russa, esta organização se instala por todo o mundo com intuito de internacionalizar as revoluções;
- d) A Quarta Internacional, fundada por Trotsky, em 1938, tem a tarefa de manter vivo o programa marxista internacionalista, frente à degeneração burocrática do Estado Soviético.

de ordem aquilo que o movimento comunista organizado na 1ª Internacional tomou como ordem-do-dia naquele momento histórico, a saber: expropriação da propriedade fundiária, imposto progressivo, estatização do crédito e do sistema de transporte, educação pública e gratuita (MARX; ENGELS, 1977). Todas estas bandeiras seguem atuais com novos anéis na espiral de contradições da sociedade capitalista. Este programa teve influência fundamental para importantes revoluções do século XX, como a Russa, Cubana e Chinesa, bem como para milhares de partidos, sindicatos e organizações socialistas e comunistas de diversos matizes.

Há de se destacar que para atingir o objetivo estratégico, ou seja, criar condições objetivas e subjetivas para tomada do poder pela classe proletária e a expropriação da classe dominante, o movimento vale-se de diversas táticas. Destacam-se entre elas o sindicalismo, a atuação parlamentar, a mobilização de massas, guerrilhas, entre outras, conforme a correlação de forças entre as classes (MORENO, 2010). Segundo o autor, os reformistas confundem atuação parlamentar na democracia representativa burguesa, que é tática, com o fim em si; enquanto os anarquistas defendem a queda imediata do Estado sem as mediações das diversas táticas. Segundo Lênin, o Estado, como expressão da contradição e da dominação de uma classe sobre outra, só deixará de sê-lo, se expressar tal contradição entre as classes. Neste raciocínio (Lênin, 2012) é assertivo:

O primeiro ato pelo qual o Estado se manifesta realmente como representante de toda a sociedade - a posse dos meios de produção em nome da sociedade - é, ao mesmo tempo, o último ato próprio do Estado. A intervenção do Estado nas relações sociais se vai tomando supérflua daí por diante e desaparece automaticamente. O governo das pessoas é substituído pela administração das coisas e pela direção do processo de produção. O Estado não é "abolido": morre (LÊNIN, 2012 p. 36).

Nessa perspectiva, a revolução significa a “expropriação dos expropriadores”, ao eliminar a sociedade dividida em classes e socializar os meios de produção, não há mais classe social a ser explorada, e o Estado tal como conhecido, deixa de existir. Cria-se um Estado de “novo tipo”: de caráter socialista, que terá como tarefa a reorganização da vida social e da produção rumo à transição para o comunismo. Segundo Lênin (2012), estas conclusões se opõem tanto às ideias reformistas do “definhamento” gradual do Estado, quanto às ideias de supressão imediata de qualquer forma de Estado defendida pelo anarquismo.

Dada a escala mundial da divisão internacional do trabalho no modo de produção capitalista, para que haja êxito em uma revolução comunista, não basta revolucionar dentro das fronteiras dos Estados Nacionais, é preciso superar o capital também em escala mundial. Por isso Marx e Engels (1977), conclamam para a união dos trabalhadores do mundo inteiro em nome da revolução internacionalista, visto que o modo de produção capitalista em nível mundial desenvolve-se de modo desigual e combinado (TROTSKY, 2007).

Mais especificamente, nas economias nacionais, principalmente nas periféricas, coexistem aspectos modernos e atrasados, que se desenvolvem aos saltos, devido a própria influência imperialista das economias centrais. O capital, em seu complexo de complexos, explora de forma integrada e diferenciada tanto os trabalhadores dos países centrais quanto periféricos.

2.4 QUESTÃO SOCIAL: UMA TOTALIDADE INTEGRADA

A partir das três fontes do Marxismo que compõe uma totalidade integrada, cabe debater em seus pormenores a categoria da Questão Social que se consolidou como categoria central e objeto de estudo e intervenção do Serviço Social.

Inicialmente, cabe retomar a origem do conceito de Questão Social, estranho ao léxico marxista, que remonta ao início do século XIX, auge da primeira Revolução Industrial, cuja desenvolvimento das forças produtivas levou a ampliação do “pauperismo”. Esse fenômeno preocupa vários segmentos da intelectualidade, desde os conservadores aos socialistas (NETTO, 2010), vertentes que até hoje disputam concepções e “soluções” para a Questão Social, ou seja, buscam responder ao fenômeno inaugurado neste período de precariedade absoluta das condições de vida nas grandes cidades fabris.

Conforme relata o autor, os conservadores no geral, responsabilizam o indivíduo por suas mazelas e propõem usualmente ações filantrópicas e moralizantes, para “integrar” os sujeitos “excluídos” do tecido social, sem questionar a estrutura socioeconômica vigente, nem viabilizar cenários considerados por estes “caóticos” de revoltas populares das massas miseráveis.

Entre estes, destaca-se Durkheim, um dos pilares da sociologia moderna, que embora naturalizasse a desigualdade social, defendia a necessidade de reforma social, pois não se podiam romper os “vínculos sociais” ao se propor limites para as

desigualdades, enfatizando a lógica integrativa à dinâmica social e funcional à manutenção da sociedade regida pelo capital.

Já a Doutrina Social da Igreja Católica, conforme o mesmo autor (2010), trata a Questão Social como um problema de ordem moral e, objeto da caridade e do “espírito cristão”. O consenso entre o conservadorismo laico e confessional é que a desigualdade é natural, mas deve ser “moderada” por valores oriundos ou da educação formal ou da doutrina social católica. Observa-se a ausência de qualquer perspectiva de mudança estrutural. Busca-se reformas de teor paliativo para manter a “ordem social”, ou seja, “mudar para que nada mude”.

Em outra perspectiva, Thomas Malthus apresentou justificativas demográficas, que atribuíam uma suposta escassez ao crescimento populacional em porção superior a produção de alimentos, logo, a saída seria privar parte da humanidade do direito de reproduzir-se, novamente, reduziu-se o debate ao âmbito supostamente moral.

Mesmo com a naturalização e a criminalização paulatina do pauperismo o problema persistia. Aponta-se limitações nestas proposições pois estas ignoraram determinantes objetivas das relações de produção capitalista. Tais acepções, segundo Montañó (2012), refletem a separação positivista, no pensamento conservador, entre o econômico e o social, como se a miséria e a exclusão social fossem fenômenos autônomos e isolados da estrutura social. Ressalta-se em Castelo (2010), que diferentemente de modos de produção pré-capitalistas, nos quais a pobreza e as desigualdades sociais eram observáveis devido a debilidade das forças produtivas, no capitalismo industrial não há como atribuir tais mazelas à limitações naturais, sem questionar as relações de produção social e a propriedade privada.

Os Marxistas em contrapartida, atribuem um sentido crítico à essa perspectiva (SILVA, 2017), na qual a gênese da “Questão Social”, repousa justamente na contradição inexorável entre socialização da produção e apropriação privada e concentrada da riqueza socialmente produzida.

A transição para o capitalismo foi realizada através da acumulação primitiva de capital, com a expulsão violenta dos camponeses das terras comunais, aliados dos seus meios de produção e de reprodução sociais. Os trabalhadores do campo foram, naquele momento, obrigados a subsistir nas cidades em péssimas condições de vida. Tal fenômeno se mundializou com a colonização e a escravidão nas Américas, África e Ásia. Dessa forma foi possível ampliar a acumulação de capital e

constituir condições de produção social que permitiram o grau de desenvolvimento de forças produtivas.

Logo a “Questão Social” emerge em sua essência quando o proletariado se impõe como um sujeito histórico independente e autônomo, lutando contra suas próprias mazelas, portanto em uma ameaça real à ordem burguesa (CASTELO, 2010). O autor identifica um contraponto socialista no debate sobre “Questão Social em algumas obras de Marx e Engels (“A situação da classe operária na Inglaterra”, “Glosas críticas Marginais”, etc) para descrever as condições precárias cotidianas do proletariado. Castelo (2010, p. 91) destaca Engels como o primeiro cientista social e militante comunista a “relacionar as diversas expressões da “questão social” com suas causas profundas, à exploração e a alienação capitalista”.

Depois da Primavera dos Povos movimento revolucionário que incendiou à Europa em 1848, Marx passou a tratar à situação dos trabalhadores como “Questão Operária”, como descreve Castelo (2010, p. 92):

Ao promover a substituição da palavra ‘social’ pela ‘operária’, Marx apontou para um novo tratamento teórico da “questão social”, pois deixou de trabalhar com a hipótese então conservadora de que os problemas sociais atingem a todos os segmentos sociais de forma indiscriminada, e passou a relacioná-los de forma mais estreita ao seu conteúdo de classe (CASTELO, 2010, p. 92).

O autor sustenta a tese que Marx resume neste momento a inconsistência teórica da fraseologia conservadora por trás da categoria ‘Questão Social’ e atribui um correto recorte de classe, desenvolvendo uma série de categorias (Lei do Valor, Mais-Valia, Lei de Acumulação etc...) que fidedignamente, à partir da realidade concreta desnuda as formas fetichizadas e abstratas da realidade. Dessa forma retornam ao concreto com a mais profunda compreensão da estrutura e dinâmica da relação capital-trabalho. Ou seja, embora abdique da terminologia, a situação de exploração e pauperismo do nascente proletariado jamais deixou de ser o centro de seus escritos políticos e intelectuais.

Contemporaneamente, muitos marxistas, em especial na área do Serviço Social, assumem uma visão reconceituada do termo “Questão Social” que retoma as bases conceituais marxistas, cuja raiz se encontra na Lei Geral de Acumulação de Capital.

Para que haja acumulação de capital, como explicado anteriormente, é necessário um enorme contingente humano “livre” dos meios de produção e

submetido ao máximo pauperismo (MARX, 2013). Por isso a pobreza e o desemprego, tal como cotidianamente percebidos, são constitutivos e estruturais na sociabilidade do capital (NETTO, 2001).

Um clássico debate sobre a Questão Social é apresentado na Revista *Temporalis* de 2001. Iamamoto (2001) apresenta a Questão Social no conjunto das expressões de desigualdades e resistências engendradas na sociedade capitalista, conforme segue abaixo:

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões de desigualdades engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto a apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. [...] expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características ético-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. [...] Esse processo é denso de conformismos e resistências, forjados ante as desigualdades, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais (IAMAMOTO, 2001, p. 17).

A Autora além de desocultar a centralidade do trabalho na produção do valor na sociedade capitalista, agrega outras mediações transversais como gênero, raça, etnia como expressões de luta social e ressalta o papel do Estado, que se coloca a responder às pressões da classe operária que intervêm no cenário político (CLOSS, 2015). Desta forma, a Questão Social rompe com a esfera privada das relações de trabalho em consequência das lutas sociais que desencadeiam a intervenção estatal para manter a “estabilidade política”, fato este que a torna objeto de política governamental, conforme correlação de forças entre as classes e seus respectivos processos societários.

A contribuição de José Paulo Netto (2001) também destaca fundamentos economia política marxiana, em especial a Lei de Acumulação do Capital e constata que dada a tendência a elevação da composição orgânica do capital, conforme desenvolvem-se as forças produtivas, em diferentes contextos históricos de acumulação capitalista com cada vez mais obsolescência de força de trabalho, desenvolvem-se novas manifestações da Questão Social e maneiras de vivenciar o pauperismo, cuja “existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado como potência social dominante (NETTO, 2001, p. 45).

Tais expressões diversas não são acidentais nem transitórias, mas consequência do padrão de acumulação de capital, portanto, refutam as aceções

que alegam à existência de uma “Nova Questão Social” ou ainda “múltiplas” Questões Sociais, já que seguem vigentes as leis tendenciais capitalistas.

Carmelita Yasbek (2001), acrescenta um recorte no âmbito da pobreza e da subalternidade, cuja expressão de desigualdade excede à esfera econômica e abrange a exclusão social e cultural, definindo para os “pobres o seu lugar na sociedade”. Lugar este, destituído de direitos sociais de “cidadãos” e da riqueza socialmente produzida. Neste sentido a sua acepção de pobreza é multidimensional e sua abordagem agrega às explicações anteriores, centradas na produção capitalista, um olhar sobre a reprodução das relações sociais, indissociáveis do ciclo de acumulação do capital.

Torna-se evidente, portanto, que só serão superadas as determinantes da Questão Social se forem superadas as contradições fundamentais do modo de produção capitalista, em especial a contradição entre a socialização do trabalho e a apropriação privada do lucro, fato este que só será possível com uma ruptura radical do capitalismo. Este fato leva a uma polêmica no âmbito das táticas para enfrentar a Questão Social no campo marxista. Com avanço das forças produtivas do capitalismo, principalmente nas economias centrais, foram possíveis conquistas de concessões à classe trabalhadora, fruto da luta organizada de massas, por meio das políticas sociais.

Por isso reitera-se que não há como sanar a Questão Social sem tocar nos fundamentos econômicos e sociais do capitalismo. Em que pese essa compreensão não possa ser confundida com o imobilismo ou o fatalismo. Não há dicotomia entre reforma e revolução, desde que a primeira sirva como tática para avançar a consciência da classe para lutar pela segunda, que é o objetivo estratégico.

Este entendimento reflete a busca pela totalidade e a mediação dialética. É equivocado afirmar que as políticas sociais representam única e exclusivamente medidas funcionais economicamente (com a redução do valor de reprodução da força de trabalho) e politicamente (para legitimar o regime burguês). Embora isso não deixe de ser verdade, não são as únicas determinantes (BEHRING; BOSCHETTI, 2006). As políticas sociais representam, em última instância, conquistas da organização da classe trabalhadora, embora não possam ser o fim em si das lutas populares.

Marx (2013), ao analisar as Leis Fabris inglesas, já reconhecia que serviam como mecanismo de limitar as jornadas de trabalho e a acumulação de capital, sem extingui-la por completo. Assim, favorecendo a organização da classe trabalhadora,

para que venha acumular forças para lutar em horizonte emancipatório:

A lei da jornada de dez horas [a restrição legal da jornada de trabalho] não foi apenas um grande êxito prático; foi a vitória de um princípio; pela primeira vez, em plena luz do dia, a economia política burguesa sucumbiu ante a economia política da classe operária (MARX, 2013 p. 354).

Desde que não tomadas como fim em si (reformismo), mas como tática, estes embates à serviço de uma estratégia revolucionária tem significado importante na luta de classes. Embora não representem a superação da propriedade capitalista, nem por isso deixam de ser legítimas. Como advertem Paiva e Ouriques (2006, p. 170), esse processo: “não suprime o potencial político do processo de disputa decorrente da luta pelos direitos sociais para as maiorias”.

A Questão Social se apresenta, portanto como uma unidade de diversidade. Unidade, no sentido da estrutura mundializada a serviço da acumulação do capital que se impõe de forma global, na dinâmica as políticas governamentais que favorecem o capital financeiro e os organismos internacionais. O Estado, neste contexto, assume um novo papel na reestruturação produtiva das relações de trabalho, na supressão dos direitos e políticas sociais e no redirecionamento do fundo público para reproduzir o capital rentista. Diante disso, a instabilidade das relações de trabalho, para ampliar a exploração, aprofunda a “banalização” e a “descartabilidade” da condição humana da vida dos trabalhadores aprofundando as “expressões” da pobreza, miséria e o desemprego estrutural (IAMAMOTO, 2012).

Simultaneamente é diversa, pelas múltiplas refrações apresentadas na realidade social vividas no cotidiano dos sujeitos: são mais de treze milhões de desempregados em todo o Brasil, são os trinta e oito milhões de trabalhadores na informalidade, são as mulheres vítimas de violência doméstica, é o morticínio da juventude negra, são os recursos contingenciados da Educação, fruto do processo de mercantilização e financeirização da mesma. Todos os fatos são expressões de desigualdades na vida social.

Destaca-se no Brasil uma brutal desigualdade social; segundo estudo da OXFAM (2017), seis famílias concentram o equivalente à riqueza da metade mais pobre da população. A parcela dos 5% mais ricos detêm a mesma fatia de renda que os demais 95% da população. Se expressa também a desigualdade de gênero e raça como expressão da Questão Social: mantida a tendência dos últimos 20 anos, as mulheres ganharão o mesmo salário que os homens em 2047, enquanto negros

terão equiparação de renda com brancos somente em 2089 (OXFAM, 2017). Comprova-se com isso o agravamento das manifestações da Questão Social, com suas múltiplas determinações, de classe, gênero, raça e etnia.

Dentro deste complexo de complexos, corre-se certos riscos, como afirmar que há “**múltiplas questões sociais**”, ou ainda, uma “**nova questão social**”. Sem a mediação da totalidade corremos o risco de desconectar as suas múltiplas expressões, fragmentando-a em “diversas questões” sociais que retomam a ótica de “problemas sociais” a responsabilização individual dos sujeitos (CLOSS, 2015). Também, não procede, nessa perspectiva, discutir que haja uma “nova questão social”, como se a contradição capital-trabalho e suas expressões de desigualdades e resistências já estivessem superadas, quando de fato se apresentam em novas mediações históricas, com a mesma essência de fenômeno. Ou ainda, há o risco, de realizarmos uma análise unívoca e estruturalista que não compreenda as particularidades no cotidiano dos sujeitos que mediam este todo.

Como esforço de síntese da interpretação marxista sobre a Questão Social em seus múltiplos níveis de maior abstração aos níveis de maior concretude (OSÓRIO, 2012):

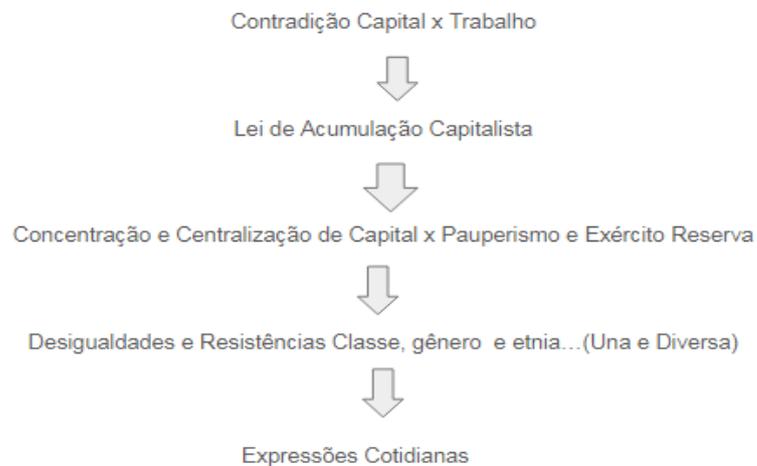
A Questão Social origina-se da **Contradição Trabalho e Capital** nível mais abstrato e genérico; desta contradição origina-se a **Lei geral de Acumulação de Capital**. A medida que capital se acumula, de modo a concentrado e centralizado nas mãos de cada vez menos burgueses observa-se a disseminação do **Pauperismo** com aumento vertiginoso do **Exército de Reserva**. Esta realidade se concretiza em um conjunto de **expressões de desigualdades e lutas sociais** produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais. Manifestam-se as expressões de classe, gênero, etnia, raça territorialidades e nacionalidades, compondo **uma unidade na diversidade**. Estas relações tomam forma concreta nas expressões cotidianas da vida social e são objetos de intervenção no Serviço Social.

Este, enquanto área do conhecimento tem como desafio da práxis transitar entre os níveis de abstração e concretude.

Ilustra-se a seguir, os níveis de abstração em seu desenvolvimento para os níveis de concretude.

Figura 7
Questão social

Questão Social



Fonte: elaboração do autor.

Enquanto expressões diversas, cabe destacar as múltiplas particularidades da realidade Brasileira e Latino-Americana, cuja formação econômico-social está diretamente vinculada aos processos de colonização e escravização, fundamentais para o processo de acumulação primitiva de capital e a gênese do modo de produção capitalista global. Já que uma vez superada a condição de colônias prevalecem as dimensões de Dependência, como reflexo da posição da América Latina e da Brasil divisão internacional do trabalho.

3 A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA E À FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL DO BRASIL

“O desenvolvimento do subdesenvolvimento é a lógica do capitalismo mundial”. Gunder Frank



Pintura: “La Pachama enferma” Dolores Mendieta (2015).

Na realidade Brasileira e Latino-Americana, cuja formação econômico-social está diretamente vinculada aos processos de colonização e escravização, parte-se do processo de acumulação primitiva de capital e da gênese do modo de produção capitalista mundializado. Uma vez superada a condição de colônia prevalecem as dimensões de Dependência, como reflexo da posição da América Latina e do Brasil na divisão internacional do trabalho. Portanto, a Teoria Marxista da Dependência é fundamental para a compreensão da formação econômico-social das economias dependentes na dinâmica internacional do capital.

A Teoria Marxista da Dependência constitui-se em um desdobramento da Teoria do Valor em Marx e da teoria do Imperialismo em Lênin (LUCE, 2018) para a

compreensão da formação econômico-social das economias dependentes na dinâmica internacional do capital.

Além destes expoentes, outros autores destacam-se como aportes importantes na indução dos conceitos da Teoria Marxista da Dependência, dentro do amplo debate no campo marxista a respeito do Imperialismo. Dentre os quais a figura de Rosa Luxemburgo, ao identificar que o capitalismo europeu não consegue sobreviver sem as economias do oriente como Índia, China e Egito; León Trotsky, que introduz o conceito do desenvolvimento desigual e combinado; ou ainda os marxistas norte-americanos Paul Baran, Paul Sweezy e Léo Huberman, fundadores da *Monthly Review*¹⁷.

No caso da América Latina, deve-se retomar o legado, desde as lideranças de libertação nacional, como Simón Bolívar, José Martí e Mariátegui (que já na década de 1920 pensou um marxismo latinoamericano). Convém citar igualmente, Ricardo Paredes, delegado equatoriano da Terceira Internacional, que questionou com propriedade o termo “países semicoloniais”, definindo-os como “países dependentes”.

A Teoria Marxista da Dependência toma forma em contexto histórico particular: pós-segunda guerra mundial, com a libertação das colônias pelo mundo e o início do processo de industrialização subordinada na América Latina. Este processo deu-se de forma claramente desigual e integrada aos interesses das potências imperialistas centrais, acrescido dos conflitos com o bloco soviético.

Nesse contexto, foi criada a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), braço da Organização das Nações Unidas (ONU) pelo desenvolvimento da América Latina, que adotou claramente pressupostos desenvolvimentistas e evolucionistas. Celso Furtado foi o principal representante brasileiro desta perspectiva, que concebia o desenvolvimento capitalista como um processo gradual, no qual às economias periféricas bastava replicar o modelo de industrialização das centrais. Esta visão consistia em, segundo Marini (2005, p. 62): “um instrumento de domesticação dos povos oprimidos do Terceiro Mundo e arma com a qual o imperialismo buscava fazer frente aos problemas criados no pós-guerra pela descolonização”.

Observou-se então, uma tendência, principalmente na esquerda hegemônica brasileira a época (PCB, PTB, entre outros), no sentido da conciliação de classes e

17 Criada em 1949, é uma revista [socialista](#) publicada mensalmente na cidade de Nova Iorque.

da necessidade do desenvolvimento etapista de um suposto Brasil “semi-feudal”. Neste sentido, seria necessário para a classe trabalhadora aliar-se às burguesias locais nacionalistas contra o imperialismo das economias centrais. Tais posições estavam em sintonia com as diretrizes da, há muito tempo *burocratizada*: Terceira Internacional.

Estas posições tornaram necessária a formulação de uma “nova esquerda”, que influenciada pelo processo da Revolução Cubana e abarcando tendências leninistas, castristas, trotskistas e maoístas, se encontrava imbuída no sonho da “Nuestra América”, em uma aposta em processos de insurreição anticapitalista e antiimperialista, sem se vincular à estrutura soviética.

Também como fruto da influência cubana destaca-se, a vertente “foquista”, defendida entre outros por Régis Debray, que buscava transpor a tática dos focos guerrilheiros vitoriosos em Cuba, como um modelo universal para as revoluções latino-americanas, sem, contudo, realizar um estudo aprofundado da conjuntura e da correlação de forças entre as classes. Tal tendência ganhou adesão significativa, principalmente entre os jovens, até certo ponto voluntaristas (e não por isto menos meritosos) daquela geração, que vivenciaram o fechamento dos regimes em seus países. Este contexto os levou inclusive ao enfrentamento armado contra o terror de Estado.

É nesta conjuntura que surgiu a chamada “Escola da Dependência”, desenvolvida por autores brasileiros e latino americanos ao longo das décadas de 60 e 70 do século passado, entre os quais destacaram-se os brasileiros Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e o alemão Gunder Frank, além de outros intelectuais e jovens militantes socialistas deste período. Esta formulação teórica não só rompeu com os pressupostos desenvolvimentistas defendidos pela CEPAL; como também procurou superar uma visão marxista dogmática, portanto não-dialética e etapista, que classificava países, como o Brasil que vivia um processo de industrialização, em um patamar de semifeudalismo. Sintetizava essa perspectiva o relato do ativista estudantil (GUTIÉRREZ, 2005, p. 253- 254):

Aprendi muito cedo, com Ruy, que a teoria da dependência não era um subproduto ou uma alternativa acadêmica à teoria desenvolvimentista da Cepal; essa teoria encontrava suas raízes nas concepções da nova esquerda que surgia em toda a América Latina e que buscava se contrapor à ideologia desenvolvida pelos Partidos Comunistas, que começaram a incorporar as ideias cepalinas, a partir das teses da deterioração dos termos

de troca, do dualismo estrutural, da existência de uma suposta burguesia nacional e da viabilidade de um desenvolvimento capitalista autônomo. Isso os levava a sustentar a ideia da revolução democrático-burguesa, antifeudal e antiimperialista, herdada da Terceira Internacional.

Cabe aqui citar momentos históricos importantes que uniram este grupo de intelectuais revolucionários, a saber:

- a) o primeiro Congresso da Organização Revolucionária Marxista denominada Política Operária (Polop), em 1961, uma das organizações que se agregava à “nova esquerda”, portanto, não-vinculada aos ditames soviéticos;
- b) a fundação da Universidade de Brasília (Unb), no bojo do projeto nacional-desenvolvimentista em 1962, na qual Theotônio, Vânia e Rui Mauro, ainda jovens, lecionaram, a convite de Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira. Destaca-se que neste período de forte produção intelectual em uma nova perspectiva universitária, ocorreram várias iniciativas com a formação de grupos de estudos sistematizados d’O Capital” de Marx, experiências estas, interrompidas pelo Golpe Cívico-Militar de 1964.

Após o Golpe, estes intelectuais passaram à clandestinidade ou ao Exílio. No caso de Marini, no México. Importa destacar que Marini lecionou, neste período, na Universidade Autônoma do México (UNAM), quando produziu uma série de ensaios que viriam a ser compilados no livro “Subdesenvolvimento e Revolução” (1967), obra de grande relevância para o desenvolvimento da TMD.

Vânia Bambirra e Teutônio Santos exilaram-se no Chile em 1966, país que se tornaria um importante ponto de acolhida de exilados políticos da esquerda sul-americana.

Na década de 1970, com a eleição de Salvador Allende, da Unidade Popular, que buscava o “socialismo pela via pacífica” abriu-se uma importante polarização contra a direita associada ao imperialismo norte americano. Neste processo, já no Chile, Marini alinhou-se ao “Movimento de Izquierda Revolucionária” (MIR), inclusive se tornando membro do Secretariado Nacional da Organização. O MIR, que apostava na insurreição popular, e no enfrentamento concreto da burguesia com o armamento efetivo dos trabalhadores, constitui-se em um dos mais significativos movimentos de vanguarda revolucionária da época. As suas ações, como os operativos nas fábricas, por meio da organização dos *cordones industriales*, as tomas de terreno para o assentamento das *poblaciones en viviendas sociales*, e a

sua intensa capilaridade junto aos trabalhadores dos mais diversos ramos de produção, deram a este movimento um papel protagonista na pauta de uma possível superação estrutural do capitalismo no Chile (SALAZAR, 1999).

Simultaneamente a sua intensa militância, Marini lecionava em Santiago no Centro de Estudos Sócioeconômicos (CESO), da Faculdade de Economia da Universidade do Chile. Coordenado por Theotônio dos Santos, o centro contava com expressivos intelectuais e atores políticos da época, como Vânia Bambirra, Gunder Frank, Marta Harnecker, José Cuerva, Sergio Ramos, Roberto Pizarro, Orlando Caputo, Jaime Osório, entre outros.

Nesta época foram produzidas as obras: “Desenvolvimento do Subdesenvolvimento”, de Gunder Frank (1967); “América Latina: dependência e subdesenvolvimento”, de Vânia Bambirra (1973), “Imperialismo e Dependência”, de Theotônio dos Santos (1978), e “A Dialética da Dependência”, obra mestra de Marini (1973), considerada o “Manifesto de Fundação” da Teoria Marxista da Dependência.

A Dialética da Dependência, de Marini, retoma os fundamentos da crítica da economia política e, a partir destes, elabora leis tendenciais próprias das economias dependentes, desafiando pretensos dogmas do marxismo da época. Esta perspectiva não ficou isenta de críticas, de vertentes dogmáticas do marxismo, dos desenvolvimentistas ou ainda, em especial, daquele que viria a ser o futuro presidente brasileiro: Fernando Henrique Cardoso (FHC). Este, junto a José Serra e Enzo Falleto, contestava a legitimidade da obra, a partir de um enfoque weberiano da dependência, no qual a superexploração é uma consequência de um capitalismo débil ou atrasado e conjunturalmente estagnado, não se constituindo em uma lei tendencial do capitalismo dependente. Portanto, para os autores mencionados, a solução seria o desenvolvimento capitalista nacional.

Em 1973, com o advento do golpe militar de Augusto Pinochet no Chile, novamente o grupo dos dependentistas, junto a inúmeros ativistas tiveram que abandonar o país (muitos deles retornaram ao México).

Posteriormente, já com a promulgação da lei da anistia, em 1979 no Brasil, vários militantes retornaram à sua terra de origem, dentre eles ao grupo da Escola da Dependência. Pode-se dizer que a partir deste momento, a Teoria Marxista da Dependência teve que enfrentar uma espécie de exílio acadêmico-intelectual em seu próprio país. As suas obras, amplamente conhecidas no exterior, especialmente nos países hispano hablantes, enfrentaram, um ambiente hostil em solo brasileiro, com a

distorção patrocinada especialmente por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Folleto.

A primeira edição em português de “Dialética da Dependência” foi publicada apenas em 2000, aproximadamente três anos depois da morte de seu autor e vinte e sete anos após a sua publicação original. É no início do século XXI que a TMD retoma o seu lugar no debate acadêmico, com importantes contribuições ao estudo do Brasil e da América Latina. A sua influência se expande para várias áreas do conhecimento, tais como: Economia, História, Sociologia, Geografia, Arquitetura e Urbanismo, Relações Internacionais e Serviço Social, entre outras.

Devemos destacar que a formulação desta teoria emanava da prática política e dos processos reais de luta vividos naquele período. Cabe retomar os fundamentos e as leis tendenciais da economia política da Dependência. A medida que as relações capitalistas de produção se impõem e se mundializam, essas também se particularizam em cada formação sócio histórica, bem como as expressões da Questão Social. Dentro desta totalidade se expressam novas contradições e mediações.

No caso Latino Americano e Brasileiro uma vez emancipado do caráter formal de colônia, prosseguiu a subsunção real de sua economia às potências centrais e à dinâmica internacional do Capital (MARINI, 2005), preservando-se dessa forma o seu caráter dependente (CARCANHOLO, 2014). Evidencia-se que é a condição de Dependência que estabelece a “unidade contraditória” das diversas economias latino-americanas. Neste sentido, (FERNANDES, 1973) passou a negar a pretensa universalidade do processo capitalista de desenvolvimento das classes sociais na Europa e analisar a realidade sócio-histórica a partir de suas singularidades sem, no entanto, desvinculá-la do contexto internacional, justamente em virtude da dependência externa e da cooperação associada entre as elites locais e nacionais. Fica claro que se torna impossível um desenvolvimento capitalista “independente”.

Para Gunder Frank (1973) o subdesenvolvimento dos países da América Latina se dava, justamente determinado pelo desenvolvimento do capitalismo mundial, e não pela falta ou por uma deformação deste, posto que, o subdesenvolvimento e a dependência são funcionais à própria dinâmica central do capital.

Além das Contribuições da lei do Valor em Marx e a Teoria do Imperialismo de Lênin, identificamos que a leitura da realidade latino-americana e brasileira é influenciada pelo “desenvolvimento desigual e combinado”, contribuição do marxista León Trotsky, ao realizar o estudo da particularidade da economia russa, como descrito abaixo:

A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do processus histórico, evidencia-se com maior complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas” (TROTSKY, 1977, p. 25).

O processo de colonização das Américas e a acumulação primitiva de capital foram a expressão mais evidente da coexistência entre as formas de produção e reprodução social arcaicas e modernas que se reproduz sob novas dinâmicas entre economias dependentes e imperialistas¹⁸.

Para subsidiar o debate apresentado pela TMD a partir dos fundamentos do marxismo, e assim, constituir novas categorias de análise para dar conta do desenvolvimento capitalista dependente há de estabelecer os seguintes níveis de abstração (OSÓRIO, 2012):

- a) Modo de Produção Capitalista;
- b) Mercado Mundial;
- c) Formação Econômico-Social;
- d) Conjuntura.

Nesse sentido, o Modo de Produção Capitalista opera em nível mundial com as suas próprias características e leis tendenciais e contratendencias. No entanto, o Capitalismo se mundializou de forma desigual e combinada (NOVACK,1967), com particularidades nas inter-relações dos Estados Nacionais com maiores determinações. Daí a importância de trabalhar-se o nível de abstração Mercado

18 É relevante observar a falta de referência a Leon Trotsky, em especial a sua *Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado* (desenvolvida inicialmente em sua obra “Balanços e Perspectivas” de 1906 e complementada no corpo de outra, mais abrangente: “História da Revolução Russa”, escrita em 1930), no conjunto da obra de Marini, embora haja convergências desta teoria com a TMD como sinaliza Chilcote (2009), Leite (2017) Guimarães Jr e Lopes (2016). O motivo desta ausência merece um estudo apurado dos contextos histórico-políticos da elaboração da TMD.

Mundial, onde se estabelecem relações de Imperialismo, Subimperialismo e Dependência.

Avançamos aqui para a Formação Econômico-Social dos Estados, em uma instância mais concreta das unidades e agrupamentos humanos e procurando detectar como as relações se estabelecem em novas mediações, bem como os diferentes padrões de reprodução do capital. Segundo Osorio (2012, p. 40), fica claramente explicitado que: “o capital se reproduz em diferentes momentos históricos e em determinado espaço geo-territorial”. Lênin (1975) corrobora essa perspectiva, ao considerar a sociedade como um organismo vivo, em contínuo desenvolvimento, na qual cabe uma análise objetiva das tendências particulares das suas relações de produção e reprodução social.

Por fim, infere-se que o nível das conjunturas remete à recortes político-temporais, como elemento de síntese de múltiplas determinações e correlações de forças entre as classes na qual incide a intervenção política.

Parte-se aqui da premissa da Lei do Valor em Marx, no âmbito do modo de produção para o nível do mercado mundial, no qual formula-se os postulados da Teoria Marxista da Dependência.

Deve-se ressaltar que, mesmo com a industrialização de boa parte dos países dependentes, ao longo da segunda metade do século XX, de forma integrada e submissa ao imperialismo, perdurou a centralidade da exportação de commodities. Prevalece a dependência e o atraso tecnológico com o pagamento de *royalties* às potências centrais, sem as mínimas condições de concorrência no mercado mundial com a mesma produtividade. Com a economia centrada nestas exportações de produtos primários identificamos uma característica das economias dependentes, o *intercâmbio desigual*:

Transações entre nações que trocam distintas classes de mercadorias, como manufaturas e matérias primas — o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual (MARINI, 2005, p. 11).

Dessa forma é “violada”¹⁹ a lei do valor (OSÓRIO, 2012). Não se trata de sua

¹⁹ A possibilidade de uma incongruência quantitativa entre preço e grandeza de valor, ou o desvio do preço em relação a grandeza de valor, reside, portanto, na própria forma-preço. Isso não é nenhum defeito dessa forma, mas, ao contrário, aquilo que faz dela a forma adequada a um modo de produção em que a regra só se pode impor como a lei média do desregramento que se aplica cegamente (MARX, 2013).

supressão, mas de sua subversão. Nesse processo de troca as mercadorias manufaturadas, com alto nível tecnológico são vendidas a um preço “acima” do valor, o que pode ser identificado como a transferência de valor, da economia dependente para a economia central.

Verifica-se nesta situação que há nações desfavorecidas que passam a ceder “gratuitamente” parte do valor produzido em suas economias, apesar da maior produtividade obtida nas economias centrais, cujo efeito em condições normais seria a redução do valor individual dos manufaturados (MARINI, 2005). Observa-se, no entanto o contrário: *o preço praticado é superior ao valor*.

Luce (2018) identifica como formas contemporâneas de transferência de valor, além da deterioração dos termos de troca no mercado mundial, as remessas de lucros e royalties de empresas estrangeiras, a renda diferencial da terra e os serviços da dívida pública.

Para contrarrestar o caráter desigual na concorrência do mercado externo e o atraso técnico na produtividade, a acumulação capitalista dependente lança mão do expediente da **superexploração da força de trabalho**, considerada por Osório (2012) o principal fundamento da dependência, como a violação do valor da força de trabalho.

Há vertentes dogmáticas do Marxismo que negam este fenômeno a partir de uma interpretação da “dinâmica geral do capital” baseada em fragmentos do livro I d’O Capital, na qual para fins explicativos é adotada a premissa que toda mercadoria, inclusive à força de trabalho, é trocada por seu valor, mesmo reconhecendo o expediente da compressão dos salários abaixo do valor. Verifica-se em Marx (2013) que:

Apesar do importante papel que desempenha no movimento real do salário, esse método [compressão do salário do trabalhador abaixo do valor de sua força de trabalho] é aqui excluído pelo pressuposto de que as mercadorias, portanto também a força de trabalho, sejam compradas e vendidas por seu valor integral (MARX, 2013, p. 388-389).

Dada a abstração proposta Marini, coerente ao método marxista, desenvolve o conceito de superexploração em um maior nível de concretude:

A superexploração é melhor definida pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade, e tende normalmente a se expressar

no fato de que a força de trabalho se remunera abaixo de seu valor real (MARINI, 2000, p. 13).

É do desgaste mais acentuado da força de trabalho que o capital dependente busca contrarrestar a diferença de produtividade das economias centrais no mercado mundial. Desta maneira a superexploração combina os seguintes expedientes, para além dos mecanismos de mais-valia absoluta e relativa presentes no capitalismo de forma geral:

- a) Prolongamento da jornada de trabalho;
- b) Intensificação da força de trabalho;
- c) Remuneração abaixo do valor.

O prolongamento da jornada de trabalho sintetiza a luta entre trabalho e capital como uma disputa pelo tempo, cristalizado em valores de uso, ou seja, a unidade essencial do valor. É tempo alienado na produção de riqueza para outrem, extração de mais-valia absoluta contra o tempo do fruir, do viver, de se reproduzir. Esta modalidade enfrenta limites físico-corporais dos trabalhadores e políticos, na organização de classe.

Tal conflito se expressa na luta histórica do nascente proletariado desde o século XIX. Não à toa, é uma das principais bandeiras de luta operária, que conquista atualmente jornadas legais de 30 a 36 horas semanais nas economias centrais, enquanto nas economias dependentes superam a média legal de 44 a 48 horas (OIT, 2009). Na impossibilidade de estender a jornada de trabalho, seja por limites físicos dos ou por limites políticos-morais, e o tensionamento da luta de classes, o capital apela para a intensidade do trabalho impondo maior desgaste do trabalhador no mesmo espaço de tempo, ou seja, reduz os “poros” no tempo laboral. Assim como um trabalho de média intensidade com o prolongamento da jornada eleva o desgaste do trabalhador, o contrário também se comprova válido. Com a manutenção da jornada e ampliação intensidade eleva-se a exploração. Dessa maneira, o capital se comporta como seu parasita: “enquanto houver um músculo, um nervo, uma gota de sangue para explorar” (MARX, 2013, p. 373).

Compromete-se, dessa forma, a corporeidade físico-psíquica do trabalhador sem a garantia do valor histórico-moral²⁰ da reprodução da força de trabalho (LUCE,

20 No caso brasileiro podemos mensurar este valor pelo “salário mínimo ideal” calculado pelo DIEESE, com base no cumprimento dos requisitos constitucionais (transporte, moradia, alimentação,

2018), nem sequer garante-se o dispêndio do tempo de vida laboral e do tempo de vida total do mesmo.

Cabe, portanto, diferenciar produtividade de intensidade do trabalho. Produtividade é fruto do incremento tecnológico sobre o capital constante (ou morto) dos meios de produção, enquanto à intensidade é aumento do ritmo do trabalho vivo, com conseqüente elevação do desgaste físico-psíquico do trabalhador. Portanto, alerta Carcanholo (2017), que a intensidade do trabalho não tem correlação com a mais-valia relativa, pois o aumento generalizado desta sem elevar a remuneração equivalente, cria um novo eixo de valor da força de trabalho, afetando tanto o tempo necessário quanto o tempo excedente. Marx (2013) ilustra esta perspectiva na voz de um operário neste trecho:

Por meio de um prolongamento desmedido da jornada de trabalho, podes, em um dia, fazer fluir uma quantidade de minha força de trabalho maior do que a que posso repor em três dias. O que assim ganhas em trabalho eu perco em substância do trabalho. A utilização de minha força de trabalho e o roubo dessa força são coisas completamente distintas”. Por isso, “exijo [...] uma jornada de trabalho de duração normal” (MARX, 2013, p. 308).

O personagem marxiano sintetiza estes limites físicos e políticos, identifica a diferença entre o valor de uso da força de trabalho e seu valor de troca. O **valor de troca da força de trabalho** aparece como **salário**, ou seja, os bens necessários para sua reposição de seus meios de subsistência **em condições normais**, enquanto seu **valor de uso** é a sua capacidade de **produzir novos valores** por meio do seu trabalho-vivo sobre os meios de trabalho morto. Por isso há uma discrepância no valor da força de trabalho, não se podendo generalizar o pressuposto da força de trabalho comprada pelo seu valor, como detalha Osório:

é o valor da força de trabalho que se remunera abaixo de seu valor, o que não ocorre em relação a outras mercadorias. Isso está relacionado à particularidade dessa mercadoria, que não apenas cria valor, que gera valorização, mas também permite, por meio de prolongamentos da jornada de trabalho, da intensificação do trabalho ou por salários abaixo do valor da força de trabalho, elevar a taxa e a massa de mais-valia, sem alterar a composição orgânica do capital, e tudo isso sem pressionar para baixo a taxa de lucro (OSÓRIO, 2018, p. 495).

Enquanto a elevação da produtividade e da composição orgânica acionam a tendência à queda da taxa de lucro, via de regra só resta ao capital dependente

lazer, entre outros), para outubro de 2018 chega a um valor de R\$ 4.200, enquanto o salário mínimo nominal é aproximadamente 4 vezes inferior, cujo montante atual é de R\$ 954 (DIEESE, 2019).

remunerar a força de trabalho abaixo do valor, característica fundamental desta forma particular de capitalismo, integrada ao mercado mundial. Portanto, não é um fenômeno conjuntural, nem uma anomalia fruto de um suposto atraso civilizatório ou acidente histórico.

O Valor da força de trabalho é mediado pela luta de classes, que estabelece um parâmetro histórico-moral (as chamadas “condições normais”) que pode ser traduzido num conjunto de bens e serviços indispensáveis para à manutenção da vida do trabalhador e de sua família. Como não se trata de animais de carga, não basta suprir calorias, proteínas e carboidratos, mas mínimos padrões de vestimenta, moradia transporte, saúde, higiene, educação, cultura, lazer, etc.

Uma vez que estes parâmetros de uma determinada correlação de forças não são cumpridos há uma “invasão usurpatória do domínio do tempo de trabalho necessário” (MARX, 2013, p. 388). Além de extrair o tempo de trabalho excedente, o capital apropria-se de parte do fundo de consumo e do fundo de vida do trabalhador (MARINI, 2005).

A combinação destes fatores leva ao desgaste prematuro da força de trabalho, com o esgotamento de sua capacidade laboral ou abreviamento do tempo de vida. Cabe aqui dissipar alguns contra-argumentos, como detalha (MARINI, 2005, p. 15), com base na crítica de FHC:

Essencialmente, trata-se de dissipar a confusão que se costuma estabelecer entre o conceito de mais-valia relativa e o de produtividade. De fato, se bem constitui a condição por excelência da mais-valia relativa, uma maior capacidade produtiva do trabalho não assegura por si só um aumento da mais-valia relativa. Ao aumentar a produtividade, o trabalhador só cria mais produtos no mesmo tempo, mas não mais valor; é justamente esse fato o que leva o capitalista individual a procurar o aumento de produtividade, já que isso permite reduzir o valor individual de sua mercadoria, em relação ao valor que as condições gerais de produção lhe atribuem, obtendo assim uma mais-valia superior à de seus competidores — ou seja, uma mais-valia extraordinária²¹.

O aumento da produtividade não é diretamente relacionado a mais-valia relativa, mas permite a extração de mais-valia extraordinária no processo concorrencial com a venda das mercadorias abaixo do valor. Martins (2018, p. 464) é categórico ao afirmar que este processo “apenas se converte em mais-valia

21 Segundo o autor a mais-valia extraordinária mesmo influenciando na apropriação da mais-valia entre os capitalistas, se traduz em lucro extraordinário.

relativa quando reduz o valor da força de trabalho, barateando os bens de consumo necessários, diminuindo o tempo de trabalho necessário e elevando os salários”.

Essa perspectiva é corroborada no momento que mais-valia relativa, nestes parâmetros assume a preponderância na acumulação capitalista a medida que se eleva a oferta mundial de alimentos produzidos nas economias periféricas, reduzindo o valor médio da força de trabalho nas economias centrais (MARINI, 2005).

Neste sentido, às economias dependentes, em especial as latino-americanas, é atribuído pela divisão internacional do trabalho, o papel de abastecer as economias centrais com produtos primários do setor agromineiro, as chamadas *commodities*.

Tais produtos são utilizados para fabricar meios de produção e mercadorias manufaturadas, posteriormente importadas pelas economias periféricas. Deve-se ainda ressaltar que principalmente no caso dos produtos agrícolas, e gêneros alimentícios, componentes do chamado valor “histórico-moral” da força de trabalho, tais produtos produzidos e barateados pelas economias dependentes levam à desvalorização real da força de trabalho nos países centrais, portanto deslocar o eixo de acumulação da mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa (MARINI, 2005).

Neste sentido a TMD esclarece o papel nefasto que a dependência assume, não só para a classe trabalhadora dos países periféricos, mas também para os trabalhadores das economias centrais.

Daí infere-se que o enfrentamento de classes, na perspectiva de emancipação proletária, necessita inexoravelmente de uma perspectiva internacionalista de superação do modo de produção e reprodução capitalista, sobretudo com a reestruturação baseada na dependência.

As consequências políticas da superexploração são evidentes: forte concentração de renda e de propriedade das frações burguesas concentradas nos setores primário-exportadores, de bens de consumo suntuário ou financeiros, um vasto exército reserva de força de trabalho, com níveis elevados de desemprego e subemprego para impor um preço da força de trabalho abaixo de seu valor, além de frágeis democracias representativas, frequentemente interrompidas por golpes e ditaduras para impor este padrão de exploração (MARTINS, 2018).

Este fenômeno observa-se contundentemente no caso do Brasil, onde a superexploração, assim como o apassivamento das lutas sociais (seja via repressão ou cooptação), são as principais particularidades da Questão Social na formação sócio histórica do capitalismo, segundo Santos (2008).

Na década de 1990, Marini em uma de suas últimas obras, afirmava que durante a transição para o padrão de acumulação neoliberal, a superexploração do trabalho estaria deixando de ser uma característica exclusiva da acumulação nos países dependentes, ao se estender aos países centrais (MARTINS, 2018, p. 494). Segundo Marini (1996), os processos de mundialização criariam novas fontes de mais-valia extraordinária, com o avanço científico e a fragmentação da fabricação do produto em diferentes partes e componentes pelo mundo. Desta forma, os salários nos países periféricos passariam a nivelar por baixo os salários do centro, e as empresas de base estritamente nacional destes países caíram a níveis inferiores aos das condições médias de produtividade dos mercados internacionais, levando-as a imputar uma maior exploração do trabalhador.

A extensão da superexploração aos países centrais tem respaldo no pensamento marxiano referente aos efeitos das etapas avançadas da concentração e centralização de capitais sobre os trabalhadores. Tal extensão não exclui à particularidade das economias dependentes e o caráter estrutural da superexploração nas mesmas e comprova o caráter nefasto da concentração e centralização do capital contra os trabalhadores no mundo todo.

Marini (2005), observa também que devido ao caráter exportador das economias latino-americanas, ocorre a **cisão entre produção e circulação** no ciclo do capital. Assim as matérias-primas produzidas pelas economias dependentes têm a etapa da circulação realizada no mercado externo, sendo as necessidades produtivas divorciadas da necessidade social de consumo da população local, como desenvolve o autor:

a formação do mercado interno representa a contrapartida da acumulação de capital: ao separar o produtor dos meios de produção, o capital não só criou o assalariado, isto é, o trabalhador que só dispõe de sua força de trabalho, como também criou o consumidor. De fato, os meios de subsistência do operário, antes produzidos diretamente por ele, são incorporados ao capital, como elemento material do capital variável, e só são restituídos ao trabalhador quando este compra seu valor baixo a forma de salário (MARINI, 2000 p. 20).

Esta separação entre a produção e a circulação na América Latina reduz a

relevância do consumo da classe trabalhadora interna do ciclo de valorização do capital. Este fenômeno torna possível aos capitalistas locais aumentar os níveis exploração do trabalho, para compensar seu déficit no intercâmbio desigual, já que não se observa nestes o interesse em mínimas condições de vida destes trabalhadores (SOUZA, 2016).

Diferentemente das economias centrais, onde a classe trabalhadora viveu o contexto de “*Bem-Estar Social*”, com pleno emprego da força de trabalho e amplos investimentos em políticas públicas e “salários indiretos”, favorecendo o consumo de massas, nas economias dependentes, como o capital se realizou, sobretudo na exportação, não houve interesse nestas garantias para os trabalhadores e o consumo tornou-se estratificado. Enquanto a maioria dos trabalhadores consomem apenas os bens necessários à sua já precária reprodução; há um mercado de bens suntuários importados para aqueles que podem pagar (OURIQUES; PAIVA, 2006).

Nestas economias acirram-se de forma crescente as desigualdades sociais, inclusive os direitos sociais, como transporte, educação, saúde e previdência social assumem a dimensão de mercadorias de luxo, exclusivas para uma parcela minoritária da população. Simultaneamente, a precariedade é intencionalmente generalizada para a grande maioria dos trabalhadores, com a transmutação dos serviços públicos estatais e dos direitos sociais, de forma abrangente, para a perspectiva mercadológica.

Em virtude da debilidade do mercado, “insuficiente para atender à dinâmica de investimento industrial dos países dependentes”, fomentando-se nestes, tendências subimperialistas (MARTINS, 2018, p. 466).

Osório (2012) é categórico ao afirmar que a industrialização das maiores economias dependentes, ainda que limitada tecnologicamente e competitivamente, passa a extrair valor das demais economias dependentes, sem deixar de ser espoliadas pelas economias centrais, representando um elo da cadeia imperialista mundial. Logo, cumprem o papel de legitimar ou reforçar a hegemonia das potências imperialistas, mesmo que esta também a domine, em uma relação de cooperação antagônica (MARINI, 2012), principalmente em relação a classe trabalhadora de seus países.

Ao longo do desenvolvimento capitalista desenvolvem-se, diferentes **Padrões de Reprodução do Capital** (OSORIO, 2012, p. 92) que terminam o *modus operandi*

predominante em determinada formação econômico-social em determinado momento histórico, conforme o autor sintetiza no quadro abaixo:

Figura 8
Padrões do capital

Padrão de reprodução dominante	Período que abrange
a) Padrão agromineiro exportador	Até a segunda década do século XX
b) Etapa de transição	Primeira metade dos anos 1930
c) Padrão industrial	Segunda metade dos anos 1930
Etapa internalizada e autônoma	Até os anos 1940
Etapa de integração ao capital estrangeiro	Desde os anos 1950
d) Etapa de transição	De meados dos anos 1970 aos anos 1980
e) Padrão exportador de especialização produtiva	De meados dos anos 1980 até o presente.

Fonte: (OSORIO, 2012, p. 78)

O padrão agromineiro exportador coincide com a Revolução Industrial na Europa, as independências nacionais das ex-colônias, subsumidas à condição de economias dependentes, com a abolição do trabalho escravo em favor da exploração do trabalho assalariado, sob jugo do imperialismo britânico. Fernandes (2006) e Marini (2011) convergem ao entender que esta transição colonial e a consequente integração ao mercado mundial não se explicam apenas por causas internas, mas justamente pelos interesses de atores nacionais e externos. Estes, com o monopólio do capital e da terra, impõem a superexploração da força trabalho e a espoliação dos recursos naturais como imperativo da divisão internacional do trabalho (PEREIRA, 2016).

Após um período de transição desigual em cada formação econômico-social em meados da década de 1930, para à hegemonia do padrão industrial, em um contexto de “substituição de importações” (MARINI, 2012) frente a crise do entre-guerras, até em meados da década de 1950 e 1960, verifica-se um processo de integração intensa ao capital estrangeiro. Este processo ocorre de forma desigual, mesmo entre as economias dependentes, Bambilra (2012) tipifica estes em três grupos: tipo A (Brasil, Argentina, México), nas quais houve uma industrialização incipiente ainda entre o final do século XIX e início do século XX, com intuito de “substituição de importações” e potencialmente cumpriram papel subimperialista; Tipo B, que incluem economias que iniciaram o processo de industrialização após o fim da segunda guerra mundial, já extremamente vinculado ao capital estrangeiro,

como a Bolívia; e o tipo C, como o Haiti em que sequer houve industrialização, mesmo que permaneça incipiente.

Neste período, assim como o imperialismo é corretamente caracterizado como “fase superior” do capitalismo, enquanto desenvolvimento do modo de produção capitalista que leva a fusão do capital industrial e bancário, as economias dependentes assumem um papel subimperialista no mercado mundial (MARINI, 2012).

O Brasil é o exemplo histórico que expressa essa categoria como exemplifica Carcanholo (2014):

o papel criminoso do Brasil na Guerra do Paraguai, a atuação brasileira no processo de “negociação” manutenção do “acordo” de Itaipu, sua conivência com os produtores brasiguaios de soja a atuação da Petrobrás na Bolívia e Equador e liderança das “forças de paz” da Minustah no Haiti, dentre outros, são exemplos claros. Mas além da atuação, o papel subimperialista do Brasil na região pode ser entendido também pela sua omissão, isto é, na falta de maior apoio a processos mais radicais anti-imperialistas que, historicamente, surgiram na América Latina (CARCANHOLO, 2014, p. 7).

Ao final da década de 70 com a reestruturação produtiva mundial sob os marcos neoliberais, inicia-se uma transição, nas economias dependentes para um novo padrão de reprodução de “especialização produtiva” (OSÓRIO, 2012), que retoma em parte o perfil exportador do padrão agromineiro sob novas condições impostas pela mundialização do capital, e sobre o qual faremos uma análise detalhada no próximo capítulo. Cabe, portanto, uma análise mais detida da formação Econômico-Social Brasileira, integrada ao contexto Latino-Americano.

3.1 FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL BRASILEIRA DEPENDENTE E A GÊNESE PARTICULAR DA QUESTÃO SOCIAL

Desde 1500
tem mais invasão do que descobrimento
Tem sangue retinto pisado
Atrás do herói emoldurado
Mulheres, tamoios, mulatos
Eu quero um país que não está no retrato
(Samba-Enredo da Mangueira 2019)

Há de se observar o Brasil, ainda que figure entre as principais economias em seu continente, mantém um padrão de desenvolvimento dependente e sua formação histórica é particularmente contraditória. Ortegá (2018) destaca que é impossível a

compreensão da realidade brasileira apenas a partir dos referenciais importados dos países hegemônicos, nem cabe confundir a história destes países com história mundial.

Rocha (2017) destaca que mulheres, negros e indígenas compõem maioria da classe trabalhadora e suas expressões da questão social devem ser inseridas em uma análise da luta de classes, tanto no contexto brasileiro, quanto no latino-americano. A autora parafraseia Gabriel Garcia Marquez ao afirmar que há um ‘nó de solidão’ Latino Americano, no qual o próprio processo colonial levou ao esquecimento da história e da rica cultura dos povos originários, como se não existissem, fora da influência da civilização moderna ocidental. Nessa perspectiva Mariátegui (2008) identifica a centralidade da terra como parte de acumulação capitalista e privação desta, não apenas nega aos povos indígenas sua subsistência, mas priva-os de sua identidade e cultura. Enfatiza essa perspectiva de forma materialista ao afirmar que “a questão indígena nasce de nossa economia. Tem suas raízes no regime de propriedade da terra” (MARIÁTEGUI, 2008, p. 53). O autor aponta a perspectiva socialista só a luta pela terra contra a propriedade privada pode garantir a manutenção das condições de vida destas comunidades.

Cabe aqui retomar o processo de formação histórica do capitalismo brasileiro com ênfase nas relações de dependência na vida social e nas condições gerais impostas aos trabalhadores, em diferentes períodos com a preponderância de diferentes padrões de reprodução do capital (OSÓRIO, 2012).

O Brasil, tal como o conhecemos, foi *parido do estupro e do etnocídio* dos povos originários que já habitavam por séculos o continente americano. Na extração das riquezas naturais e minerais, fizeram-se do solo do “Novo Mundo”: a lavoura das especiarias tropicais. Os saqueadores europeus garantiram, desta maneira, a Acumulação primitiva de capital, pois sem o ouro das Minas Gerais, nem a prata de Potosí, não haveria a grande indústria (MARX, 2013).

A consequência deste fato foi a escravização de inúmeros povos nativos trazidos à força do continente africano. Ortegá (2018) retoma que esse povo que resiste a um permanente etnocídio e é majoritário no território nacional, (denominado como população negra), sendo a que: “sua experiência no país é também compreendida por diversos intelectuais e ativistas negros como parte da diáspora africana” (ORTEGAL, 2018, p. 415).

A independência formal e tardia no Brasil não superou séculos de colonização, escravidão e acumulação primitiva de capital, pelo contrário, aprofundou à dinâmica da dependência perante o mercado mundial que se edificara. Segundo Marini (2000), assim os demais países latino americanos, configuram relações econômicas entre si, enquanto priorizam relações comerciais com a Inglaterra:

[...] ignorando uns aos outros, os novos países se articularão diretamente com a metrópole inglesa e, em função dos requerimentos desta, começarão a produzir e a exportar bens primários, em troca de manufaturas de consumo e - quando a exportação supera as importações - de dívidas (MARINI, 2000, p. 4).

Carcanholo (2014) identifica que no Brasil constitui-se uma tradição histórica em de apartamento em relação à América Latina, que se refletiu desde o processo de colonização portuguesa, diferentemente da colonização espanhola do restante do continente. Este fator reflete-se no idioma, na constituição do povo, na identidade nacional e no papel político-econômico no continente. No Brasil a condição latino americana se dilui na “identidade brasileira”. Tal herança refletiu decisivamente na produção intelectual que levou a tendência de análises que privilegiam o Brasil, desconectado da América Latina.

Nesta independência tardia se transferiu o eixo de transferência de valor de Portugal para Inglaterra, que ganhou força como potência imperialista mundial, na virada do século XIX para o Século XX, por meio não apenas da exportação de produtos manufaturados, mas de capitais. Assim iniciou-se o *drama* histórico dos povos latino-americanos, espoliados por meios das dívidas públicas parasitárias de seus respectivos países, com a negação absoluta da sua soberania.

Segundo Fernandes (1975), este processo de independência é contraditório entre o elemento progressivo ou revolucionário, com um forte traço conservador de manutenção da estrutura escravista. Neste “novo país” a principal particularidade da questão social é a superexploração da força de trabalho e o apassivamento, seja pela via da repressão ou da cooptação (SANTOS 2008).

Do ponto de vista político há de se destacar o comportamento das elites brasileiras na condução do Estado ao longo da história, ao buscar transições graduais e pactuadas, sem grandes rupturas e sem abertura para ação de massa das camadas populares como descreve Yamamoto:

[...] a transição do capitalismo competitivo ao monopolista no Brasil não foi presidida por uma burguesia com forte orientação democrática e nacionalista voltada à construção de um desenvolvimento capitalista interno autônomo. [...] Foi decisivo o papel do Estado nos caminhos trilhados pela modernização “pelo alto”, em que as classes dominantes se antecipam às pressões populares, realizando mudanças para preservar a ordem. Evita-se qualquer ruptura radical com o passado, conservando traços essenciais das relações sociais e a dependência ampliada do capital internacional (IAMAMOTO, 2012, p. 120).

Essa peculiaridade histórica do país demonstra uma tendência da burguesia brasileira de evitar rupturas radicais ou mesmo pequenas aberturas democráticas que impliquem mudanças nas instituições políticas ou em possibilidades de conquistas sociais para os trabalhadores. A transição capitalista não veio acompanhada de ideias liberais, nem de direitos civis, oriundos do Iluminismo europeu. Não houve na história brasileira um projeto político da burguesia que visasse um desenvolvimento capitalista não-dependente que comportasse avanços democráticos. Segundo Fernandes (1975), esta cultura autoritária não tornou menos permeável o país à dominação externa, mas sim a reforçou. Ao longo da história a burguesia brasileira sempre buscou a transição lenta, gradual e superestrutural, sem colocar em xeque os seus privilégios, alheio aos anseios populares, agindo sim, de forma a antecipá-los, na realização das chamadas revoluções “passivas” (FERNANDES, 2004).

Diferente das demais guerras de independência, houve no Brasil, uma transição pactuada da Colônia ao Império (1822) e do Império à República (1889). Uma das principais causas desta transição foi a gradual abolição da escravidão, que para além de um importante avanço civilizatório, constituiu-se em um marco da dinâmica de revoluções passivas e de inserção do Brasil ao Mercado Mundial que se formatava.

Apesar de séculos de resistência do povo negro, que nunca “aceitou” a condição de escravo (o Brasil se tornou o mais tardio país das Américas a abolir oficialmente a escravidão), em um processo que combina as raízes e a essência do colonialismo abandonado formalmente com um capitalismo periférico, subalternizado na divisão econômica global (ORTEGAL, 2018). Já na segunda metade do século XIX iniciou-se uma série de medidas restritivas ao trabalho escravo, como a Lei de Terras (1850) Sexagenários, Ventre Livre, até finalmente atingir a Lei Áurea (1888).

Com estas leis, além de nascer o trabalho assalariado capitalista, começaram a operar as leis de reprodução do capital, bem como a criminalização da população negra e da pobreza. Como relata Ortegá (2018):

[...] esse processo de transição do regime escravista para o capitalista, a mão de obra escravizada passa a ser substituída pela mão de obra livre e assalariada. Isso, porém, não significa dizer que o trabalhador que antes era escravizado foi absorvido como assalariado. Num sentido contrário, estudos como o de Sales dos Santos (1997) demonstram a intensificação da importação de mão de obra de países europeus, com vistas a substituir os trabalhadores negros, movidos pela ideologia racista do sucessivo branqueamento da população brasileira (ORTEGAL, 2018, p. 420).

Estabeleceu-se, neste período, um “sistema misto” entre servidão e trabalho assalariado, sendo esta dinâmica uma das vias de inserção no modo de produção capitalista, com padrão de reprodução agromineiro exportador. Nesta fase, com os ex-escravos libertos não apenas da condição de escravo, mas do acesso à terra, ocorreu a onda de imigração europeia (especialmente italiana e alemã) para compor o exército de reserva de mão-de obra capitalista, sob a justificativa ideológica de “branquear a população”, acompanhada da criminalização da pobreza e da cultura negra. Por isso não há como explicar a atualidade do capitalismo brasileiro sem considerar o racismo estrutural e o etnocídio permanente, como marca fundacional da composição do proletariado brasileiro.

Transpadini (2014), resgata a sociologia rural de Martins (1996), para compreender as relações de superexploração no campo. Para a autora o monopólio da terra é um dos elementos preponderantes da formação econômico social do Brasil, uma vez livre a força de trabalho, a elite agrária impôs o *cativeiro da terra*. Nessa perspectiva, esta nova força de trabalho, oriunda da Europa, submeteu-se à novas modalidades de trabalho transitórias entre a escravidão e o assalariamento reproduzidas até hoje no meio rural, tais como, o arrendamento, a parceria, associados ao pagamento de uma suposta dívida que o trabalhador “deve” ao proprietário.

Historicamente, manteve-se um padrão muito baixo de valorização da força de trabalho (FERNANDES, 2004), mesmo com a abolição da escravatura e a proclamação da República consumou-se a primeira fase da “lenta e gradual” Revolução Burguesa, sem mudanças estruturais na propriedade fundiária nem nas relações de poder (FERNANDES, 2004). Foi, portanto, instituída a democracia burguesa com a mínima participação popular no processo político.

Santos (2012) percebe essa “modernização conservadora” com a combinação de fatores de ordem endógenas e da totalidade do capital em nível mundial, esse tipo de configuração econômico-social concretizou-se em contexto de consolidação do capitalismo monopolista. Ou seja: “o desenvolvimento desigual e combinado foi parte importante da estratégia dos superlucros gerados no contexto dos monopólios”. (SANTOS, 2012, p. 111). Souza (2016) corrobora essa perspectiva:

Processo de modernização conservadora e disparador da essência da desigualdade combinada que lhe é inerente, frente à aparência de progresso, industrialização, urbanização – como reprodutor e exacerbador das contradições inerentes ao modo de produção capitalista como um todo, à medida que, por ser desigual, o próprio metabolismo do desenvolvimento do capital se particulariza a partir das condições da formação sócio-histórica de cada lugar onde se enraíza sua produção-reprodução (SOUZA, 2016, p. 20).

Apesar do caráter deletério desta modernização conservadora, não podemos atribuir o caráter antidemocrático e antipopular a um atraso civilizatório. Marini (2000) nega a tese do capitalismo atrasado, mas trata-se de um capitalismo *sui generis*, cujo desenvolvimento do subdesenvolvimento é fundamental para desenvolver o desenvolvimento capitalista central.

O regime, hoje conhecido como “República Velha”, foi pautado pelo padrão agromineiro exportador com apoio de altas patentes militares e clericais. O liberalismo econômico praticado na época não era acompanhado do liberalismo político e democrático, pois qualquer atuação sindical, partidária ou cultural do povo era reprimida. Esta sociedade não rompeu com os traços coloniais e imperiais anteriores, composta de uma massa de miseráveis marginalizados do processo político que viriam a se levantar (SILVA, 2013). A suposta democracia racial excluía sistematicamente: o negro, o indígena, o caboclo, o imigrante, sendo esses segmentos tolhidos de direitos democráticos.

Com a primeira Guerra Mundial (1914), o Brasil e as economias latino-americanas mais desenvolvidas passaram a transitar para o padrão de reprodução industrial internalizado de “substituição de importações”, ainda na hegemonia do padrão agromineiro exportador. Nesse contexto organiza-se o operariado fabril. No entanto, destaca-se que o movimento operário brasileiro não nasceu com a imigração europeia, com forte influência do anarco-sindicalismo italiano, pelo

contrário, estes agregaram-se às massas marginalizadas que já protagonizavam importantes revoltas populares ao longo da história brasileira, como por exemplo a greve geral de 1917. Em 1922, há uma explosão política e cultural com a Semana da Arte Moderna, a fundação do Partido Comunista e o episódio do “Dezoito do Forte”, início do movimento tenentista, do qual surgiu a liderança de Luis Carlos Prestes, um dos principais expoentes da esquerda brasileira do século XX.

A pressão social deste proletariado nascente passou a ser decisiva para que o Estado assumisse como sua a tarefa de responder à Questão Social, cujo marco é a Lei Eloy Chaves de 1923. Esta foi a primeira política de seguridade social brasileira, na qual o Estado se apropriou de uma iniciativa dos próprios trabalhadores: os fundos mútuos que os próprios trabalhadores organizaram em seus sindicatos e associações por ramo.

Com a forte crise de 1929, ocorreu o golpe de 1930, em que uma fração da oligarquia, encabeçada por Getúlio Vargas, conduziu a segunda fase da Revolução Burguesa, em que se uniram uma nova e velha oligarquia, com segmentos rurais e industriais. O padrão de reprodução industrial passou a ser hegemônico. Esse processo consiste numa Revolução Passiva em que a classe dominante se antecipa às movimentações das classes subalternas, ao tomar medidas, antes que se constituam movimentações da classe trabalhadora (SANTOS, 2012).

A legislação trabalhista, positivada no Estado Novo e consolidada nos anos 1940 foi uma intervenção do Estado para incentivar a migração urbana e responder às pressões populares já vocalizadas pelas greves no Brasil, ao longo de décadas. Neste âmbito o Estado Novo varguista criou instrumentos de concomitante cooptação e repressão do sindicalismo atrelado ao Estado, vigente até hoje. Marini (2011) corrobora essa perspectiva ao afirmar que:

[...] o proletariado será beneficiado por toda uma série de concessões sociais (concretizadas sobretudo na legislação trabalhista do Estado Novo) e, por outro lado, será enquadrado em uma organização sindical rígida, que o subordina ao Governo, dentro de um modelo de tipo corporativista (MARINI, 2011, p. 74).

Embora a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) tenha definido direitos sociais no Brasil sempre houve uma tendência de redução do valor da força de trabalho, processo que antecede o período da acumulação flexível. Como observa Santos:

É preciso mediatizar essa análise, já que a “flexibilização/precariedade” do trabalho entre nós não pode ser creditada à crise recente do capitalismo. Muito embora estejam mais visivelmente presentes no atual contexto da acumulação flexível, essas características fazem parte da nossa “modalidade imperante” de exploração do trabalho há bastante tempo: afirmam-se, de modo proeminente, no período em que nos países capitalistas desenvolvidos havia estabilidade, pleno emprego e Welfare State. Elas são, a meu ver, particularidades da “questão social” no Brasil (SANTOS, 2012, p. 434).

Essa é a particularidade da superexploração do trabalho, fenômeno recorrente nas economias dependentes, em que o trabalhador vende sua força de trabalho em um valor tão rebaixado, que além do trabalho excedente, cede parte do trabalho necessário. Destaca-se que o trabalho precário no Brasil nunca foi exceção, mas a regra, mesmo em um período de hegemonia fordista. Observa-se novamente o peso da oligarquia rural, que não permitiu o avanço mínimo dos direitos trabalhistas no campo, até a Constituição de 1988. Como destaca Santos:

[...] a ausência de regulação do trabalho no meio rural, que contrasta, de modo flagrante, com a importância econômica e o volume dessa força de trabalho no país até os anos 1950. Quanto a isso não se deve esquecer, de um lado, o caráter primário-exportador da economia brasileira e, de outro, o poder político dos latifundiários, fatores que explicam, de modo conjugado, o retardo das medidas de regulação do trabalho no campo (SANTOS, 2012, p. 436).

A inserção dependente do Brasil na divisão internacional do trabalho e a hegemonia latifundiária trouxe graves consequências. Por mais de meio século a população rural não teve seus direitos trabalhistas garantidos, nem o país ocupou outra posição na divisão internacional do trabalho. Somente no período de redemocratização, em que a maioria da população já era urbana, houve avanços em relação aos direitos trabalhistas da população rural.

Após a Segunda Guerra Mundial, com a queda da ditadura de Vargas, abriu-se um novo período nacional-desenvolvimentista, favorável à expansão industrial e urbana. Transitou-se para o padrão de reprodução industrial integrado ao capital estrangeiro e diversificado, com a chegada das grandes multinacionais, principalmente norte americanas. O governo eleito de Dutra, apesar da abertura comercial manteve o pacto social e relativa estabilidade política (MARINI, 2011).

Em 1951, Vargas retornou ao governo pela via eleitoral, com forte efervescência política de movimentos sindicais, estudantis, camponeses e

populares. O governo transmuta-se para uma perspectiva nacionalista e de cooperação de classes, por meio de seu partido o PTB com apoio do PCB, já sob a influência etapista da Terceira Internacional. Vargas nomeou João Goulart como ministro do Trabalho e investiu em setores estratégicos com a criação da Eletrobrás e da Petrobrás, e criou o plano SALTE (Saúde, Alimentação Transporte e Energia).

Pode-se afirmar que este foi o auge da hipótese cepalina do desenvolvimento capitalista autônomo e soberano, não apenas no Brasil, mas de todo um ciclo nacionalista ao redor da América Latina, com Perón na Argentina, Cárdenas no México entre outros. Este um período profícuo do pensamento social e econômico brasileiro, de ingresso no projeto nacional-desenvolvimentista da Cepal que, posteriormente, viria a ser criticado e a partir desta crítica constituir-se como base para a construção da Teoria Marxista da Dependência. Em 1955 foi criado o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), instituição de pesquisa não-universitária, onde diversos intelectuais como Guerreiro Ramos, Darcy Riberio, Teutônio dos Santos, Ruy Mauro Marini pensaram as perspectivas do desenvolvimento da “Revolução Brasileira”.

A disputa inter-burguesa dividiu-se entre a tática da fração industrial-urbana de conciliação de classes e a tática latifundiária de cooperação de inserção subordinada à cadeia imperialista. Desenvolveu-se um processo de cooperação antagônica entre a burguesia brasileira e estrangeira, agora majoritariamente estadunidense, e entre burguesia industrial e agrícola. Este paradoxo evidenciou-se na política cambial, com elevada taxa, desfavorável a exportação de commodities (MARINI, 2011).

Essa crise teve seu principal choque no Brasil após o controverso atentado contra Carlos Lacerda, líder udenista e principal opositor do *varguismo*, que abriu caminho a uma crise política que levou ao suicídio de Getúlio Vargas.

Encerrava-se assim um período de governo que marca a eclosão das contradições que vinham se gestando há muito no processo de desenvolvimento econômico do Brasil. [...] a indústria não sofreu limitação ou concorrência sensíveis, em virtude das condições excepcionais criadas pela crise de 1929 e pelo conflito mundial. O compromisso político de 1937 tivera como base essa realidade objetiva. Nos anos 1950 a situação se modifica. Enquanto a indústria se empenha em manter altas taxas de câmbio, o que a leva a colidir com o setor agroexportador - cujos lucros eram dessa maneira diminuídos -, este setor já não pode oferecer à indústria o montante de divisas que lhe proporcionara em outros tempos (MARINI, 2011, p. 79).

Café Filho, sucessor de Vargas, recuou do projeto desenvolvimentista, e buscou uma trégua entre o setor industrial e agroexportador até à eleição de 1955. Posteriormente, iniciou-se o governo de Jucelino Kubitschek (JK), que retomou ambição desenvolvimentista, com o Plano de Metas que aliou investimento público com o capital estrangeiro. Cresceu substancialmente o investimento em obras públicas e na indústria leve e pesada, cujo ápice foi a construção da nova Capital, Brasília.

Esta renovada cooperação com o capital estrangeiro gerou novas contradições, pois os lucros destes empreendimentos imperialistas só poderiam ser liquidados com o saldo positivo de exportações, ou seja, lastreados em dólar, fato este que gerou uma nova crise cambial (MARINI, 2011).

Agravou-se a crise com a mecanização do campo, importada das economias centrais, fato que gerou elevação de composição orgânica e a expulsão do campesinado das terras historicamente concentradas. Neste período em que surgiram as “Ligas Camponesas” como entidade do movimento dos trabalhadores rurais. Deve-se ressaltar que, segundo Marini:

Ainda mais grave, qualquer transformação tecnológica introduzida no trabalho agrícola, como a utilização de equipamentos e fertilizantes produzidos pela indústria, não se reflete em uma melhoria real da situação do camponês. Pelo contrário, é fonte de desemprego, forçando o trabalhador rural a fugir para as cidades, onde, por um lado, irá somar-se ao triste quadro das favelas cariocas, dos mocambos de Recife, das cidades-satélites de Brasília e, por outro lado, irá aviltar o nível dos salários urbanos, devido ao aumento da oferta de mão de obra (MARINI, 2011, p. 86).

Enquanto isso nas grandes cidades, o combinado êxodo rural ao plano de metas de JK levou à massiva favelização e a crescente oferta de força de trabalho, sem um significativo grau de organização sindical. Portanto, levou à redução tendencial dos salários, que conviviam com a inflação dos produtos agrícolas (MARINI, 2011), fenômeno este gerou resposta entre os trabalhadores urbanos que avançaram na sindicalização, com o direito à greve (recém conquistado em 1953).

Em 1961, com o acirramento da guerra fria, pós-revolução cubana, elegeram-se na chapa presidencial Jânio Quadros e João Goulart, que buscaram diferentes vias para retomar a estabilidade política e o pacto desenvolvimentista. Jânio apostou na via *bonapartista e moralista*, buscou uma reforma cambial e uma política externa independente. Apesar de conservador, fez gestos favoráveis a Che Guevara e

visitou a China Maoísta. Após uma curta e contraditória passagem pelo governo, Jânio renunciou ao cargo de Presidente da República. Assumiu com a sua renúncia, o presidente João Goulart. Prestigiado no movimento sindical, o líder do Partido Trabalhista Brasileiro sofreu uma tentativa de golpe, que foi prontamente respondida, desde o sul do país com a ‘Campanha da Legalidade’ encabeçada por Leonel Brizola (1961).

Este choque levou à um instável pacto de classes, em que à burguesia esperava de Goulart a possibilidade de apaziguar os movimentos sociais e, simultaneamente, resolver a questão cambial e demais mazelas econômicas. Estabeleceu-se então, um semiparlamentarismo encabeçado por Tancredo Neves. Pode-se dizer, que enquanto Jango buscava conciliar com o parlamento, com o apoio decidido do PCB, houve uma crescente oposição à linha reformista, com rupturas dentro da esquerda brasileira e a consolidação de novos movimentos. Neste período surgem a Polop, o Comando Geral dos Trabalhadores - CGT, o Comando Geral dos Sargentos, a União Nacional dos Estudantes, a Confederação dos Trabalhadores Agrícolas a Associação dos Marinheiros, e inúmeras organizações de representação da classe trabalhadora.

Esses movimentos ganharam força e levaram Jango a propor as Reformas de Base-agrária, urbana, educacional, etc, como saída política para a crise econômica e alternativa desenvolvimentista, fato este que acirrou o enfrentamento e que levaria, como resposta dos setores reacionários, ao golpe militar em 1964, efetuado pelos campos ultraconservadores da sociedade. Infere-se que o ciclo da revolução burguesa foi fechado por uma “contrarrevolução preventiva” em 1964. O advento do golpe empresarial-militar firmou a sua aliança com o capital estrangeiro, reprimiu os movimentos populares e restabeleceu o desenvolvimento burguês em bases autoritárias.

O projeto nacional-desenvolvimentista teve, neste momento o seu fim e o golpe, acima mencionado, interrompeu uma relativa estabilidade democrática que permitia as lutas por reformas sociais “progressistas”. Neste sentido, Marini (2011) e Fernandes (1975), concordam em afirmar que este golpe constitui uma “contrarrevolução preventiva”, em resposta um crescente tensionamento ideológico no continente, que dada a influência regional do país, abriu o avanço para uma sequência de ditaduras civil-militares no Cone Sul.

Nesse período, os principais mecanismos para ampliar a exploração do

trabalho no Brasil foram a instituição do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e a repressão político-institucional ao movimento sindical, como explica Santos (2012, p. 436):

[...] a instituição do FGTS substituiu a estabilidade – legalmente assegurada no setor privado para quem obtivesse dez anos de serviço prestado no mesmo posto de trabalho – e aumentou a já elevada rotatividade nas ocupações. Isso porque o custo de um empregado com estabilidade é consideravelmente maior com o passar dos anos, pela dificuldade em demiti-lo e pelos direitos processualmente adquiridos na carreira; já quando lança mão da rotatividade, o empregador pode manter sempre baixo o patamar salarial de seus empregados, que são dispensados a baixo custo antes de se tornarem “caros” para o processo de acumulação.

O FGTS surgiu como um mecanismo que favoreceu o aumento da rotatividade dos trabalhadores, incidindo sobre a redução de custo da força de trabalho e fortalecendo a acumulação de capital. Neste período consolidou-se o padrão industrial integrado às multinacionais norte-americanas, com um relativo crescimento chamado de *milagre brasileiro*, financiado por meio de empréstimos estrangeiros de questionável alcance para as classes trabalhadoras e que viria a se constituir em um pesado endividamento público. Também se consolida, neste período, o papel subimperialista do Brasil como potência político-econômico regional e centro de transferência valor das economias latino-americanas para o imperialismo central.

O projeto de Golbery do Couto e Silva, expoente da ditadura civil-militar, era vincular a pretensão de internalizar a indústria pesada e o controle das tecnologias nuclear e eletrônica, por meio da dependência financeira, da superexploração, do terrorismo de Estado e da imposição de fronteiras regionais ideológicas” (MARTINS, 2018, p. 477).

A repressão do período militar intimidou gerações de trabalhadores, que só chegaram a um novo ascenso de lutas da classe trabalhadora com o chamado “Novo Sindicalismo”, no final dos anos 1970, com a redemocratização formal e a conquista tardia de direitos sociais na Constituição de 1988. À conquista tardia de um já limitado Estado Social foi seguida de governos neoliberais que implementaram com intensidade as contrarreformas do Estado, a fim de tornar nula as conquistas constitucionais, e manter os fundamentos de dependência e superexploração:

Acrescenta-se aí a subordinação ao imperialismo e o domínio dos interesses burgueses nacionais que, ao disporem do fundo público para o

pagamento da dívida tornada pública, colocam no cenário latino-americano a impossibilidade objetiva da existência de políticas sociais que sequer se equiparem às políticas sociais desenvolvidas no centro, que mesmo sendo limitadas pela inviabilidade de uma real democracia no âmbito do capitalismo, puderam se estruturar em outras bases que não a dependência e a superexploração (SOUZA, 2016, p. 55).

Segundo Souza (2016), a chamada “Nova República” (a ser especificamente detalhado no próximo capítulo), se institui na redemocratização formal sem colocar em xeque a estrutura de poder político e econômico do país. Segue, portanto, atual e pulsante a luta entre trabalho e capital. A Questão Social se manifesta em seus desmembramentos, sem perder a essência da busca pela acumulação de capital, às custas das populações negras, indígenas, femininas e dos trabalhadores formais e informais.

Consequentemente o desenvolvimento capitalista caminhou separado do desenvolvimento da democracia, dos direitos sociais e políticos para os trabalhadores. O Estado cumpriu, no Brasil e na América Latina, um papel chave na conciliação entre as frações burguesas e o aparelho repressivo às expressões de resistência na Questão Social. Universalidade e Particularidade se articulam na complexa realidade social brasileira e assumem novas manifestações em seu desenvolvimento *espiral*:

A questão social, latente ou explícita, sempre esteve no centro das lutas sociais travadas no interior da sociedade brasileira. Representação política da questão social constitui-se pelo descontentamento popular expresso nas lutas por reformas sociais, políticas e econômicas que, em conjunturas históricas diversas, adquire sempre uma nova configuração (SILVA, 2013, p. 216).

Seguem atuais as manifestações da Questão Social que ainda remontam ao período colonial, com características próprias, que devem ser examinadas como tal, sem perder o norte da crítica radical à dominação capitalista e a necessidade da construção de um projeto societário alternativo. Ou seja, como aponta Fernandes (2004, p. 250), “a revolução popular, socialista, está plantada nesta mesma história, entre outras razões porque a revolução burguesa não resolveu problemas fundamentais do país do ponto de vista do povo”. Esta afirmação sintetiza a incapacidade burguesa de garantir direitos civis, políticos e sociais para a classe trabalhadora e o compromisso histórico da classe trabalhadora de superar o fatalismo e o conformismo.

4 A CONTEMPORANEIDADE DO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO

“Convém que o povo não perceba o sistema bancário e monetário, pois se percebesse acredito que haveria uma revolução antes de amanhã de manhã.” Henry Ford



Pintura: “Descobrimiento” Dolores Mendieta (2008).

Para compreender a dinâmica contemporânea da mundialização das finanças cabe retomar o processo histórico da organização do modo de produção capitalista mediada pelo desenvolvimento das forças produtivas e da luta de classes.

Mandel (1982), periodizou a história do desenvolvimento capitalista mundial em três períodos, a saber: o **capitalismo concorrencial**, o **capitalismo monopolista** e o **capitalismo tardio**. O primeiro período, que retrata do início da revolução industrial até a transição para o século XX, foi aquele no qual se estabeleceram as bases da produção capitalista industrial e o regime de assalariamento, segundo as leis fundamentais de acumulação e reprodução do capital, descritas por Marx ao longo dos três tomos d’O Capital. A medida em que se acumula capital, verificam-se dois fenômenos: a **Concentração de Capital** em número cada vez menor de capitalista fruto da exploração do trabalho e a

Centralização de Capital advinda do lucro extraordinário²² da concorrência capitalista no processo de absorção de concorrentes (MARX, 2013).

Com o desenvolvimento das forças produtivas na transição para o século XX, a “Livre Concorrência”, até então predominante, tendeu ao monopólio e a formação de conglomerados, holdings e cartéis. O capital industrial e bancário concentrou-se e centralizou-se em cada vez menos mãos, unificados pelo capital financeiro. Neste cenário, a concentração bancária garantiu aportes para grandes empreendimentos industriais e a remuneração por elevadas taxas de juros. Se o que caracterizou o “velho capitalismo” foi a livre concorrência e a exportação de mercadorias, na chamada “fase superior”, dominada pelos monopólios e na qual exporta-se capitais (LÊNIN, [1916], 2011), este assume um papel diferenciado. Como detalha o autor:

O imperialismo surgiu como desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral. Mas o capitalismo só se transformou em imperialismo capitalista quando chegou a um determinado grau, muito elevado, do seu desenvolvimento, quando algumas das características fundamentais do capitalismo começaram a transformar-se na sua antítese, quando ganharam corpo e se manifestaram em toda a linha os traços da época de transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada (LÊNIN, 2011, p. 216).

Nesse momento, o reino da “livre concorrência” foi solapado pelos monopólios e estes ganharam o poder de ditar ritmo do conjunto da produção e circulação de mercadorias. Formou-se um estágio superior da burguesia: a oligarquia financeira, que pela simples propriedade acionária foi se apropriando dos mais diversos ramos da produção. Luxemburgo (2019) observa que as sociedades por ações, ao contrário de pensadores da época²³ levam a maior concentração de capitais nos grandes monopólios.

Destaca-se neste contexto, a importância da compreensão do papel do Estado. Já que, uma vez rompida perspectiva liberal, este passou a assumir maiores funções políticas e, inclusive bélicas, para preservar o interesse dos monopólios. Ampliou-se, portanto, o mecanismo contraditório da Seguridade Social, que socializa os custos da reprodução da força de trabalho, ao responder a pressão dos

22 Lucro extraordinário é produto da mais-valia extraordinária extraída por meio da concorrência intercapitalista na qual as empresas com maior composição orgânica (ou seja, maior produtividade) conseguem produzir mercadorias de menor valor unitário, tendo maior sucesso na fase de realização do capital, em detrimento de outros capitalistas do ramo (MARX, 2013).

23 Luxemburgo (2019) crítica a posição reformista de Bernstein sobre a possibilidade um “socialismo de acionistas”, acreditando que as sociedades por ações são produto da dispersão do capital e da propriedade, mas na verdade materializam a sua efetiva concentração nos mais diversos monopólios que fazem mover-se estas pequenas fortunas reunidas para extrair mais-valia.

trabalhadores, sem deixar, no entanto, de proteger os interesses do capital (NETTO, 2011).

Atingida à fase superior, com consolidação do modo de produção capitalista em nível mundial, este passou a se constituir em um grande mercado. Neste momento, segundo Osório (2012), passou-se a viver a história mundial da chamada civilização capitalista, mesmo com a progressão das forças produtivas se desenvolvendo de forma desigual e combinada, onde moderno coexiste com o antigo em uma transição dialética (NOVACK, 1967). A missão civilizatória autoproclamada pelo capital se concretizou ao chocar-se, espoliar e extinguir povos e culturas ao longo do globo e instalar novos mercados para exportar suas manufaturas. Neste momento, ocorreu a partilha do mundo entre as potências imperialistas, que exportam capitais para as economias periféricas, sejam estes produtos manufaturados, tecnologia ou simplesmente empréstimos e aplicações acionárias.

Desde os processos de independência nacional na América Latina, verificou-se um processo de endividamento estatal, com maciço pagamento de juros. Paiva e Ouriques (2006) destacam que assim o Estado assume a tarefa de abastecer de capital tanto a oligarquia financeira nacional quanto as potências imperialistas, inicialmente a Inglaterra e ao longo do século XX, os Estados Unidos. Desta forma, o capital financeiro em nível mundial passou a operar em duas frentes: tanto especulativa quanto produtiva. Se antes havia uma clara divisão entre os capitais funcionantes e os prestamistas, agora o mesmo capitalista individual (ou conglomerado) investe nos dois ramos buscando a maior rentabilidade.

Após a Crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial ocorreu uma reconfiguração do imperialismo, verificou-se a integração do sistema produtivo, com a transferência de plantas produtivas menos complexas para os países dependentes, que se integraram a uma industrialização subordinada (LUCÉ, 2018).

Após a crise do petróleo nos anos 1970, o capital financeiro se reestruturou, em um processo de financeirização neoliberal, que Mandel (1982) nomeou como capitalismo tardio.

Ressalta-se que consiste em um equívoco tratar de cada “fase” do capital como uma evolução linear nas economias nacionais, muito antes pelo contrário, trata-se de novos anéis no desenvolvimento em espiral capitalista. Tal fato comprova a vivacidade da escola marxista, que apreende às novas determinações e

contradições que o capital como relação social consegue acumular ao aprofundamento de novos conflitos.

4.1 A MUNDIALIZAÇÃO FINANCEIRA DO CAPITAL

A dinâmica da financeirização do capital desenvolveu-se e se maturou de forma gradual ao longo dos anos de bem-estar social²⁴ do capitalismo, entre 1950 e 1970. Com a crise do petróleo no final da década de 1970, decididamente o modelo keynesiano-fordista deu lugar ao neoliberalismo²⁵. O marco histórico²⁶ deste processo foi o dia 19 de agosto de 1971 e um dos maiores golpes financeiros da história: O presidente Nixon determinou a quebra parâmetro ouro-dólar, estabelecido até então pela conferência de Breton Woods (MELCHIONNA, 2012). Foi aberta uma Caixa de Pandora, desencadeando a completa desregulamentação monetária e financeira de caráter abstrato e fetichizado, permitindo uma maior flexibilidade para atender as demandas de emissão de moeda norte-americana, que assumiram um caráter fiduciário, sem lastro em ouro.

Enquanto nas economias centrais não foi mais possível “abafar” as contradições do capitalismo nem manter concessões à classe trabalhadora, que a época vivia próxima do pleno emprego, com grande poder de compra e direitos sociais conquistados. O Capital rearticulou-se para retomar as suas taxas de lucro a custo da parte do produto social e do fundo público. Conquistas históricas da classe trabalhadora que passaram a ser usurpadas nas economias dependentes, em muitos casos com o uso da força, a exemplo das ditaduras militares do Cone Sul.

Com isto, instaurou-se um período de Acumulação Flexível (HARVEY, 1992), com a completa desregulamentação monetária e financeira. Busca-se homogeneizar

24 De acordo com Pereira (2014), A visão de marxista de bem-estar social só pode ser concretamente superada à ordem de superação do capital. Os chamados Estados de “Bem-Estar Social” foram um fenômeno restrito historicamente e geograficamente às economias centrais (principalmente à Europa), em um contexto de conciliação de classes e com o intuito de evitar revoltas dos trabalhadores, em um contexto de disputa com o bloco soviético e de manutenção do poder de compra, por meio do pleno emprego e serviços públicos.

25 Fundamentalmente o neoliberalismo significava um ambiente favorável aos negócios privados, uma hegemonia do capital financeiro associado ao capital produtivo, a privatização dos serviços públicos e a “diminuição” da atuação do Estado nas áreas sociais. [...] Os traços essenciais desta política são expressos na fórmula de “livre negociação” entre capital e trabalho e “livre comércio” entre os países (CORRÊA, 2009, p. 30).

26 Segundo Carcanholo (2018) a crise não se iniciou na referida data, como amplamente relata a literatura sobre mundialização, mas o episódio de Bretton Woods foi consequência de uma crise que já se gestava.

o capitalismo mundial com livre circulação mercadorias e capitais e, fundamentalmente, com a imposição de receituários econômicos, como por exemplo do tripé macroeconômico (*superávit primário, câmbio flutuante e meta de inflação*) ao qual os Estados nacionais periféricos devem submeter-se, para que possam ser atrativos aos investidores e reverter os altos juros. Transfere-se, desta maneira, o valor produzido nas economias nacionais, em especial nas economias dependentes.

Importa saber que, não se reduz à mera preferência do capital por aplicações financeiras especulativas em detrimento de aplicações produtivas. Como explica (IAMAMOTO, 2012):

[...] já que a esfera estrita das finanças, por si mesma, nada cria. Nutre-se da riqueza criada pelo investimento capitalista produtivo e pela mobilização da força de trabalho no seu âmbito. O fetichismo das finanças só é operante se existe produção de riquezas, ainda que as finanças minem seus alicerces ao absorverem parte substancial do valor produzido (IAMAMOTO, 2012, p. 5-6).

Portanto, é falsa a dicotomia entre produção e especulação, pois estes fazem parte de um processo integrado de acumulação, e é ilusório dinheiro gerar dinheiro autonomamente sem a mediação do trabalho, única fonte de mais-valor.

Este processo de mundialização financeira, inevitavelmente, leva à **reestruturação produtiva e das relações de trabalho, à contrarreforma do Estado** e ao **acirramento das expressões da Questão Social**. Segundo Iamamoto (2008), estes fenômenos são discutidos, porém de forma fragmentada, por influência do pensamento pós-moderno que nega a totalidade e a historicidade da consequência da mundialização financeira orquestrada pelo capital. Ou seja, para pagar os juros aos investidores e seguir acumulando capital, faz-se necessário ampliar a intensidade da exploração da força de trabalho nas empresas. Segundo Chesnais (2005), surgem ‘novos atores’ que operam seus capitais de forma mundializada além dos bancos, tais como: fundos de pensão, fundos de risco, “investidores institucionais”, entre outros, que se tornam proprietários acionários das empresas. Impõe-se desta forma novas dinâmicas à produção: flexibilizando (via de regra precarizando) as relações e condições de trabalho, ao transpor para a produção real a exigência, de que cada setor venha obtenha a rentabilidade média aplicada pelos acionistas (LEITE, 2010).

A superexploração, neste sentido, tende a deixar de ser fenômeno exclusivo das economias dependentes, mundializa-se e se agudiza com a própria mundialização das finanças (VALÊNCIA, 2016). Para tal intento o Estado intervém em favor do capital com a liberalização e desregulamentação monetária e financeira, com a reestruturação produtiva, privatizações e contrarreformas. Tais medidas visam a manutenção da taxa de lucro, reduzindo ao máximo o tempo de rotação do ciclo de capitais, trazendo com isso uma maior intensidade na exploração da força de trabalho (MANDEL, 1982). Aliado a estes fatores a chamada revolução tecnológica, que eleva a composição orgânica do capital, permite a automação de uma série de tarefas. Neste contexto a reestruturação da planta produtiva, há geração de desemprego estrutural e a ampliação do exército industrial de reserva.

Dessa forma, o Estado assume um novo papel, como destaca Iamamoto (2008, p.125): “os dois braços em que se apoiam as finanças – as dívidas públicas e o mercado acionário – só sobrevivem por meio de decisões do Estado”.

Na perspectiva neoliberal de reestruturação do Estado e das relações de produção e de trabalho, com intuito de ampliar a exploração, aprofunda-se a “banalização” e à “descartabilidade” da condição humana da vida dos trabalhadores (IAMAMOTO, 2012).

Há, neste panorama, uma maciça transferência dos Fundos Públicos para o capital financeiro, por meio da remuneração de títulos da dívida pública. Aliado a este fato, a desregulamentação dos direitos trabalhistas e sociais com o desmonte das limitadas conquistas do “Estado Social”, e do o custo do “fator trabalho” das empresas permite a acumulação de maior taxa de lucro. Segundo Chesnais (2005), dois grandes negócios se destacam no final do século XX e início XXI nesta dinâmica: os fundos de pensão e as dívidas públicas.

Os serviços da dívida ou “mercado de obrigações” são historicamente uma significativa fonte de transferência de riqueza, fundamentalmente na emissão de títulos nos países periféricos. Estes países, para saldar os juros e contrair novos empréstimos, submetem-se a um processo que reproduz a especulação rentista, mantendo a subordinação econômica e política destas nações. Chesnais (2005), classifica esta forma de dívida pública como “ilegítima e odiosa”, contraída, na maioria dos casos em períodos de ditadura civil-militar, em prejuízo à população e sem o conhecimento da mesma. Por esta razão, para o capital e seus representantes políticos, considerando-se a preponderância do mercado externo

sobre o interno, os direitos sociais são compreendidos como “custos” e necessitam, portanto, ser precarizados e reduzidos.

Os fundos de pensão, transformam a poupança dos assalariados para aposentadoria em ativos para investimentos de risco. Por isso, há uma pressão de órgãos internacionais, principalmente sobre os países dependentes, para a desmonte dos sistemas de Seguridade Social, com a migração do regime solidário para a capitalização individual²⁷. Tal modalidade rompe com o conceito de proteção social, destituindo-se do caráter de direito social, e transformando-o em “produto bancário”.

O principal laboratório desta política foi o Chile, justamente uma economia dependente latino-americana, em plena ditadura empresarial-militar de Augusto Pinochet. Este foi o primeiro país, instruído pela vertente da “Escola de Chicago”, a impor a migração do regime de repartição solidária para a capitalização individual.

Trata-se de uma modalidade muito lucrativa para os fundos de pensão, mas completamente instável e insegura para o contribuinte, já que a contribuição é prefixada, porém o benefício (valor auferido) fica à mercê das flutuações do mercado, destituindo-se do caráter de direito social e convertendo-se em “produto bancário”.

Órgãos como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional impõem aos países (principalmente os dependentes) a reestruturação nas políticas previdenciárias, alegando a inviabilidade financeira e atuarial desses programas devido à tendência demográfica, e a necessidade de garantia da estabilidade fiscal, conforme o relatório “Envelhecimento sem Crise” (Banco Mundial, 1994).

Observa-se, no quadro latino-americano, que Chile e Brasil destacam-se com maior rotação de capital fictício (BORGES; STOCCO; SANTOS, 2019). O primeiro, segundo os autores, devido a um “padrão peculiar de reprodução do capital”, que combina elevada atividade acionária e uma forte compressão dos salários sociais indiretos, ambos devido à privatização da previdência social, que reduziu ‘gastos’ sociais e fortaleceu os fundos de pensão. Enquanto o Brasil, logo atrás, mantém alta rotatividade de capital fictício devido à remuneração da dívida pública e das elevadas taxas de juros, principalmente desde a implementação do Plano Real.

27 O Chile, em plena ditadura empresarial-militar de Augusto Pinochet foi o primeiro país, a impor o regime de capitalização. Atualmente os aposentados por este regime vivem em média com menos de um terço do salário mínimo daquele país, com elevados índices de suicídio entre idosos.

Historicamente, após décadas de ditaduras no cone sul, as democracias liberais foram retomadas, ainda que muito aquém de atingirem as transformações estruturais, com a manutenção de elevado custo humano da classe trabalhadora.

Segundo Borón (2003), o neoliberalismo na América Latina é muito menos permeável à mínimas reformas democráticas, com interesses contrários aos anseios populares. Brettas (2017, p. 55) destaca que o fato de o “padrão de reprodução do capital estar baseado na superexploração da força de trabalho contribui para alimentar a necessidade da utilização de mecanismos de coerção, mesmo quando diante de um regime formalmente democrático”. Neste sentido Democracia e Neoliberalismo tornam-se inconciliáveis.

Harvey (2008), destaca que o Neoliberalismo se desenvolve de forma geograficamente desigual nos diferentes países. Nesta perspectiva, também a dependência assume novas configurações (AMARAL, 2012).

Neste processo de mundialização do capital desenvolve-se um novo padrão de reprodução do capital, conhecido como **Padrão Exportador de Especialização Produtiva** (OSÓRIO, 2012), ou de reversão neocolonial (SAMPAIO JUNIOR, 2016). Este padrão se caracteriza pela reestruturação das plantas industriais de transformação, pela transnacionalização, desindustrialização, reprimarização da economia e do neoextrativismo. Portanto, não se limita à simples exportação de matérias-primas, mas à financeirização e industrialização do campo, com maior composição orgânica, ou seja, com o uso de ainda menos força de trabalho, além do processamento destes produtos, à exemplo das exportações de suco de laranja no Brasil, ao invés da fruta *in natura*.

Nessa perspectiva, a financeirização da terra e da natureza, as chamadas commodities, as matérias prima agropecuárias e minerais, tem seu preço tabelado no mercado financeiro, dissociado das necessidades de subsistência social dos povos

Valadão (2019), destaca a extração mineral realizada na América Latina por empresas estrangeiras com novas tecnologias, como a dinamitação e a dissolução química. Estas técnicas substituem a escavação sem, no entanto, deixar de ser uma atividade penosa aos mineiros, além de causar irreversíveis danos ambientais, a exemplo dos recentes crimes ambientais no Brasil, de Mariana e Brumadinho.

Vale ressaltar ainda, que diante da crise ambiental e climática, criou-se um mercado de “créditos de carbono” no qual, é vendido o “direito de poluir” pelas

economias dependentes em favor da centralidade do capital. Falsa solução desenvolvimentista que não questiona o regime de produção e circulação vigentes.

Com a financeirização e agregação de novas tecnologias no campo (que se converte em indústria), há cada vez menos camponeses proprietários e mais proletários rurais, que vem a compor o exército industrial. É com o aprofundamento do êxodo rural que a maioria da população brasileira e mundial, ao longo da segunda metade do século XX passa a ser urbana.

A luta de classes se expressa no território urbano com novas dinâmicas: o direito à cidade contra processos gentrificadores. Na especulação imobiliária do solo urbano, as empreiteiras vinculadas ao capital financeiro e às gestões governamentais temerárias expulsam as famílias dos trabalhadores para regiões periféricas, sem acesso a equipamentos urbanos básicos e concomitantemente criam zonas de crescente valorização, para o uso das classes possuidoras. A cidade, neste cenário, instaura uma segregação sócio espacial que aprofunda a fronteira em uma cidade para poucos (possuidores) e uma cidade para muitos (despossuídos) (ROLNIK,2015).

Importa saber que a dinâmica da financeirização não atinge apenas o excedente produzido socialmente, mas parte do trabalho necessário. Uma vez que as folhas de pagamento foram vinculadas às contas bancárias, abriu-se a possibilidade do amplo endividamento da classe trabalhadora, que busca suprir a insuficiência salarial para o acesso a bens de consumo, seja pelo cheque especial, cartão de crédito e o crédito consignado, comprometendo o fundo de consumo e de vida futura do trabalhador (LUCÉ, 2013). Nessa mesma perspectiva, os salários indiretos, fruto do excedente do trabalho extraído do Estado, pautas estas que haviam se convertido em direitos sociais, são também objetos de financeirização, com a privatização da Saúde e da Educação, a capitalização da Previdência e demais contrarreformas neoliberais. Lapavitsas (2009) e Assis (2014), caracterizam este fenômeno como expropriação financeira, ou seja, a capacidade de extrair lucros financeiros dos rendimentos individuais em uma situação em que os trabalhadores passam a ampliar a sua relação com as instituições financeiras para suprir necessidades elementares.

Devido a dinâmica da superexploração, a seguridade social ganha centralidade estratégica na luta de classes nas economias dependentes, pois a simples venda da força de trabalho não garante o mínimo de proteção social à

grande parte dos trabalhadores (SOUZA, 2016). A autora ressalta que na América Latina, os sistemas de proteção social, além de mais tardios, são profundamente excludentes e aprofundam a miserabilidade da classe trabalhadora superexplorada pois a tributação nas economias dependentes via de regra é regressiva. Ao tributar pesadamente os bens de consumo popular, penaliza os mais pobres, mesmo que estes não sejam beneficiados pelos direitos sociais, devido a generalização do trabalho informal.

Além disso, dada a subordinação ao imperialismo e ao rentismo, o fundo público nestas economias é tomado para rolagem das dívidas públicas, o que impõe aos trabalhadores latino americanos a inviabilidade de um projeto de bem-estar social nos marcos do capital. Souza (2016) corrobora esta limitação ao afirmar a:

[...] impossibilidade objetiva da existência de políticas sociais que sequer se equiparem às políticas sociais desenvolvidas no centro, que mesmo sendo limitadas pela inviabilidade de uma real democracia no âmbito do capitalismo, puderam se estruturar em outras bases que não a dependência e a superexploração (SOUZA, 2016, p. 58).

Dado este quadro da financeirização do capital e das necessidades de luta e organização da classe trabalhadora, cabe uma análise mais detida deste processo no Brasil contemporâneo pós-redemocratização, período denominado como “Nova República Neoliberal”.

4.2 A “NOVA REPÚBLICA NEOLIBERAL” E CONTRARREFORMA DO ESTADO BRASILEIRO

Após décadas de ditadura-civil militar, com o ascenso de um amplo movimento da sociedade civil organizada, sindicatos, partidos, agremiações estudantis e populares do campo e da cidade, o Brasil voltou a viver uma democracia representativa e formal, positivada na Constituição Cidadã de 1988, que sinalizava concretamente para a possibilidade de um período de Bem-Estar Social. Brettas (2017), ressalta que devido ao calor da luta, mesmo com os limites e contradições verificados neste momento, vislumbrou-se uma mudança no âmbito da universalização dos direitos sociais.

No entanto, mesmo com os avanços no âmbito dos direitos civis, políticos e sociais estabelecidos na Constituinte de 1988 - fruto da mobilização popular da redemocratização do Brasil, o processo ficou inacabado (FERNANDES,1989).

Segundo este autor, também deputado constituinte na época, destacava-se uma série de temas “em aberto”, a serem regulamentados por leis complementares e emendas constitucionais, permitindo com isto, a desfiguração do caráter “cidadão” da Carta Magna.

Apesar da mesma ter levado a importantes conquistas populares como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Sistema Único de Saúde (SUS), a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Lei dos Planos de Previdência Social, a Lei de Diretrizes de Base da Educação (LDB) e a previsão de reformas como a agrária, urbana e tributária, pode-se afirmar que tais medidas foram inviabilizadas por opção política dos governantes e as aristocracias financeiras para a imposição da agenda neoliberal, sem permitir a concretização de mudanças nas estruturas de poder político e econômico.

Brettas (2017), polemiza com a hipótese do “desmonte do Estado”, já que sequer houve condições objetivas para serem erguidas as bases de uma rede de proteção social. A democratização sob marcos neoliberais não arrefeceu a condição de dependência, mas sim aprofundou-a.

Nas medidas econômicas, pode-se relacionar o ajuste fiscal. Que não consistiu apenas em uma imposição de organismos estrangeiros, mas foi explicitamente referendado pela burguesia dependente nacional. A desregulamentação dos capitais provou-se uma alternativa para contornar a tendência de queda da taxa de lucro, conforme Brettas (2017) esclarece abaixo:

O Estado dependente brasileiro, em sua fase neoliberal, acentua sua capacidade de tornar lucrativas as ações privadas na prestação de serviços públicos, apontando caminhos para enfrentar as crises de acumulação e de hegemonia. Contrarreformas foram implementadas neste período, de modo que as conquistas mencionadas acima não ofuscam a força do projeto burguês. Apesar das tensões, trata-se da emergência de mecanismos cada vez mais sofisticados de expropriação dos meios de subsistência da classe trabalhadora, os quais se combinam com a superexploração – alimentando a acumulação capitalista e a retirada de direitos (BRETTAS, 2017, p. 62).

Iasi (2019), caracteriza este período como “democracia de cooptação”, pois apesar da forma democrática do Estado burguês, não foi superada a condição de dependência, na qual apesar da luta democrática prevaleceu à “via prussiana” de transição pelo alto, com a coexistência dos aspectos coercitivos e de “consenso”. No entanto, segundo o mesmo autor, este fato não se deve a um possível atraso político, mas sim a materialidade da produção e reprodução do capitalismo

dependente.

Novamente buscou-se a contrarrevolução preventiva, que marca a estratégia histórica da burguesia brasileira, para evitar que o país transitasse para uma experiência progressista, de concretude de Estado de Bem-Estar Social. (CORRÊA, 2019).

Pode-se dizer que na conduta política brasileira do período recente, a Nova República, caracterizada por períodos de maior ou menor grau de adesão à agenda neoliberal, executou um processo de “ajuste fiscal permanente”. Ao longo deste momento histórico, os vários governos recorrentemente buscaram artifícios para burlar a Constituição no que tange à garantia dos serviços públicos, atendendo ao receituário neoliberal de desresponsabilização do Estado. Observou-se na realidade uma política econômica, fiscal e tributária à contramão do que propõe a Constituição, por meio de leis e mecanismos infraconstitucionais, que seguiram as receitas de órgãos multilaterais como o FMI e o Banco Mundial.

O percurso histórico da Nova República e pode ser dividido em três fases, a saber: a fase neoliberal ortodoxa (década de 90), a fase social-liberal ou neodesenvolvimentista (2003-2016), e a fase da retomada da ortodoxia neoliberal associada ao autoritarismo de ultradireita (2016 até hoje). Ao longo dos dias atuais uma série de medidas governamentais retrocederam no campo dos direitos sociais, em oposição clara ao programa constitucional, em especial no âmbito do Fundo público, da seguridade social e das relações de trabalho.

Na primeira fase, foram dadas as bases da contrarreforma neoliberal do Estado, que envolveu os governos Collor e Fernando Henrique Cardoso (FHC), cujo principal orientador foi o então ministro da Reforma do Estado (MARE), Bresser-Pereira, que obedeceu com fidelidade as recomendações do chamado “Consenso de Washington”²⁸. Estabeleceu-se então o Plano Real e com ele o tripé macroeconômico (*câmbio flutuante, meta de inflação e superávit primário*) sob a égide de redução máxima das despesas sociais do Estado, no sentido de poupar recursos para o pagamento do serviço financeiro da dívida pública.

Ainda cumprindo os receituários de órgãos internacionais do capitalismo central, ocorreu a reestruturação gerencialista do Estado, que pressupunha uma série de privatizações e terceirizações em órgãos públicos, tais como a Vale do Rio

28 Conjunto de parâmetros neoliberais que foram impostos às economias latino americanas nos anos 1990.

Doce e a Telebrás, além de uma tentativa derrotada de privatizar as universidades federais.

A recém instituída Seguridade Social já sofria uma série de sabotagens por meio de três medidas que visavam inviabilizar este conjunto de políticas, em especial à Previdência Social. A Desvinculação da Receita da União (DRU) de 1994, autorizou o desvio de 20% do Orçamento da Seguridade Social (OSS) para outros fins, no caso para compor o superávit primário.

A Emenda Constitucional EC nº 20, de 15 de dezembro de 1998, foi a primeira medida a impor restrições à aposentadoria por tempo de contribuições e colocar como princípio constitucional o equilíbrio financeiro e atuarial (ROCHA, 2016). A emenda também incluiu no texto constitucional o “Regime de Previdência Complementar Privado” como o terceiro pilar do Sistema Previdenciário, junto com o Regime Próprio e o Regime Geral, abrindo uma importante brecha para a atuação dos fundos de pensão (MELCHIONNA, 2012).

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), de 2000, impôs limites às despesas primárias (não-financeiras) sob pena de crime de responsabilidade. Criou-se com isso uma ilusória “transparência” na gestão pública, que na prática serviu para contingenciar recursos para as políticas sociais, ao impor ao Estado Nacional soberano monetariamente às mesmas limitações dadas aos indivíduos e empresas.

Estas medidas de conjunto no governo de FHC, detrator histórico nota explicativa da teoria marxista da dependência, concretizaram o prognóstico de Marini (1992) de constituição de uma “economia de transferência” de valor por meio da dívida interna e externa à contramão do desenvolvimentismo defendido por Cardoso como saída da dependência, devido à própria abertura comercial e financeira dos anos 1990 que levou a derrocada de qualquer padrão de reprodução industrial interno .

Com o desgaste do neoliberalismo ortodoxo, na virada da década de 1990 para o novo século, ganharam espaço político alternativas de esquerda e centro-esquerda na América Latina, com algum caráter progressivo e com ampla base popular, no intuito de reverter as políticas neoliberais (CARCANHOLO, 2018). Este fenômeno se desenvolve de forma desigual, em cada experiência nacional, com experiências radicais anti-neoliberalismo e anti-imperialistas (como Venezuela, Bolívia e, em menor grau, Equador), ou ainda experiências neodesenvolvimentistas (caso do Brasil, Argentina e Uruguai) (CARCANHOLO,2018).

Martins (2018) destaca que a alta do preço das commodities ao longo da primeira década de 2000 abriu o espaço tanto para um reformismo moderado na região, quanto para processos mais radicais, sob mobilização nacional-popular e orientação latino-americanista.

Em 2002, elegeu-se presidente do Brasil o líder sindical Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), principal pólo de articulação dos movimentos de esquerda à época. Lula adotou a política de conciliação de classes, compondo o seu governo com lideranças de movimentos populares e partidos burgueses tradicionais. Abriu-se então a segunda fase do ajuste fiscal permanente: Neodesenvolvimentista ou Social-liberal.

Segundo Iasi (2019), a estratégia adotada parte da ilusão de que a simples força política dos trabalhadores por si só seria suficiente para, gradualmente, alterar a ordem econômica, relativizando seus aspectos mais perversos expressos na concentração de renda e desigualdades social, fruto do próprio desenvolvimento capitalista.

O chamado Neodesenvolvimentismo ou Social-Liberalismo, parte do princípio que o custo da reversão das contrarreformas neoliberais seria maior que seu benefício (CARCANHOLO, 2018) e tais reformas seriam minimizadas por políticas sociais de transferência de renda elevação do salário mínimo.

Sampaio Jr. (2012) afirma que o neodesenvolvimentismo busca conciliar os aspectos “positivos” do neoliberalismo, com o compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, associada ao capital internacional, com os aspectos “positivos” do velho desenvolvimentismo, como a industrialização, o fortalecimento do mercado interno e o combate à pobreza.

Ou seja, com a incapacidade do neoliberalismo ortodoxo em sanar as próprias contradições, as classes dominantes buscam uma “nova doutrina social” e moral. O chamado socialliberalismo busca adaptar os postulados liberais para responder à Questão Social. O combate à pobreza absoluta foi feito, por orientação de organismos internacionais e por meio de políticas de transferência de renda estatal, principalmente na América Latina (SILVA, 2017).

Maranhão (2006) critica o papel apassivador desta focalização. Segundo este o Estado deve atuar, por meio das políticas focalizadas, para corrigir as “falhas de mercado”. Neste período houve uma continuidade desta tendência que retoma o

discurso de que o crescimento econômico gera necessariamente desenvolvimento social e distribuição de renda (MOTA, 2012).

A perspectiva estratégica social-liberal foi a de estabelecer uma cidadania por meio do consumo, mesmo em condições de pobreza, fato este que desvincula a proteção social do estatuto de direito social e do dever do Estado. Apesar da relevância objetiva na vida das populações mais precárias é fundamental identificar que tais medidas e programas negaram o antagonismo de classe social e desistoricizaram as expressões da pobreza e da miséria. Foi possível, por meio destas políticas conciliatórias, atender necessidades imediatas de uma parcela dos mais pobres, sem romper com os interesses dominantes, reproduzindo a desigualdade social.

Segundo Valadão (2019), a centralidade ocupada pelos Programas de transferência de renda na América Latina revelou o papel estratégico que essas ações possuem no capitalismo dependente para manutenção do atual padrão de acumulação e de remuneração abaixo do valor, em detrimento de perspectivas universalizantes dos direitos sociais, além de atualizar as ilusões desenvolvimentistas sustentadas por uma alta *temporária* das commodities no mercado internacional. Tal cenário permitiu a redução da extrema pobreza e o acesso ao mercado de consumo aliado ao acesso ao crédito, fortalecendo, sobremaneira, o já privilegiado lugar ocupado pelos bancos nestas economias.

Luce (2013) destaca que a “nova classe média” deste período como um aparente efeito do acesso a bens de consumo duráveis por meio do sistema de crédito, no qual ocorre comprometimento de parte da renda presente e da futura dos trabalhadores para honrar tais juros, o que reatualiza à superexploração.

Os Governos de Lula e Dilma (2003, 2016) preservaram os fundamentos macroeconômicos dos governos anteriores, reforçando a hegemonia dos capitais financeiros, a estrutura fundiária concentrada, e ofereceram incentivo aos fundos privados de pensão (ANTUNES, 2013).

Mesmo com uma política de expansão de programas sociais e valorização do salário mínimo, aquecendo o consumo de massas, de modo a contrarrestar a cisão do ciclo do capital, deu início a uma série de medidas de ajuste fiscal, tais como: uma nova Contrarreforma da Previdência, a concessão de portos e aeroportos para a iniciativa privada, além da manutenção da DRU e da LRF e a elevação da taxa de juros (MOTA, 2012).

Ainda que classificados como governos progressistas, já no primeiro mandato do PT, o ajuste fiscal novamente é direcionado contra à Seguridade Social, fato este corroborado com uma nova Contrarreforma da Previdência, destinada aos servidores públicos, associados ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS):

O governo Lula deu continuidade ao processo de reestruturação restritiva de direitos da previdência, alterando principalmente o RPPS, que afeta os servidores públicos, conforme a EC nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e, posteriormente, com a EC nº 47, de 5 de julho de 2005. O fim da integralidade e o limite dos benefícios ao teto do RGPS que alcança os novos servidores foram fundamentais para a implementação do modelo baseado em fundos privados de pensão. Isto porque a subtração deste direito dos trabalhadores do RPPS foi substituída pela opção de associar-se a um fundo de previdência complementar, a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (FUNPRESP) (ROCHA, 2016, p. 477).

A mesma autora ainda destaca que tal medida atingia o filão de maior interesse do mercado de fundos de pensão: os Servidores Públicos, agora com teto de benefícios desvinculados do salário da ativa, fato que os induziria a adquirir planos de previdência privada. Tal episódio é um marcante divisor de águas sobre o caráter de classe do primeiro governo Lula e gerou rupturas que levaram à construção de oposição à esquerda ao governo²⁹.

Ao final de 2014, o Governo Dilma, que já enfrentava um período de recessão econômica internacional e vinha perdendo popularidade, editou as Medidas Provisórias (MP) nº 664 e 665, que foram apreciadas pelo Congresso Nacional e regulamentadas por meio das leis: Lei Ordinária nº 13.135 e nº 13.134, respectivamente. Estas medidas impuseram novas alterações no seguro-desemprego e nas pensões, além de revogar o “fator previdenciário” substituindo-o pela “fórmula 85/95”, cujos somatórios de idade e tempo de contribuição, conforme o gênero do segurado, teriam que ser completados para fazer jus à aposentadoria.

Durante o período acima descrito, o Brasil voltou a ser protagonista na região, porém com papel subimperialista sob novas bases (MARTINS, 2018). Houve uma retomada da política industrial via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com significativos aportes para as empresas “Campeãs Nacionais”, principalmente no ramo energético e da construção civil. Esta dinâmica gerou

29 Em 2003 três deputados e uma senadora do PT foram expulsos do partido por votarem contra tal proposta de reforma da previdência, estes passaram a fundar com demais militantes o Partido Socialismo e Liberdade (PSDL).

grandes remessas de lucros para os países centrais provenientes da América do Sul, Caribe e da África, acrescidos da extração mineral de riquezas naturais como petróleo e gás, na região andina (VIANNA, 2015).

Nas relações internacionais, o Brasil passou a ocupar um papel de liderança regional, com o “afastamento relativo dos Estados Unidos e aproximação com a China por meio dos BRICS, e do integracionismo bolivariano, sem adotar o seu anti-imperialismo.” (MARTINS, 2018, p. 475). Neste período o País atua inclusive como contrapeso em período de maior radicalização do bloco bolivariano no âmbito da geopolítica internacional, ao comandar as “tropas de paz” no Haiti.

Como era de se esperar, este período de desenvolvimento e aparente redução da pobreza, sem a efetiva reversão da desigualdade, não conseguiu se sustentar, sobretudo, após a queda do preço das commodities no mercado mundial e de todos os impactos (mesmo que retardados por alguns anos) da crise estrutural do capital de 2008.

Como forma de protelar a crise, o governo neodesenvolvimentista brasileiro apostou no investimento em obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), que envolviam também os projetos preparatórios para os chamados “mega-eventos esportivos” (Copa do Mundo de Futebol FIFA/2014 e Olimpíadas/2016).

Veiner (2014) sintetiza os impactos destes mega-eventos nas seguintes dimensões:

- a) **Dimensão Institucional**, criação de órgãos do Ministério da Justiça responsáveis pela segurança destes eventos, entre outros;
- b) **Dimensão Urbanística**: destruição de espaços tradicionais e populares em favor de processos elitistas e privatizantes do espaço público, entre outros;
- c) **Dimensão Legal**: Instituição da ‘cidade de exceção’ com aparato legal que violam direitos;
- d) **Dimensão Fundiária-imobiliária**: intensificação da gentrificação e especulação imobiliária e mercadorização do território;
- e) **Dimensão Ambiental** Incentivo ao uso de combustíveis fósseis tais como implantados nos BRTs;
- f) **Dimensão Escalar**: Articulação de todas as esferas de Estado subordinada aos interesses do capital nacional e internacional;

g) **Dimensão Simbólica:** Estímulo a competição entre cidades com intuito de representação no mercado global pseudo-eficiente;

h) **Dimensão Política** Coalizões governamentais dominantes no sentido de controlar manifestações populares com instrumentos de repressivos sob justificativa da “manutenção da ordem”.

Já em 2013, nas *jornadas de junho*, multidões irromperam às ruas, inicialmente protestando pelo alto custo do transporte público e, posteriormente, com a adesão de novas pautas como educação, saúde, moradia, direito a cidade, ou seja, o cumprimento da Constituição Cidadã de 1988.

Embora sejam múltiplos os debates sobre o significado das jornadas de 2013, pode-se afirmar o caráter espontâneo das mobilizações, o perfil à esquerda do movimento, imbuído de uma pauta pró-direitos sociais e não vinculada à estrutura institucional. Muito menos aos partidos e movimentos de esquerda tradicionais, majoritariamente burocratizados na experiência da conciliação de classes e de um bem-estar social, muito aquém do projeto constitucional e baseados em uma cidadania mediada pelo consumo, em detrimento da ampliação dos serviços públicos gratuitos.

A classe trabalhadora, apartada dos processos decisórios e, portanto, emancipatórios, ironicamente por aqueles que proclamavam ser os seus representantes e, no entanto, se encastelaram nas altas esferas de poder político por mais de uma década, iria padecer mais uma vez no embate da correlação de forças da política nacional. As estruturas foram mantidas, a institucionalidade burguesa não sofreu um “único arranhão”, o capital rentista manteve e, até mesmo intensificou os seus ganhos, as grandes incorporadoras imobiliárias realizaram os seus lucros. O reformismo que havia prometido avanços progressivamente crescentes, esgotou a sua capacidade de “blefar”.

Após treze anos do ciclo social-liberal, com o aprofundamento da crise econômica global, o Governo de Dilma Rousseff, incapaz de atender com celeridade a demanda rentista em 2016, muito menos à demanda das ruas de 2013, sofreu um golpe parlamentar que destituiu a Presidenta.

Tem início, neste momento, a terceira fase do ajuste fiscal, com a retomada e intensificação de forma explícita da ortodoxia neoliberal, com retrocessos históricos em direitos trabalhistas e sociais.

Este ajuste ainda mais severo, em curso no Brasil atual, limita ainda mais a soberania nacional sobre as riquezas naturais e produtos do setor agromineiro, com o aprofundamento das relações de troca desigual de produtos primários como o petróleo, minérios, carnes, açúcar, café, sojas e grãos (PAIVA *et al.*, 2016). Destaca a autora que sobretudo, como economia dependente, para além da abundância natural, sobrepõe-se a espoliação da única e verdadeira força produtora de riqueza: a força de trabalho.

Para extrair ainda mais riqueza da massa de trabalhadores, entidades patronais impõem a necessidade de aprofundamento das contrarreformas, em especial em três âmbitos: Orçamento Público, Direitos Trabalhistas e a Previdência Social. Estas medidas, articuladas entre si, compõem o atual receituário da austeridade no Brasil dependente, com a ampliação da superexploração, a extinção do Estado social e a inviabilidade do desenvolvimento não-dependente e não-financeirizado. Este programa é executado pelo Governo ilegítimo de Michel Temer e intensificado, no governo de Jair Bolsonaro.

Em 2016 é aprovada a Emenda 95, que instituiu o “Novo Regime Fiscal” (NRF), que proíbe qualquer reajuste real nas despesas não-financeiras nos próximos vinte anos, inviabilizando a vinculação constitucional dos recursos para as políticas sociais. Esta medida aprofunda os efeitos nocivos da LRF, não afetando despesas financeiras destinadas ao rentismo, que consome mais de 40% do Orçamento da União, inclusive na forma inconstitucional do anatocismo (Auditoria Cidadã, 2018). Em 2017, a DRU foi prorrogada até 2023 e aumentada em sua alíquota para 30%, desidratando recursos destinados às políticas de seguridade social, e ao mesmo tempo “justificando” de forma falaciosa a necessidade de reforma da previdência. Com isto, durante vinte anos o Estado fica proibido de propor a ampliação real de investimentos para dar vazão ao crescimento econômico e demográfico e inviabiliza, ainda mais, o atendimento a demanda de educação, saúde, transporte e infraestrutura.

Com a crise estrutural e o crescimento do desemprego, foi apresentada também em 2017, a Reforma Trabalhista, mais uma contrarreforma que restringe direitos e precariza as condições de vida e trabalho. A Lei nº 13.467/2017, modifica mais de 100 artigos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) na qual observa-se uma série de consequências nefastas que autorizaram a realização de contratos precários sob a justificativa de combater a informalidade (TEIXEIRA, 2018). É

possibilitado as demissões em massa, regime de trabalho intermitente e “negociação individual” com o empregador sobre condições de trabalho (férias, intervalo de almoço, jornada de trabalho, etc).

O princípio do “negociado sobre o legislado”, individualiza as relações capital-trabalho, tornando-as mais assimétricas e instáveis, com a retirada de cena, além dos sindicatos, do próprio aparelho de Estado, por meio da Justiça do Trabalho e do já extinto Ministério do Trabalho. Esta suposta ‘modernização’ das relações de trabalho, prometeu que ao reduzir os custos do empregador, traria mais contratações, sob as condições por ele impostas. No entanto, observa-se que tal afirmativa não é verdadeira, já que o Brasil se encontra atualmente com mais de 13 milhões de desempregados (IBGE, 2019), que somados aos trabalhadores informais totalizam aproximadamente 35% de subutilização da força de trabalho.

Estas medidas, junto à ampliação das terceirizações aprofundam a superexploração que já é regra no país. Tal fenômeno se acirra com o processo de desindustrialização das últimas décadas, com recentes fechamentos de grandes empresas, que levam a um novo ciclo vicioso de demissões e recessão econômica. Retoma-se, desta forma, o perfil agromineiro-exportador, com menos direitos sociais e liberdades democráticas para os trabalhadores, acrescido da diminuição do número de contribuintes, logo, de segurados pela seguridade social.

Se não bastassem a desproteção das relações de trabalhistas e previdenciárias, evidencia-se que o próprio Estado Brasileiro incentiva a desformalização das relações de trabalho, enquanto justifica uma nova contrarreforma da previdência, concretizando desta forma uma contrarrevolução neoliberal, levando a austeridade fiscal a um novo patamar: **de “austericídio”**, ao submeter milhões de trabalhadores a completa barbárie do capital, superexploração, miséria e morte.

Novamente, os interesses do dos fundos de pensão se voltam para a Previdência Social, terceiro item da desconstitucionalização neoliberal. Houve em 2017 mais uma tentativa de aprovação de nova Reforma da Previdência, com imposição de idade mínima de 65 anos e 49 anos de contribuição, que foi motivo de ampla rejeição e resistência da população, cujo ápice foi a Greve Geral de 2017, fato que impediu a apreciação do projeto pelo legislativo.

É inegável que com a eleição de Jair Bolsonaro, com fortes posturas autoritárias e neoliberais, aprofunda-se a contrarrevolução preventiva deflagrada

desde à Constituinte de 1988. É a demonstração da crise terminal do regime da nova república e de um período de interregno. Neste contexto, a equipe econômica, chefiada por Paulo Guedes, retoma a reforma da Previdência como pauta prioritária, dando continuidade ao “ajuste fiscal permanente”. A Proposta de Emenda à Constituição n. 6 (BRASIL, 2019) aprovada em outubro de 2019, incorpora elementos do projeto do governo anterior (Michel Temer), sob a falsa narrativa de combate a “privilégios” e ‘correção de déficit”, na qual é possível identificar inúmeros retrocessos em relação às camadas vulneráveis da população.

Assim como nas outras reformas, busca-se protelar o tempo para fazer jus ao benefício da aposentadoria, com a exigência de 65 anos para homens e 62 para mulheres, combinada com 40 anos de contribuição para obter a média máxima de benefício. A exigência combinada de idade e tempo de contribuição (que já é praticada para servidores públicos) dificulta o acesso ao direito devido à crescente informalidade, reduzindo o montante de contribuições e dificultando o cumprimento do requisito de tempo, principalmente para os trabalhadores mais precarizados. Soma-se a este fato a existência de muitos trabalhadores em condições insalubres, que sequer atingiriam a idade mínima exigida.

As regras de transição serão diferenciadas tanto para o regime próprio quanto o regime geral, com gradual aumento no somatório de idade e tempo de contribuição até atingir 105 pontos para homens e 100 pontos para mulheres. O movimento da classe trabalhadora, ao menos, obteve êxito de impedir a migração para o regime de capitalização, aplicado no Chile.

Verifica-se que nenhuma destas medidas é necessária para “salvar” a economia nacional ou combater “privilégios” de trabalhadores. Considerando-se dados fidedignos como da Anfip (2016), deduzidas as renúncias fiscais e a desvinculação da receita da união (DRU) há um significativo superávit, sendo possível ampliar os serviços em saúde, assistência social e previdência social (SALVADOR, 2017). Ainda neste sentido, a CPI da Previdência (BRASIL, 2019) levou a público que grandes empresas somam mais 450 bilhões em dívidas para a Seguridade Social.

Após aprovação dessa reforma o Governo Bolsonaro apresenta o programa “Mais Brasil” que inclui uma série de contrarreformas e emendas constitucionais que aprofundam este plano de austeridade como a desvinculação dos fundos públicos, a desconstitucionalização dos direitos sociais, desoneração sobre contribuição

patronal, tributação sobre seguro desemprego, e redução nominal do salário de servidores públicos com congelamento de carreira e concursos públicos.

Desde a Nova República todas as medidas governamentais foram destinadas a negar acesso ao direito social. Por isso constitui-se como uma escolha política do Estado brasileiro de desmontar as políticas públicas conquistadas e criar mecanismos para inviabilizar a realização dos direitos sociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: DESAFIOS E RESISTÊNCIA

é necessário retomar a tradição socialista da existência de uma internacional socialista, que encare a estratégia e a tática para alcançar a derrota das grandes transnacionais que dominam o mundo inteiro, para inaugurar o socialismo mundial, que será mundial ou não será". (MORENO, 2001, p. 1).

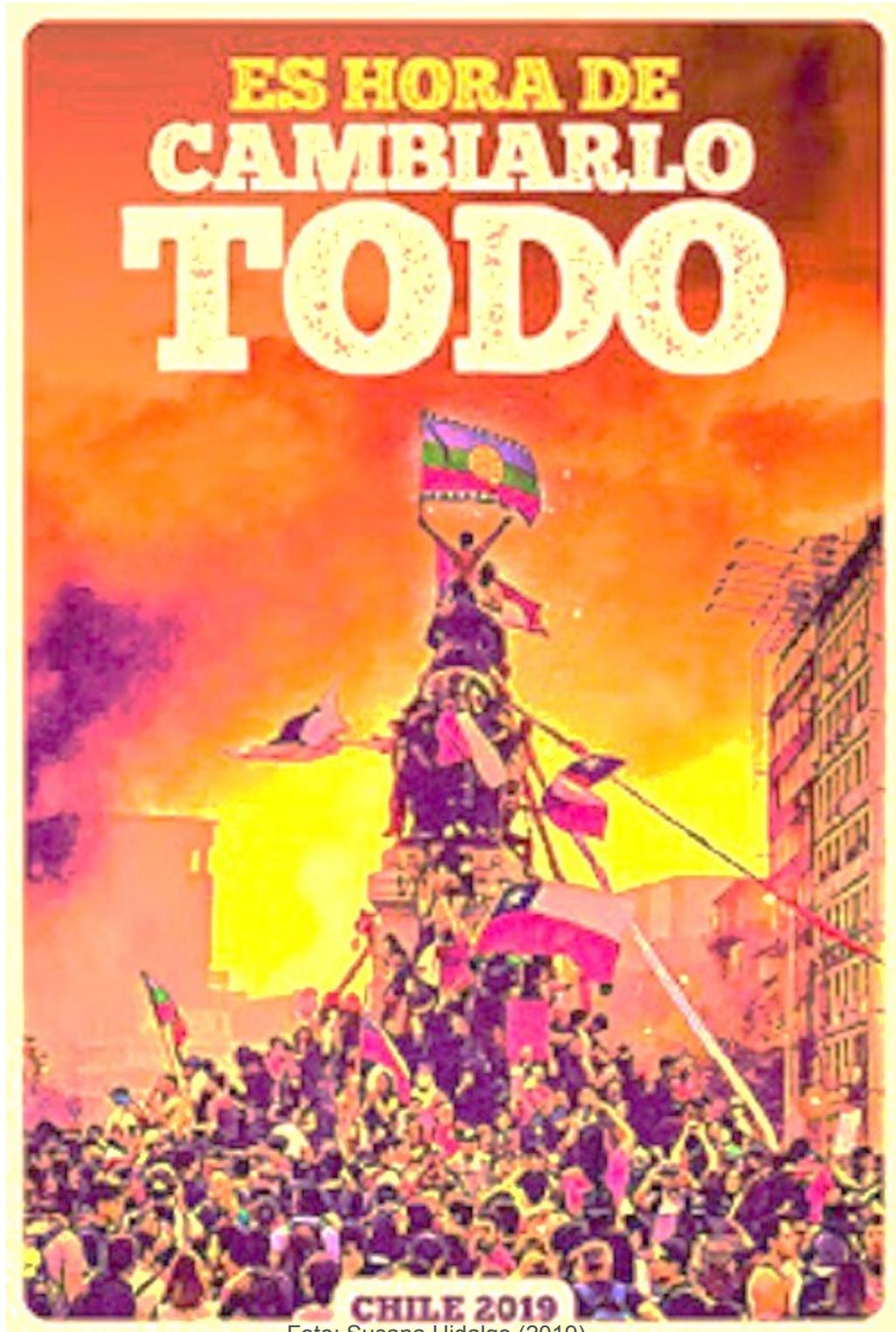


Foto: Susana Hidalgo (2019).

Diante deste cenário, cabe elencar algumas reflexões de ordem político-interventiva, não conclusivas, mas em sentido de avançar em novas sínteses para o debate daqueles que defendem um projeto societário contra hegemônico, do qual o Serviço Social tem se provado um campo privilegiado. Nesta crise estrutural comprova-se o caráter incontrolável e irrefreável do capital em sua busca por autovalorização, à custa da ampla maioria da humanidade e da própria viabilidade da vida no planeta terra.

As políticas de austeridade se concretizam de forma desigual no mundo, com maior peso sobre as economias dependentes, detentoras de ampla força de trabalho disponível para a superexploração e de importantes reservas naturais e minerais, além da espoliação do fundo público acumulado pelo Estado para também convertê-lo em ativo financeiro e mercantilizar as políticas públicas. Eis a atualidade da Questão Social, os rumos da acumulação de capital e suas consequências na vida social. Neste sentido expressam-se desigualdades e resistências, em especial as resistências se expressam em menor ou maior grau, à exemplo das recentes revoltas no Equador e no Chile, que inspiram à escrita destas linhas.

Este cenário deve ser apreciado de forma dialética: o pessimismo da razão e o otimismo da vontade de modo dialético, o excesso de um leva ao fatalismo e ao imobilismo, o excesso de outro leva ao maximalismo e às ações isoladas. Além disso, urge uma readequação no âmbito da estratégia e da tática.

Dada à incontrolabilidade do capital, a experiência histórica e as contribuições da teoria marxista da dependência não se provou possível o desenvolvimento capitalista autônomo capaz de preservar os direitos sociais das classes subalternas, principalmente nos países periféricos. A estratégia reformista se provou incapaz de suprir a contradição capital-trabalho.

A social-democracia alemã não apenas nada pode fazer para conter o Nazifascismo, mas abriu as portas para estes (TROTSKY, 2018). Nem a Unidade Popular chilena, mesmo capaz de abalar a sociedade burguesa *sem se atrever a destruí-la*, acabou se transformando na antessala da contrarrevolução (MARINI, 2019).

Não diferente no Brasil, sofremos o golpe militar contra o projeto de desenvolvimento autônomo das reformas de base em 1964, e o projeto neodesenvolvimentistas lulista não pode impedir uma reorganização da direita

conservadora que hoje ameaça todas as conquistas sociais das últimas décadas. Os anos de governo de frente popular não levaram ao fortalecimento do movimento dos trabalhadores, mas a sua burocratização e desarticulação. O Brasil hoje caminha para a via chilena, tudo privado de todos, todos privados de tudo.

Por isso, no âmbito tático a defesa das políticas sociais universais e gratuitas positivadas enquanto direitos sociais é um ponto fundamental da agenda anticapitalista, não como fim-em-si mas para contribuir efetivamente com o acirramento das contradições da ordem do capital, além de atender de forma imediata às necessidades e demandas da classe trabalhadora (FILHO, 2016).

Dada à dimensão concreta das economias dependentes, se de fato busca-se à universalidade não basta copiar os modelos de seguros sociais dos países centrais, pois a superexploração e informalidade das relações de trabalho são à regra estrutural na América Latina (PAIVA *et al.*, 2018) atingindo quase metade da força de trabalho.

Por fim, na perspectiva estratégica é fundamental superar os limites do regime de Estado, à perspectiva emancipatória e inconciliável com os marcos do Capital. Marini e demais ícones da teoria marxista da dependência compreendem à via revolucionária como a única saída, como destaca Martins:

O socialismo era a opção para enfrentar a superexploração, os altos níveis de desigualdade, a desnacionalização, as violações à democracia e os limites crescentes que a dependência coloca ao desenvolvimento no capitalismo periférico, condenando-o a novas formas de revoluções nacionais, não deveria se restringir a esse espaço [...] mas sim articular um novo eixo geopolítico de poder regional e intercontinental na economia mundial, estabelecendo guerras de posição e de movimento de curto, médio e longo prazo com o imperialismo e seus sócios periféricos, capazes de abrir brechas na divisão do mundo entre centro e periferia e impulsionar a construção de outra ordem mundial (MARTINS, 2018, 478).

Entendemos que para analisar o impacto da Teoria Marxista da Dependência no cenário brasileiro contemporâneo faz-se imprescindível um consistente aporte nos fundamentos marxistas e em suas interações com as chamadas economias dependentes, em especial no âmbito do Serviço Social.

A escolha da TMD como instrumento de análise se dá em um momento histórico profícuo no tensionamento da luta de classes, na crise estrutural do capital e, portanto, na necessidade urgente de buscar saídas para a derradeira superação

do modo de produção capitalista. Nunca na história a sentença *socialismo ou barbárie* foi tão atual e necessária.

Corrobora-se, dessa forma, a perspectiva indispensável da introdução dos conteúdos da TMD nas matrizes curriculares de graduação e pós-graduação em Serviço Social no Brasil, sobretudo nas disciplinas de Fundamentos do Serviço Social, de Formação Sócio Histórica Brasileira, de Política Social, bem como disciplinas que versem sobre as relações de trabalho.

Tomamos a liberdade de evidenciar potencial e interessante possibilidade de aproximação teórica entre a Teoria Marxista da Dependência de Marini e o Desenvolvimento Desigual e Combinado, desenvolvido por Trotsky, como uma das muitas aproximações possíveis e necessárias para que o estudo mantenha a coerência com o desenvolvimento dialético da história das lutas sociais e da luta de classes.

Nesta perspectiva entendemos que um trabalho acadêmico, ao atender o rigor científico necessário e propiciar um diálogo permanente entre as fontes, deve tomar partido junto ao projeto societário que busca a superação da (ir) racionalidade do capital, para que se constitua uma práxis revolucionária.

Portanto, se de alguma forma a Dissertação contribuir, dentro dos seus limites reflexivos, para a busca de táticas que fortaleçam a estratégia da luta dos trabalhadores em busca de sua emancipação, então ela terá atingido o seu objetivo.

Neste sentido reafirmamos, à guisa de conclusão desse estudo, que a rigorosa interpretação e minuciosa investigação científica é fundamental para a adequada estratégia política. No entanto é no compromisso militante, ao lado da classe trabalhadora que concretamente compreendemos o significado mais contundente das nossas práxis, ou como afirma Marx (2007): ‘até agora os filósofos se limitaram a interpretar o mundo, é necessário transformá-lo’.

A emancipação da classe trabalhadora pela superação do capital é o desafio que se coloca diante de nós. Compreender e atuar de forma coerente com o momento histórico é indispensável para a vanguarda revolucionária. A TMD como aporte para a compreensão e transformação estrutural traz nas suas especificidades, generosas potencialidades de ação abrangente. Novos atores sociais somam-se com velocidade expressiva aos tensionamentos atuais, mas a Questão Social permanece a mesma.

A América Latina passa por um período na atualidade de intenso enfrentamento. Os países centrais também apresentam as suas mazelas e em tom crescente. A lógica é a da dependência, mas de forma alguma supera a lógica classista. A crise estrutural pode ter esgotado a capacidade de reinvenção do capital agonizante. A unidade de todos aqueles que vivem do trabalho a serviço de um projeto radicalmente democrático e comunista será decisiva.

REFERÊNCIAS

ASSIS, R. Expropriação financeira, crédito consignado e contrarreforma da previdência: elos da financeirização **Argumentum.**, Vitória, v. 9, n. 3, p. 52-64, set./dez. 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Proposta básica para o projeto de formação profissional - serviço social e sociedade : o serviço social no século XXI, São Paulo, ano XVII, n. 50, 1996.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES-FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/ANFIP. **Análise da seguridade social 2016**. Brasília: ANFIP, 2017.

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. Números da dívida. Auditoria Cidadã da Dívida: Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.auditoriacidada.org.br/blog/2013/08/30/numeros-da-divida/>>. Acesso em: fev. 2019.

BAMBIRRA, V. **O capitalismo dependente latino-americano**. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2015.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BENOIT, H. **Sócrates, o nascimento da razão negativa**. São Paulo: Moderna, 2006.

BORGES, Rodrigo Emmanuel Santana; STOCCO, Aline Faé ; NOGUEIRA, C. S. . Daeconomia política do capital fictício: notas sobre seu movimento na América Latina e no Brasil. In: 7o Encontro Internacional de Política Social e o 14o Encontro Nacional de Política Social, 2019, Vitória. **Anais do 7o Encontro Internacional de Política Social e o 14o Encontro Nacional de Política Social**. Vitória: UFES, Programa de Pós-Graduação em Política Social, 2019. v. 1.

BORÓN, Atilio. Democracia y Reforma Social en América Latina: reflexiones a propósito de la experiencia europea. In: Estado, capitalismo y democracia en América Latina. 1 ed. Buenos Aires: **Clacso**, 2003, p. 179-205 (Cap. V). Disponível em: <http://www.rebelion.org/docs/146190.pdf>.

BRASIL. Constituição Federal (1988). Brasília, DF, out. 1988.

BRASIL. **Lei nº 13.467**, de 13 de julho de 2017. Institui a Reforma Trabalhista. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 2.200-2 de 24/08/2017, p. 63, jul. 2017.

_____. **Proposta de Emenda à Constituição n. 06/2019** – Reforma da Previdência. Modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências. Brasília, DF, 2019.

_____. Senado Federal. **Empresas privadas devem R\$ 450 bilhões à Previdência, mostra relatório final da CPI**. Brasília, DF: Agência Senado, 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/10/23/empresas-privadas-devem-r-450-bilhoes-a-previdencia-mostra-relatorio-final-da-cpi>.

BRETTAS, T. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no BRASIL, **Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez. 2017.

ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 7 e o ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 14. **Anais [...]**. Vitória: UFES, Programa de Pós-Graduação em Política Social, v. 1., n. 1. 2019.

CARCANHOLO, M. D. Desafios e perspectivas para a América Latina do século XXI. **Argumentum**, Vitória, v. 6, n. 2, jul./dez. 2014.

_____. A Crise do Capitalismo Dependente Brasileiro. In: Macário, E.; Dias, E.; Medeiros, R.; Alexandre, T. (Org.). **Dimensões da Crise Brasileira**: dependência, trabalho e fundo público. Fortaleza - Bauru: EDUECE - Canal 6 Projeto Editorial Praxis, 2018, v. 1, p. 23-55.

CASTELO, R. A “questão social” nas obras de Marx e Engels. **PRAIAVERMELHA**, Rio de Janeiro, v. 20 n. 1, p. 85-94, jan./jun. 2010. Disponível em: file:///C:/Users/Luciano/Downloads/CASTELO-%20A%20questao%20social%20nas%20obras%20de%20Marx%20e%20Engels%20Praia%20Vermelha.pdf. Acesso em: 30 nov. 2019.

CHESNAIS, F. O Capital portador de juros: acumulação, internacionalização efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, F. (Org.). **A finança mundializada**: raízes sociais e política, configuração e consequências. São Paulo: Boitempo, 2005.

CHILCOTE, R. H. Influências trotskistas sobre a Teoria do Desenvolvimento. **Revista de Ciências Sociais**, Ceará, v. 40 n. 1, 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/498>. Acesso em: 29 nov. 2019.

CLOSS, T. T. **Fundamentos do serviço social**: um estudo a partir da produção da área. 2015. 253 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

CORREA, B. **Simulacro de aprendizagem e precarização do trabalho: dimensões da utilização dos estágios não-obrigatórios no Rio Grande do Sul em tempos de acumulação flexível**. Monografia apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS Porto Alegre, dezembro de 2009.

_____. A Importância histórica da batalha pela Previdência Social, **Movimento**: crítica, teoria e ação, São Paulo, mar. 2019. Disponível em:

<https://movimentorevista.com.br/2019/03/a-importancia-historica-da-batalha-pela-previdencia-social/>. Acesso: 17 mar. 2019.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. **Pesquisa nacional da cesta básica de alimento**: salário mínimo nominal e necessário. São Paulo: DIEESE, 2019. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso: 10 nov. 2018.

DAMASCENA, M. B. **Uma análise marxiana do direito ao trabalho**: da normatização à execução no Brasil. 2017. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FAJARDO, G. **Envejecimientos sin crisis**: políticas para la protección de los ancianos y la promoción del crecimiento. Salud Pública de México, v. 38, n. 6, p. 547-548, nov./dic. 1996. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=10638617>. Acesso em: 1 nov. 2018.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, F. **Processo constituinte**. Brasília: Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 1988. (Separatas de discursos, pareceres e projetos. 48ª Legislatura. 2ª Sessão Legislativa, 26).

IANNI, O. (org.). **Florestan Fernandes**: sociologia crítica e militante. Expressão popular. 2004.

FILHO, R. Fundo público e políticas sociais nos Estados dependentes: considerações teóricas. **EM PAUTA**, Rio de Janeiro, n. 37, v. 14, p. 174-198, 1o sem. 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/25401/18362>. Acesso em: 28 nov. 2019.

GUNDER FRANK, A. **América Latina**: subdesarrollo o revolución. México: Ediciones Era, 1973.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 15. ed. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. **Para entender o capital**: livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **A loucura da razão econômica.** São Paulo; Boitempo, 2018.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA: Pesquisa mensal de emprego. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9183-pesquisa-mensal-de-emprego-antiga-metodologia.html?edicao=20750&t=o-que-e>. Acesso em: 20 mar. 2019.

_____. **Serviço social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IASI, M. Cinco teses sobre a formação social brasileira. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 136, p. 417-438, set./dez. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282019000300417. Acesso em: 30 nov. 2019.

GUIMARÃES JUNIOR, M. C. P.; LOPES, T. C. O Desenvolvimento Desigual e Combinado: paralelos entre as obras “História da Revolução Russa” de Trotsky e “Dialética da Dependência” de Ruy Mauro Marini. **REBELA**, Florianópolis, v. 6, n. 2, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://rebela.emnuvens.com.br/pc/article/view/267>. Acesso em: 30 nov. 2019.

KONDER, L. A. dialética e o marxismo. In: ROBAINA, R.; GRANJA, S. (orgs.). **Economia e Dialética:** seleção de textos marxistas. Rio de Janeiro: Fundação Lauro Campos, 2011. p.127-138.

KOSIK, K. **Dialética do concreto.** São Paulo: Paz e Terra, 2011.

LAPAVITSAS, C. **Financialised Capitalism: crisis and financial expropriation.** Department of Economic, School of Oriental and African Studies. Tradução de Eudo Araújo Júnior. London, 2009.

LEFEBVRE, H. **Da lógica formal à lógica dialética.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LEITE, A. W. **A categoria da superexploração da força de trabalho no pensamento de Ruy Mauro Marini.** 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Campus de Marília, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017. Disponível em: http://191.232.193.70:8080/pergamumweb_bcf/vinculos/000001/00000154.pdf. Acesso em: 28 nov. 2019.

LEITE, M. G. O Processo de Financeirização do Segmento da Previdência Complementar Privada. In: MARQUES, R; FERREIRA, M. (Orgs). **O Brasil sob a nova ordem:** a economia brasileira contemporânea: uma análise dos governos Collor a Lula. São Paulo: Saraiva, 2010.

LEMISKI, P. Para a liberdade e luta. **Movimento**: crítica, teoria e ação, São Paulo, ago., 2017. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2017/08/para-a-liberdade-e-luta-libelu-leminski-trotskyista/>. Acesso em: 30 nov. 2019.

LENIN, V. I. U. As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo. In: LENIN, Vladimir Ilich Ulianov. **Obras completas**. 5 ed. Moscou: Progresso, 1913.

_____. **O estado e a revolução**: o que ensina o marxismo sobre o estado e o papel do proletariado na revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. **O imperialismo**: fase superior do capitalismo. 6. ed. São Paulo: Global, 1991.

LUCE, M. **Teoria marxista da dependência**: problemas e categorias - uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MARIÁTEGUI, J. C. P; LINDOSO, F. J. (trad.). **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Expressão Popular/CLACSO, 2008.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Subdesenvolvimento e revolução**. 5. ed. Florianópolis: Insular, 2011.

MARTINS, C. E. A teoria marxista da dependência à luz de Marx e do capitalismo contemporâneo. **Cad. CRH**, Salvador, v.31, n.84, p.463-481, 2018.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, K. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Karl Marx, Friedrich Engels. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. Lisboa: Avante, 1977.

MARX, K. Carta a Friedrich Engels. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Correspondência**. Buenos Aires: Editorial Cartago, 1973.

MELCHIONNA, F. **Fundos de pensão diante da mundialização financeira: o caso da previ entre 2003 a 2010-2012**. 79 f. Trabalho de conclusão de curso (Especialização) – Faculdade de Porto Alegre/FAPA, Porto Alegre, 2012.

MORENO, N. **Ser trotskista hoje**. Biblioteca Digital Nahuel Moreno: [S.l.: s.n.], 2001. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/moreno/1985/mes/troskista.htm>. Acesso em: 20 jun. 2019.

_____. A Lógica Marxista. In: ROBAINA, R.; GRANJA, S. (Org.). **Economia e Dialética**: seleção de textos marxistas. Rio de Janeiro: Fundação Lauro Campos, 2011. p. 139-158.

MORENO, N.; PETTIT, M. **Conceitos políticos básicos**. Movimento Esquerda Socialista: São Paulo, 2010. Disponível em: <https://esquerdasocialista.com.br/livro-conceitos-politicos-basicos/>. Acesso em: 20 jun. 2010.

MOTA, A. E. Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico político para o serviço social brasileiro. In: Ana Elizabete (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 29-45.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da questão social. **Temporalis**, Brasília, DF, v. 2, n. 3, 2001.

_____. A Questão Social na América Latina. **Temporalis**, Brasília, n.18, 2010.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. Biblioteca Básica de Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2007.

NOVACK, G. **Introdução à lógica marxista**. São Paulo: Sundermann, 2005.

_____. **A lei do desenvolvimento desigual e combinado da Sociedade**. [S.l.: s.n.], 1968.

ORTEGAL, M. Relações raciais no Brasil: colonialidade, dependência e diáspora **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 133, p. 413-431, set./dez. 2018.

OSORIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: OSORIO, J. *et al.* (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital: Contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo: 2012.

_____. Sobre superexploração e capitalismo dependente. **Cad. CRH**, Salvador, v. 31, n.84, set./dez. 2018.

PAIVA, B.; OURIQUES, N. Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte? **Katálisis**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 166-175, 2006.

PAIVA, B. A.; HILLESHEIM, J.; CARRARO, D. 2016. PREVIDÊNCIA SOCIAL E TRABALHO: supressão de direitos no capitalismo dependente. **SER Social**, Brasília, v. 18, n. 39, p. 349-373, jul./dez. 2016.

PEREIRA, E. M. Desenvolvimento, questão social e nordeste brasileiro: contradições e tendências atuais. **Temporalis**, Brasília (DF), v. 15, n. 30, jul./dez. 2015.

PEREIRA, Potyara A. P. e PEREIRA, Camila P. **Marxismo e Política Social**. Brasília: Ícone, 2010

PONTES, R. N. **Mediação e serviço social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ROBAINA, R. **Marx e o núcleo racional da dialética de Hegel**. São Paulo: Alfa Ômega, 2013.

_____. Herança do Marxismo: uma tradição internacional e uma história de lutas. In: ROBAINA, Roberto; GRANJA, Sérgio. (Org.). **Economia e dialética**: seleção de textos marxistas. Rio de Janeiro: Fundação Lauro Campos, 2011. p. 9-24.

ROCHA, F. R. F. A disputa do fundo público da previdência social no contexto da mundialização do CAPITAL. **Revista de Políticas Públicas**, v. 20, p. 473-492, 2016. Acesso 22 out. 2018.

ROCHA, M. **Capitalismo dependente e serviço social**: crítica à Formação Social Brasileira na produção teórica do Serviço Social e outras contradições. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças – 1º ed. – São Paulo: Boitempo, 2015

SALAZAR, G.; PINTO, J. **Historia contemporânea de Chile**. Santiago: Arcis-Lom, 1999.

SALVADOR, Evilasio. O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 130, p. 426-446, set./dez. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n130/0101-6628-sssoc-130-0426.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2017.

SAMPAIO JR., P. A. **Crônica da crise anunciada**. São Paulo: SG-Amarante, 2017.

SANTANA, J. V.; FERREIRA, B. J. P. **A categoria da particularidade na produção de conhecimento**: apontamentos na área da educação. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 8, n. 2, p. 148-156, dez. 2016. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/15311/13107>. Acesso em: 30 nov. 2019.

SANTOS, J. S. **Particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro**. 2008. 222 f. Tese (Doutorado) — Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

SANTOS, J. S. **Questão social**: particularidades no Brasil. São Paulo, Cortez, 2012.

SILVA, I. M. F. Questão social e serviço social na formação sócio-histórica brasileira. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 13, n. 25, p. 261-278, jan./jun. 2013.

SILVA, M. L. Reificações da “questão social”: armadilhas do capital em tempos de crise estrutural. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez. 2017.

SOUZA, C. S. Capitalismo dependente e políticas sociais na América Latina. Reificações da “questão social”: armadilhas do capital em tempos de crise estrutural. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 8, n.1, p. 48-60, jan./abr. 2016.

TEIXEIRA, E. A reforma trabalhista após 6 meses: Uma análise dos impactos da reforma que trouxe aumento na precarização das relações de trabalho. **Movimento**, São Paulo, jun. 2019. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2018/06/a-reforma-trabalhista-apos-seis-meses/>

TEODORO, I. **Jornada de trabalho e mais-valoria**. Porto Alegre: [S.I.], 2019.

TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TRASPADINI, R. Dependência e luta de classes na América Latina. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 6, n.2, p.29-43, jul./dez. 2014.

TROTSKY, L. **História da revolução russa**. São Paulo: Sundermann, 2007.
_____. Em defesa do marxismo. São Paulo: Sundermann, 2011.

VAINER, C. B. In: JENKINGS, A.; ROLNIK, R.; LASSANCE, A. (org.). **Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas**. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 72-76.

VALADÃO, C. C. Política Social na América Latina: tendências contemporâneas. **Argum.**, Vitória, v. 11, n. 2, p. 151-162, maio/ago. 2019.

VALENCIA, A. S. Dependência, precariedade laboral e fratura social na América Latina com reformas neoliberais. **Argum.** Vitória, v. 8, n. 2, p. 140-152, maio/ago. 2016. Disponível em: [http://www.periodicos.ufes.br/?journal=argumentum&page=article&op=view&path\[\]=13206](http://www.periodicos.ufes.br/?journal=argumentum&page=article&op=view&path[]=13206). Acesso em: 30 nov. 2019.

VIANNA, M. V. M. **Uma análise a partir da teoria do subimperialismo: o governo brasileiro frente à nacionalização do gás boliviano em 2006**. 2015 Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. 142 f.

YAZBEK, M.C. Pobreza e exclusão social: expressões da Questão Social no Brasil. **Temporalis**, Brasília, n. 3, 2001.

ZACARIAS, I. R. **A influência da teoria marxiana no trabalho do assistente social**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: FSS/PUCRS, 2013.

APÊNDICE A – QUADRO METODOLÓGICO

Tema	Problemas	Método e tipo de Pesquisa	Fontes
A dinâmica da Financeirização nas Economias Dependentes	Analisar os expedientes da financeirização neoliberal da vida social no Brasil e na América Latina	Método Marxista Dialético e Pesquisa Bibliográfica	Livros, Teses e Dissertações, Artigos e Revistas indexadas no Serviço Social A1, A2, B1.
Delimitação Brasil América Latina	<p>Questões Norteadoras</p> <p>Como opera a dinâmica da financeirização do Capital e da reforma do Estado na América Latina?</p> <p>Como a Reestruturação Produtiva incrementa a Superexploração da força de trabalho na América Latina?</p> <p>Como operam os mecanismos de expropriação financeira dos salários diretos e indiretos?</p>	<p>Categorias Explicativas</p> <p>Marxismo América Latina Brasil</p>	<p>Instrumentos e Técnicas</p> <p>Análise de Conteúdo.</p>
Objetivo Geral Dar visibilidade às expressões do padrão de acumulação neoliberal nas economias dependentes em suas contradições e crises	<p>Objetivo Específicos</p> <p>Analisar a dinâmica da financeirização do Capital e da reforma do Estado na América Latina</p> <p>Compreender a Reestruturação Produtiva e o consequente incremento da Superexploração na América Latina</p> <p>Identificar os instrumentos de expropriação financeira dos salários diretos e indiretos, por meio da privatização das políticas sociais</p>	<p>Categorias Analíticas</p> <p>Capital Financeiro Dependência Política Social</p>	<p>Aplicados a que documentos</p> <p>Livros, Artigos e Revistas indexadas no Serviço Social A1, A2, B1.</p>

APÊNDICE B – ESTADO DA ARTE

Descritores e período

Foram pesquisados os descritores “Questão Social” e “Dependência” nas publicações dos últimos 5 anos destes periódicos.

Quadro: Caracterização das Revistas Pesquisadas³⁰

Revista	Vinculação Institucional	Ano de Criação	Região
Serviço Social e Sociedade (online) (A1)	Editora Cortez	2010	Sudeste
Textos e Contextos (A2)	PUCRS	2002	Sul
Argumentum(A2)	UFES	2009	Sudeste
Katálysis(A1)	UFSC	1997	Sul
Temporalis (B1)	Abepss-UFES	2000	Nacional
Em Pauta(A2)	UERJ	2007	Sudeste
Ser Social(A2)	UNB	1998	Centro-Oeste
CRH(A1)	UFBA	1987	Nordeste

Encontram-se neste período 32 artigos com a temática “Dependência” e 58 com a temática “Questão Social”, Totalizando 90 Documentos. Com a triagem dos resumos por meio do roteiro de análise foram selecionados 15 documentos, tendo-se em conta o critério para escolha dos mesmos representatividade dos autores em sua produção teórica a relevância da obra e adequada sintonia com as questões do roteiro de análise. Destes artigos foram realizados os fichamentos que compõem a pesquisa. Além desse material, foram consultadas de teses e dissertações e livros indicados como referências bibliográficas do tema pesquisado.

Quadro: Corpus de Pesquisa

Revistas	Descritor	Artigos nos últimos 5 anos	Publicação total do período	Porcentagem
SS e Sociedade	Dependência	2	151	1,32%

30 O critério de escolha dos periódicos indexados elegidos para a investigação fundamenta-se de acordo com a qualificação Capes, a linha editorial, a relevância para a área do serviço social e a relação com o tema abordado.

(A1)				
	Questão Social	7	151	4,63%
Textos e Contextos (A2)	Dependência	3	137	2,18%
	Questão Social	8	137	5,83%
Argumentum (A2)	Dependência	9	204	4,41%
	Questão Social	4	204	1,96%
Katálisys (A1)	Dependência	7	183	3,82%
	Questão Social	6	183	3,27%
Temporalis (B1)	Dependência	6	145	4,13%
	Questão Social	12	145	8,27%
Em Pauta (A2)	Dependência	2	124	1,61%
	Questão Social	5	124	4,03%
Ser Social (A2)	Dependência	2	106	1,88%
	Questão Social	8	106	7,54%
CRH (A1)	Dependência	5	152	3,28%
	Questão Social	8	152	5,26%

Referente ao descritor “Questão Social”, reconhecido objeto central e basilar de investigação e intervenção do Serviço Social, é natural que seja um tema recorrente, apesar do percentual de produção dedicado ao assunto ser relativamente escasso (em média 5% da produção).

Segundo Closs (2015), este fato reflete a necessidade de maior aprofundamento específico deste tema, que é apresentado de forma transversal na formação profissional, sem disciplinas dedicadas a ele, mesmo se observando que na maioria das matrizes curriculares a questão social é um eixo estruturante das diretrizes da ABEPSS. Neste sentido, a autora apresenta uma amostra do conjunto da produção da área, com destaque para textos clássicos da Revista *Temporalis* de 2001, de Marilda Iamamoto, José Paulo Netto, Potyara Pereira e Carmelita Yazbek, que empreendem um esforço teórico para conceituar a Questão Social.

Destaca-se a intersecção da categoria Questão Social com o processo de trabalho e formação profissional em Serviço Social, nas revisões da produção da área. Porém, para os fins desta dissertação, adota-se como critério de delimitação a amostra bibliográfica no recorte da dimensão empírica: “Questão Social e Análises sócio históricas”, subtema este que dialoga com o debate da Teoria Marxista da Dependência. Além dos documentos já indicados por Closs (2015), que constituem a base do referencial teórico, foram incluídos mais quatro artigos: Silva (2017); Souza (2016) e Pereira (2016), da Revista *Temporalis* e Iasi (2018), publicado na Revista *Serviço Social e Sociedade*, além da inclusão do referido artigo de Closs (2015), da revista *Textos e Contextos* (PPGSS/PUCRS).

Referente a categoria “Dependência”³¹, nota-se que é um tema que vem ganhando atenção recentemente na área, (já atinge uma média de 3% da produção), dado o aprofundamento da crise econômica, social política e ambiental que o Brasil e a América Latina vivenciam e as potencialidades interpretativas que esta vertente pode oferecer. Destaca-se que mais da metade das publicações não são de autoria de assistentes sociais (sim de economistas, sociólogos, historiadores, entre outros). Podemos sistematizar, estabelecida uma **amostra intencional não-probabilística**, com o limite de um artigo por autor nas seguintes dimensões empíricas:

Quadro 2– Dimensões empíricas

Dimensões Empíricas	Autores
Economia Política Dependente	Carcanholo (2014), Martins (2018).
Superexploração e Precarização do Trabalho	Osório (2018), Valencia (2016).
Formação econômico-social Dependente	Ortegal (2018), Transpadini (2014), Rocha (2014).
Estado e Política Social e Fundo Público Dependentes	Brettas (2017), Valadão (2019), Paiva (2016).
Pesquisa Bibliográfica Questão Social	Closs (2015), Silva (2017).
Questão Social e Análise Sócio-Histórica	Souza (2016), Pereira (2018), Iasi (2019)

Fonte: autor (2019).

O material publicado sobre dependência foca em quatro temáticas principais, a saber:

1. Aprofunda aportes na Economia Política Marxista;
2. Oferece uma releitura da formação econômico-social do capitalismo brasileiro no contexto latino-americano, bem como da gênese e do desenvolvimento da questão social;
3. Introduce a categoria superexploração no debate atual da precarização das relações de trabalho;
4. Aponta as limitações das políticas sociais nas economias dependentes, em especial no contexto neoliberal.

³¹ Observar-se que a opção por este descritor se justifica pela ausência de significativa produção quando utilizado o descritor “Teoria Marxista da Dependência”.

No âmbito da Economia Política Marxista os exemplos desta abordagem serão: Carcanholo (2014) e Martins (2018). Referente aos aspectos sócio históricos em economias dependentes destacam-se Traspadini (2014), Rocha (2014) e Ortegá (2018). Na temática a “Superexploração e Precarização do Trabalho’ destacam-se Osório (2018) e Valencia (2016). Por fim, observa-se que a maior parte da produção de autoria de Assistentes Sociais, orbita entre os temas de Estado, Política Social e Fundo Público, (reflexo da conjuntura atual) dentre os quais destacamos Brettas (2017), Paiva (2016) e Valadão (2019). Sociais nas economias dependentes, em especial no contexto neoliberal.

Segue abaixo os autores indicados e respectivos resumos

Autor	Título	Resumo	Dialoga com quais questões norteadoras?
Thaís Closs	Questão Social e Serviço Social: uma análise das produções dos periódicos da área (2015)	O artigo apresenta estudo sobre os Fundamentos do Serviço Social com base na teoria social marxista, situando a questão social como dimensão constitutiva dos Fundamentos. Ancora-se em pesquisa quanti-qualitativa que analisou as produções publicadas em 11 periódicos da área nas últimas duas décadas (1993 a 2013), conformando um banco de dados composto por 324 artigos que possuem descritores relacionados aos Fundamentos do Serviço Social. O material ora apresentado, estruturado a partir de recorte desse banco de dados, sistematiza análise da produção sobre questão social e Serviço Social publicada nos periódicos. Discute as principais teses da área sobre o tema e problematiza a centralidade da questão social na formação graduada e no trabalho do assistente social numa perspectiva crítico-dialética.	Como se dá a gênese e desenvolvimento da questão social na formação sócio-histórica brasileira?
Mauro Iasi	Cinco teses sobre a formação social brasileira (2018)	O artigo se fundamenta nos estudos realizados junto ao PPGSS da ESS da UFRJ, através do Nepem (Núcleo de Estudos e Pesquisas Marxistas) e apresenta cinco teses sobre a formação social brasileira diante do encerramento do ciclo histórico aberto pela crise da autocracia burguesa no final da década de 1970. Trata da manutenção das determinações da chamada via prussiana e suas consequências para a forma do Estado burguês no Brasil, para a dinâmica da luta de classes, a luta por direitos e o papel do Serviço Social nessa nova etapa que se abre.	Quais os impactos do neoliberalismo nas expressões da questão social, considerando a dinâmica do capitalismo dependente brasileiro? Quais as tendências das resistências e lutas sociais considerando as perspectivas transformadoras da TMD?

Evelyn Medeiros Pereira	Capitalismo dependente e políticas sociais na América Latina (2016)	<p>O presente artigo pretende tecer algumas considerações acerca das políticas sociais na América Latina a partir das categorias teóricas dependência e superexploração numa abordagem dialógica entre as concepções de Florestan Fernandes e Ruy Mauro Marini. Abordaremos, a partir dessas categorias, as particularidades estruturais do capitalismo sui generis latino-americano, bem como do Estado que dele deriva, para apontar:</p> <p>1) as particularidades da política social na América Latina;</p> <p>2) e a relação entre a formação do fundo público e o aumento da desigualdade no capitalismo dependente, a qual será ilustrada a partir de um breve apanhado acerca da apropriação do fundo público para a valorização do capital no Brasil.</p>	<p>Como se dá a gênese e desenvolvimento da questão social na formação sócio-histórica brasileira?</p> <p>Quais os impactos do neoliberalismo nas expressões da questão social, considerando a dinâmica do capitalismo dependente brasileiro?</p>
Tatiana Brettas	Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil (2017)	<p>O objetivo deste trabalho é analisar os mecanismos que contribuíram para a financeirização das políticas sociais no Brasil no contexto do neoliberalismo. Para tanto, foi feito um resgate de alguns aspectos da formação sócio-histórica brasileira que contribuem para a análise dos marcos da dependência e seus elementos estruturais. Tendo como pano de fundo a trajetória das políticas sociais, buscou-se discutir suas particularidades no neoliberalismo dando destaque para o processo de financeirização e sua capacidade de abarcar o conjunto da vida social.</p>	<p>Discutir a formação sócio-histórica do Brasil e América Latina, ou seja, a gênese da sociedade burguesa e da Questão Social;</p> <p>Identificar como as políticas neoliberais impactam nas expressões da Questão Social no Brasil; Contribuir para o enfrentamento dos desafios societários na atual realidade brasileira.</p>
Renata Gomes da Costa	O fundo público e a superexploração do trabalho no Brasil (2017)	<p>O presente artigo analisa a relação entre fundo público e a superexploração do trabalho no Brasil. O fundo público é uma mediação decisiva no capitalismo, por possuir uma função central no processo de valorização ao participar de forma direta e indireta da produção de mais-valia. O objetivo do trabalho é particularizar esses</p>	<p>Discutir a formação sócio-histórica do Brasil e América Latina, ou seja, a gênese da sociedade burguesa e da Questão Social;</p>

		elementos na realidade brasileira a luz da Teoria Marxista da Dependência (TMD), a fim de realizar as mediações necessárias que expliquem as contradições, limites e possibilidades do financiamento das políticas sociais no capitalismo dependente.	Identificar como as políticas neoliberais impactam nas expressões da Questão Social no Brasil;
Marcelo Dias Carcanholo	Desafios e Perspectivas para a América Latina do Século XXI (2014)	O trabalho pretende discutir os atuais condicionantes da dependência da América Latina no século XXI, em específico os que se relacionam com a atual crise do capitalismo contemporâneo. Os objetivos são: (i) identificar a atual fase da crise mundial; (ii) as formas de impacto que essa fase pode criar para agravar os condicionantes estruturais da dependência na América Latina; (iii) quais são as conformações dos capitais regionais em função do anterior?; (iv) quais as alternativas existentes na região para responder aos impactos da crise, de maneira a confrontar os condicionantes estruturais e conjunturais da atual dependência?	Discutir a formação sócio-histórica do Brasil e América Latina, ou seja, a gênese da sociedade burguesa e da Questão Social; Identificar como as políticas neoliberais impactam nas expressões da Questão Social no Brasil; Contribuir para o enfrentamento dos desafios societários na atual realidade brasileira.
Camila Costa Valadão	Política Social na América Latina: tendências contemporâneas (2019)	O presente artigo tem por objetivo apresentar algumas reflexões sobre as tendências contemporâneas das políticas sociais na América Latina. Para tanto, utiliza-se da revisão bibliográfica para evidenciar as particularidades e determinantes estruturais próprios dos países periféricos, bem como os impactos do ajuste neoliberal na região que, entre outros aspectos, aprofunda a dependência e à superexploração da força de trabalho. Trata-se, ainda, das contrarreformas do Estado baseadas no desmonte dos sistemas de proteção social, a partir das estratégias de mercantilização dos direitos e transmutação das políticas sociais em serviços privados. E, por fim, discute-se a centralidade e expansão dos mecanismos de	Discutir a formação sócio-histórica do Brasil e América Latina, ou seja, a gênese da sociedade burguesa e da Questão Social; Identificar como as políticas neoliberais impactam nas expressões da Questão Social no Brasil; Contribuir para o enfrentamento dos desafios societários na atual realidade brasileira.

		intervenção sobre a pobreza, divulgados como principal estratégia de redução da desigualdade e da superexploração da força de trabalho.	
Carlos Eduardo Martins	A teoria marxista da dependência à luz de Marx e do capitalismo contemporâneo (2018)	Neste artigo, analisam-se as principais contribuições da economia política da dependência a partir dos debates que a obra de Ruy Mauro Marini suscitou. Propõe-se a reformulação teórica dos conceitos de superexploração do trabalho e de subimperialismo, com o objetivo de atualizar e enriquecer a teoria marxista da dependência, para a análise das tendências do capitalismo contemporâneo e das formas históricas que ele assumiu na América Latina. O texto se divide em três partes: a primeira onde se expõem o pensamento de Marini e suas contribuições para a economia política; a segunda onde se apresentam as principais críticas realizadas ao seu enfoque; e a terceira onde se busca sustentar seu enfoque a partir de algumas reformulações que se consideram necessárias para desenvolvê-lo.	Discutir a formação sócio-histórica do Brasil e América Latina, ou seja, a gênese da sociedade burguesa e da Questão Social; Identificar como as políticas neoliberais impactam nas expressões da Questão Social no Brasil; Contribuir para o enfrentamento dos desafios societários na atual realidade brasileira.
Leonardo Ortegá	Relações raciais no Brasil: colonialidade, dependência e diáspora (2018)	Este artigo discute as relações raciais no Brasil, numa perspectiva crítica ao conhecido equívoco teórico de que o racismo é meramente um subproduto das desigualdades de classe. Discute também a teoria marxista da dependência e a decolonialidade, de modo que o exercício de aproximação dessas teorias demonstrou que a TMD e a decolonialidade são ferramentas teóricas convergentes, dotadas de grande relevância para se compreender e intervir na realidade brasileira de desigualdade social e racial.	Discutir a formação sócio-histórica do Brasil e América Latina, ou seja, a gênese da sociedade burguesa e da Questão Social; Identificar como as políticas neoliberais impactam nas expressões da Questão Social no Brasil;
Maiara Lopes da	Reificações da “questão social”:	O estudo de revisão crítica ora apresentado toma	Discutir a formação sócio-

Silva	armadilhas do capital em tempos de crise estrutural	<p>como objeto de investigação a “questão social”, e, no seu interior, aponta como objetivo problematizar suas reificações, frente ao contexto de crise estrutural do sistema sociometabólico do capital, indicando, ligeiramente, como tal processo de mistificação alcança o Serviço Social e deve ser pela profissão enfrentado. A análise está fundamentada no arcabouço teórico-metodológico do materialismo histórico-dialético imanente ao pensamento de Marx e configura-se como uma pesquisa bibliográfica, cuja fundamentação dá-se pelas contribuições de estudiosos selecionados, listados ao longo do debate. Assim, o trabalho estrutura-se em quatro seções, além das conclusões: na primeira, justifica-se a escolha pelo método em Marx, tendo por base a sua afinidade com relação às análises críticas da “questão social”; na segunda, contornam-se as noções brasileira e francesa acerca da categoria “questão social”; na terceira, trata-se das novas configurações assumidas pelo capital em tempos de crise estrutural, enquanto panorama de fundo da “questão social”; na quarta, discute-se a “questão social” na sociedade capitalista contemporânea e sua sparticularidades no Brasil, versando, por conseguinte, sobre o enfrentamento da “questão social” na contemporaneidade e as perigosas armadilhas reificadoras que prometem sua resolução, relacionando-se isto à atuação do Serviço Social; e, por último, são apresentadas as considerações finais, que põem em relevo à premência do assistente social ter o domínio histórico, teórico, metodológico, técnico e ético a respeito da “questão social”; pois, do contrário, corre o risco de enviesar o seu “fazer profissional” .</p>	histórica do Brasil e América Latina, ou seja, a gênese da sociedade burguesa e da Questão Social;
Jaime Osorio	Sobre superexploração e capitalismo	Este artigo é uma crítica às teses que sustentam	Como se dá a gênese e

	dependente (2018)	que Marx não teria deixado dúvidas de que a força de trabalho de nosso tempo é paga por seu valor, o que exigiria abandonar a categoria de superexploração. Aqui, procuramos mostrar que a violação do valor da força de trabalho é um problema inscrito na teoria marxista e presente em O Capital. Por outro lado, argumentamos sobre a relevância da noção de capitalismo dependente e seu significado para entender as particularidades desse capitalismo, que o separa das trajetórias e objetivos do capitalismo desenvolvido.	desenvolvimento da questão social na formação sócio-histórica brasileira? Quais os impactos do neoliberalismo nas expressões da questão social, considerando a dinâmica do capitalismo dependente brasileiro?
Beatriz Paiva et al.	Previdência Social e trabalho: supressão de direitos no capitalismo dependente(2016)	Este artigo é parte dessa reflexão acadêmica e política dedicada a problematizar um direito social e uma área da seguridade social, desde a perspectiva da Teoria Marxista da Dependência (TMD), cujas principais determinações histórico-econômicas e suas singulares características político-legais encontram-se sob inauditas contradições. Alvo de ataques pela “reforma” do governo Temer, hoje mais do que nunca sua destruição é uma possibilidade, sob o signo do golpe de 2016. Nosso objetivo é analisar o caráter propositalmente heterogêneo e fragmentado da Previdência Social como um todo historicamente reproduzido, em desacordo com as necessidades reais das classes trabalhadoras, mas funcional à dinâmica de apropriação da mais-valia do capital sobre o trabalho superexplorado, ditadas pela conformação da economia capitalista dependente. Trata-se de um trabalho de natureza bibliográfica e empírica, vinculado à pesquisa desenvolvida no grupo de estudos Veias Abertas, do Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal de Santa Catarina (IELA/UFSC).	Como se dá a gênese e desenvolvimento da questão social na formação sócio-histórica brasileira? Quais os impactos do neoliberalismo nas expressões da questão social, considerando a dinâmica do capitalismo dependente brasileiro? Quais as tendências das resistências e lutas sociais considerando as perspectivas transformadoras da TMD?

<p>Roberta Transpadinil</p>	<p>Dependência e luta de classes na América Latina (2014)</p>	<p>Debater o texto – <i>Desafios e Perspectivas para a América Latina do Século XXI</i> - de um companheiro e intelectual como Marcelo Carcanholo é, ao mesmo tempo, prazeroso e desafiador. Prazeroso por se tratar, na nova geração de intelectuais, de um dos quadros mais bem preparados no tema da crítica da economia política, o que abarca seus estudos e a socialização dos mesmos tanto com os estudantes e colegas de trabalho, quanto com os militantes sociais latino-americanos. Desafiador por seus textos nos instigarem a ir além daquilo que está exposto, na procura de novos e complexos processos de investigação individual-coletiva.</p>	<p>Como se dá a gênese e desenvolvimento da questão social na formação sócio-histórica brasileira?</p> <p>Quais os impactos do neoliberalismo nas expressões da questão social, considerando a dinâmica do capitalismo dependente brasileiro?</p> <p>Quais as tendências das resistências e lutas sociais considerando as perspectivas transformadoras da TMD?</p>
<p>Adrian Sotelo Valencia</p>	<p>Dependência, precariedade laboral e fratura social na América Latina com as reformas neoliberais (2016)</p>	<p>A situação de dependência na América Latina exacerba a condição de precariedade do mundo do trabalho e, em geral, da vida humana e social. Uma condição que coloca os trabalhadores no pior dos mundos possíveis na medida que eles são superexplorados pelo capital e, também, pelo Estado. A fratura social influi na política e provoca graves problemas estruturais na organização e luta dos trabalhadores contra a precariedade laboral e social. O alvo do presente artigo é avaliar a condição da precariedade trabalhista e social como sendo a grande questão do século XXI, e que uma das características dela é a fratura social da classe do proletariado.</p>	<p>Como se dá a gênese e desenvolvimento da questão social na formação sócio-histórica brasileira?</p> <p>Quais os impactos do neoliberalismo nas expressões da questão social, considerando a dinâmica do capitalismo dependente brasileiro?</p> <p>Quais as tendências das resistências e lutas sociais considerando as perspectivas transformadoras da TMD?</p>

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ANÁLISE

Como articula a formação sócio histórica do Brasil e América Latina, ou seja, a gênese da sociedade burguesa e da Questão Social?

Como articula Questão Social no contexto de Economia Dependente?

Como as políticas neoliberais impactam as expressões da Questão Social no Brasil?

Como contribuir para o enfrentamento dos desafios societários na atual realidade brasileira?